



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
FACULDADE DE HISTÓRIA**

**Bruno dos Anjos Seixas**

**AÇÃO E REAÇÃO: A POLÍTICA DA DITADURA NAS PÁGINAS DOS  
JORNAIS PARAENSES (1964-1985)**

**BELÉM  
2025**

**Bruno dos Anjos Seixas**

**AÇÃO E REAÇÃO: A POLÍTICA DA DITADURA NAS PÁGINAS DOS  
JORNAIS PARAENSES (1964-1985)**

Monografia apresentada à Faculdade de História da  
Universidade Federal do Pará como requisito para a  
obtenção do título de bacharel em História

Orientador: Prof. Dr. Pere Petit Peñarrocha

**BELÉM  
2025**

# **AÇÃO E REAÇÃO: A POLÍTICA DA DITADURA NAS PÁGINAS DOS JORNAIS PARAENSES (1964-1985)**

Monografia apresentada à Faculdade de História, pertencente ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, na Universidade Federal do Pará

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Pere Petit Peñarrocha

---

Ms. Wellington Jhemerson Costa da Conceição

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

S457a Seixas, Bruno dos Anjos.  
Ação e Reação : A Política da Ditadura nas Páginas dos Jornais  
Paraenses (1964-1985) / Bruno dos Anjos Seixas. — 2025.  
135 f. : il.

Orientador(a): Prof. Dr. Pere Petit Peñarrocha  
Trabalho de Conclusão (Graduação) - Universidade Federal do  
Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Faculdade de  
História, Belém, 2025.

1. Imprensa. 2. Ditadura Militar. 3. Jornalismo. I. Título.

CDD 981.15

“É difícil fazer um homem entender algo quando seu salário depende de ele não entender aquilo”  
Upton Sinclair

Este trabalho é dedicado a todas aqueles que caíram sem viver para verem concretizados seus sonhos,  
dos mais grandiosos aos mais singelos.  
Toda proclamação de vitória dos oprimidos é injusta se não puder contemplar aqueles que não  
puderam (e ainda não podem) fazer suas vozes serem ouvidas por si mesmas.

## AGRADECIMENTOS

A vivência universitária foi muito gratificante, mas também extraordinariamente penosa, por motivos individuais e coletivos. Uma pandemia que tirou 4 semestres letivos presenciais, os cortes orçamentários levados a cabo pelo governo Bolsonaro (e não plenamente revertidos pelo atual governo) e uma neurodivergência diagnosticada apenas depois da metade da graduação acarretaram em grandes prejuízos pessoais e acadêmicos, os quais ainda trabalho na terapia. Mesmo assim, consegui chegar até o final, e sei bem que nenhuma vitória em nosso mundo é plenamente individual.

Agradeço, antes de qualquer coisa, a minha criação familiar, especialmente pelas figuras do meu pai, Luiz Maurício; da minha mãe, Netília, da minha irmã Laura; e dos meus primos, Gustavo e Henrique. Não consigo imaginar um mundo em que exista e não tivesse vocês por perto pra moldar o que há de mais basilar em mim.

Agradeço também à minha psicóloga, Arlene, pelo suporte ao longo dos anos e por ter me encaminhado ao meu psiquiatra, Efrahim, que fez o meu diagnóstico em um momento bem crítico da minha carreira. Me sinto muito sortudo por conhecer a sensibilidade de ambos.

Agradeço aos meus colegas de bacharelado, como Thalyson, Mauro, Caroline Barros, Aline Emilly, Milziã, Alessandra e João Pedro com quem convivi desde o início. Também agradeço aos colegas das outras turmas, como Igor, Raíssa, Natália, Barbara, Camilly, Aru, Daniel, Yang, Iris, Gabriel, Wendy, Alê e Yasmin, os quais, em graus variados de proximidade, tornaram a convivência acadêmica mais leve. Sinto por cada um que, pelas pesadas circunstâncias da vida, não puderam concluir o curso – e não foram poucos.

Agradeço também pela imensa honra de ter construído um círculo na minha “skin militante” (como disse uma amiga certa vez) e que hoje são uma grande fonte de alegrias e aprendizados. É imensurável o papel que fizeram ou ainda fazem Gabriel Bahia, Lanna, Sammy, Ícaro, Vini, Anna Carolina, Luara, Isabela, Alê, Antônio, Rebeca, Matheus, Lucas, Leandro, Victor e Keven. Todos vocês têm hoje um papel muito importante em mostrar que, contra todas as adversidades coletivas e individuais, é necessário ousar lutar e ousar vencer.

Nas vivências que se mistura o pessoal e o político, um carinho especialíssimo para Jane, Kattari, Lary, Anna Luiza e José Maurício. Desde que me descobri autista, ainda estou por curar as feridas que uma infância e adolescência não-adaptadas me causaram, e tenho certeza que vocês são um porto seguro para entender todas as minhas inseguranças e traumas. Por sempre me arrancarem lágrimas de alegria e empatia, não podia esquecer deles.

Fico também imensamente agradecido por ter conhecido o PA Book Club durante a graduação. A presença de todos os envolvidos em cada um dos encontros foi um bálsamo em minha vida e me ajudou a ver quem nem só de sisudez vive o homem.

Agradeço a cada um dos professores da FAHIS com os quais tive aula (efetivos, temporários e estagiários) por fornecerem, até pelas discordâncias, o norte de pesquisador que quero ser.

Agradeço aos funcionários do Hemeroteca, cujo trabalho de conservação e restauração possibilitou a consulta à boa parte das fontes dessa pesquisa. Respeito ainda mais por ter tido a sorte a chance de conhecer em uma oficina na reta final deste TCC. Entre jornais e livros restaurados, sinto-me grato em conhecer a doce e comprometida figura do instrutor Marcos Teixeira, que teve grande paciência e seriedade em instruir a mim e as minhas colegas – colegas as quais espero construir um círculo de amizade.

Agradeço meu orientador, prof. Pere Petit, pela atenção e receptividade com que recebeu o projeto de pesquisa que resultou nessa monografia.

Agradeço aos dois entrevistados, Regina Alves e Paulo Roberto Ferreira, pela extrema generosidade com que me receberam e por compartilharem suas sabedorias de vida. Suas espontaneidades me forneceram um valioso prospecto de envelhecimento.

## RESUMO

O presente trabalho analisa a cobertura jornalística e midiática da grande imprensa paraense durante o período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985) a partir de uma seleção de fatos da vida internacional, nacional e local. Mostra como a história prévia da imprensa local, marcada pelo partidarismo explícito e pela adesão direta a grupos da burguesia local, contribuíram para as posições tomadas pelos jornais a partir de 1964. Também tenta entender como, durante e após a liberalização política iniciada no governo Geisel (1974-1979), os periódicos ainda relutaram em tomar uma posição de conflito aberto com os militares e encamparam apenas parcialmente as críticas populares à Ditadura.

**Palavras-Chave:** Imprensa; Ditadura Civil-Militar; Amazônia; Luta de Classes; Jornalismo

## ABSTRACT

The present work analyses mediatic and journalistic work of Pará's main press during the Military Dictatorship (1964-1985) through a selection of international, national and local facts. It shows how the previous history of the local press, known for explicit partisanship and open support to fractions of the local bourgeoisie, contributed for the positions taken by the newspapers as of 1964. It also tries to understand how, during political liberalization initiated in Geisel's government (1974-1979), the media still relucted in openly conflict with the military and only partially supported the popular criticism to the Dictatorship.

**Key-Words:** Press; Military Dictatorship; Amazon; Class Struggle; Journalism

## **LISTA DE SIGLAS**

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

ASI – Agência de Segurança Interna

CEVM – Comissão Estadual da Verdade e Memória do Pará

CIDAPAR – Companhia de Desenvolvimento Agropecuário, Industrial e Mineral do Estado do Pará

DCE – Diretório Central dos Estudantes

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PDS – Partido Democrático-Social

PMPA – Polícia Militar do Estado do Pará

PSD – Partido Social-Democrático

SDDH – Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos

Sinjor – Sindicato de Jornalistas do Estado do Pará

SNI – Serviço Nacional de Informações

UAP – União Acadêmica Paraense

UnB – Universidade de Brasília

UNE – União Nacional dos Estudantes

UFPA – Universidade Federal do Pará

## LISTA DE IMAGENS

<b>IMAGEM 1:</b> Notícia de capa da Folha do Norte em 22/3/1964.....	21
<b>IMAGEM 2:</b> Notícias do Jornal do Dia após o Comício da Central.....	25
<b>IMAGEM 3:</b> Coluna “A Cidade como Ela É” do Jornal do Dia em 13/3/1964.....	26
<b>IMAGEM 4:</b> Primeira menção à morte de “Nelson” Luiz na imprensa paraense pelo jornal Folha do Norte (29/3/1968, capa).....	28
<b>IMAGEM 5:</b> Folha de A Província do Pará de 28/3/1968, na qual constam as colunas, o editorial do dia e a charge.....	31
<b>IMAGEM 6:</b> Capa de A Província do Pará no dia da Passeata dos 100 mil.....	33
<b>IMAGEM 7:</b> Capa de A Província do Pará no dia da invasão à Universidade de Brasília pelos militares.....	34
<b>IMAGEM 8:</b> Primeira menção à morte de Vladimir Herzog no Jornal O Liberal (27/10/1975, p.3).....	41
<b>IMAGEM 9:</b> Primeira página de A Província do Pará (20/01/1976).....	42
<b>IMAGEM 10:</b> Jornaleco em 21/10/1975.....	44
<b>IMAGEM 11:</b> Jornaleco em 28/10/1978.....	45
<b>IMAGEM 12:</b> Notícia da condenação da União por morte de Vladimir Herzog como dada pela Província do Pará, em 28 de outubro de 1978.....	49
<b>IMAGEM 13:</b> Notícia da condenação da União por morte de Vladimir Herzog como dada pelo O Estado do Pará, em 26 de outubro de 1978.....	50
<b>IMAGEM 14:</b> Recorte da seção de cidade do Diário do Pará (25/08/1982).....	60
<b>IMAGEM 15:</b> Anúncios Publicitários do Governo Jader Barbalho em Caderno Especial de O Diário do Pará (15/3/1984).....	64
<b>IMAGEM 16:</b> Recorte de O Liberal (16/12/1982).....	127

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Metodologias e Objetivos.....	15
2. PÁGINAS DE CHUMBO: A ATUAÇÃO DA IMPRENSA PARAENSE DURANTE A DITADURA.....	17
3. CONCLUSÃO.....	69
4. REFERÊNCIAS.....	72
ANEXO A – QUESTIONAMENTOS FEITOS À REGINA ALVES.....	79
ANEXO B – ENTREVISTA DE PAULO ROBERTO FERREIRA.....	116

## 1. INTRODUÇÃO

Entre o começo e o fim do período histórico da Ditadura Civil-Militar, a cultura brasileira, em suas mais diversas facetas, já não era mais a mesma. Entre renovações e preservações, áreas como a música, o cinema e a televisão agora se situavam em um país transformado pela modernização conservadora que os militares propunham (Napolitano, 2014). O Brasil agora era um país mais interconectado, com modernas telecomunicações, indústria de base consolidada e um amplo mercado consumidor, sem que fossem debeladas, no entanto, as históricas desigualdades que marcam a posição subalterna do país no sistema global capitalista. Analisando as diferentes perspectivas sobre esse mesmo período histórico, se destaca o papel da imprensa escrita no período, o qual se revela muito mais contraditória e heterogênea do que as memórias dominantes na sociedade brasileira fazem crer que é, especialmente ao considerá-la um dos grandes campos de batalha das intelectualidades do período.

Se é verdade que as ideias dominantes de um tempo são as ideias de suas classes dominantes (Marx; Engels, 2001), também é verdade que essas mentalidades não se assentam sem tensões e conflitos. Se as classes proprietárias têm à sua disposição meios de formulação de disseminação de mentalidade, os chamados aparelhos ideológicos (Althusser, 1983), as classes oprimidas também tem seus próprios meios de organização, e, junto a eles, gera seus próprios representantes por excelência. Esses intelectuais, chamados por Gramsci de “orgânicos”, são os que melhor representam os interesses de classe os quais fazem parte. E, no contexto da intensa batalha política que se travou após o Golpe Civil-Militar de 1964, consolidaram-se as feições do que seriam os blocos dos intelectuais tradicionais, indiferentes ou apologistas do regime militar, e dos intelectuais orgânicos das classes perseguidas (Gramsci, 1989), tanto os formados no período histórico imediatamente anterior ao da Ditadura quanto os que se formam já sob o véu do Golpe de 1964. Esta classe de intelectuais orgânicos, representando os setores perseguidos pelos militares (estudantes, camponeses e os setores mais avançados do operariado), entre batalhas e conciliações, efetivamente produziu um imaginário político tão forte do período que por vezes o papel do conservadorismo não é tão evidente para os historiadores menos cuidadosos ou que focam demasiadamente no eixo Rio-São Paulo.

A título de exemplo, é possível citar o mercado editorial do período. Editores ligados às publicações de esquerda, como Ênio Silveira e Jorge Zahar, sofreram pesadas perseguições por parte do Estado (Hallewell, 2012); foi fechado a Editorial Vitória, braço livreiro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), e a maior parte dos partidos marxistas, com forte tradição editorial, se viu forçado a publicar seus jornais e livros pela via de gráficas clandestinas, muitas

vezes em formatos xerocados ou mimeografados, configurando-se em uma verdadeira contracultura editorial. O repúdio do Conselho Federal de Cultura à obra “Genocídio Americano – A Guerra do Paraguai”, de Julio José Chiavenato, demonstra não só como a maior contestação (ainda que defeituosa) à memória militar brasileira veio de fora da universidade como também enfrentou inesperada resistência de uma certa memória oficiosa do regime (Queiróz, 2010) Paralelamente, as publicações dos grupos dominantes, como a Bloch Editores e a Abril procuraram capturar a modernização conservadora do país em sua produção livreira, em especial a Abril, cujo formato de fascículo encontrou seu auge na Coleção Os Pensadores, do começo dos anos 1970. Seu sucesso pode ser explicado não só pelo arrojado sistema de distribuição como pelo alinhamento implícito com a economia política da época – apesar de voltada aos setores acadêmicos, seu projeto gráfico conservador e seleção de filósofos tidos como clássicos (portanto, consagrados) encantou uma classe média que queria se ver como intelectualizada (Gomberg, 2017) em um momento de aparente boom econômico (Prado Júnior, 1976) e incentivo à distinção social pela via da educação, haja vista o incremento da industrialização, a maior exploração de áreas como a Amazônia (Loureiro, 2019) e a consequente necessidade de mais e melhor mão de obra.

Em suma, o mercado editorial brasileiro não se prestou inteiramente a um papel de rebeldia, mas sim a uma frágil negociação entre o poder político estabelecido e a divulgação de uma literatura política de oposição, porém desvinculada de um contexto abertamente militante. Estabelecido este paradigma – o da contradição –, é possível estudar o principal meio de divulgação impresso das ideias de sua época: o jornal.

Nacionalmente, os periódicos escritos não estavam livres das contradições Apesar da relevância da imprensa alternativa até como forma de sobrevivência da própria esquerda brasileira (Kucinski, 2003), o jornalista mais conhecido do período era o deputado federal Amaral Netto, visto como a face civil da ditadura (Krause, 2016). Além disso, há de se considerar a colaboração oficial dos veículos de mídia, em particular o grupo Folha, que se mostrou um grande colaborador dos militares (Outras Palavras, 2025). Entretanto, o estudo acumulado sobre o período, ainda que se compreenda como nacional, na realidade abarca somente as grandes divergências situadas no eixo Rio-São Paulo, diminuindo ou mesmo esquecendo das particularidades e conflitos de outras regiões. Para que tenhamos um painel verdadeiramente nacional das lutas entre os blocos das intelectualidades orgânicas, é preciso que se contemple também as particularidades das demais regiões brasileiras, que não se constituíam somente como meros reprodutores das tendências sudestinas, mas sim locais com uma dinâmica e história próprias. Por isso, se faz necessário olhar para o estado do Pará,

entender suas particularidades políticas e econômicas em relação à região sudeste e como os jornais e suas redações agiram historicamente, em especial no período da ditadura, o qual já foi estabelecida como um período vital para o país.

Quando o presidente João Goulart é destituído do poder no dia 1º de Abril de 1964, o Pará não se encontrava em nada isolado com as discussões e tendências presentes em outras regiões. Junto com a luta pela terra e a tentativa de negociação de reforma agrária realizada no governo Aurélio do Carmo (Monteiro, 1993), surge o livro “Tarefa”, estreia literária de João de Jesus Paes Loureiro, que focava na luta em prol dos camponeses (Oliveira, 1991) e que estava previsto para ser lançado no I Seminário Latino-Americano de Reforma Universitária (I SLARDES), a ser sediado em Belém entre o fim de março e o começo de abril, e Ruy Guilherme Barata, poeta modernista e simpático ao socialismo, dedicou um poema a João Pedro Teixeira (Barata, 2014), líder camponês pernambucano assassinado a mando de latifundiários (Coutinho, 1984). Até mesmo Jarbas Passarinho, articulador do Golpe, publicou um romance de crítica social no bojo do trabalhismo brasileiro (Moraes, 2021), poucos anos antes de ficar oposto a tal corrente. Estes exemplos, anedóticos a princípio, na realidade demonstram um movimento de atenção aos problemas criticados pelas alas mais à esquerda do país naquele momento, que se movimentavam para modernizar o país, seja pela via institucional ou pela via revolucionária. Essas movimentações não passaram do crivo dos militares, os quais, além de emparedar e censurar esta tendência, também terão aliados importantes quando se trata de realçar tendências culturais política e/ou esteticamente conservadoras. Esses aliados foram os jornais, aglutinador e porta-voz privilegiado na depauperada realidade paraense.

Ao analisar a formação social do Pará, é notável a sujeição do Estado a mero exportador de matérias-primas, sem indústria desenvolvida e, por conseguinte, com fracas camadas médias (Loureiro, 2019), o que tende a se manifestar na circulação de informações e na produção de cultura. Desde que Filipe Patroni fundou o primeiro jornal do estado, *O Paraense*, ainda antes da independência (Coelho, 1993), a maioria da imprensa local seguiu a tradição de ter um fundador ligado diretamente a um grupo político em particular, com interesses econômicos e políticos explicitamente postos ao público. Quando é deflagrado o Golpe de 1964, Hélio Gueiros, então diretor do jornal *O Liberal*<sup>1</sup>, usa seu veículo de mídia para declarar total apoio

---

<sup>1</sup> Nesta época, o Jornal O Liberal, fundado em 1946, era o órgão central da seção paraense do Partido Social-Democrata (PSD), constituindo-se em um jornal apologético ao Gen. Magalhães Barata e à corrente do baratismo. Em 1966, o jornal é vendido a Rômulo Maiorana, que o reformula e o transforma em veículo (pretensamente) imparcial, sem vinculação nominal a grupos em particular

aos militares (Coimbra, 2003), confundido e borrando os limites entre os interesses individuais de Gueiros com os do jornalismo. Este apoio será compartilhado pela *Folha do Norte*, de Paulo Maranhão, rival político do grupo de Hélio Gueiros, e também do jornal *A Província do Pará*, cujo diretor, Milton Trindade, chegou a se eleger senador da República (Rocque, 1976) em nome do ARENA, partido governista. Em suma, a despeito de eventuais e marginais diferenças políticas, esses três jornais, que constituíam os principais da mídia impressa paraense, se constituíam como baluartes ideológicos das classes dominantes, os quais estavam alinhadas com a ditadura.

Para além das opiniões explícitas dos editoriais e dos colunistas, tal alinhamento se reflete no próprio jornalismo desses veículos. Até o início da ditadura militar, os jornais locais, tanto pelo contexto político de sua criação quanto por conta do próprio fazer jornalístico da época, se caracterizavam por uma forte passionalidade e parcialidade por parte dos redatores, mesmo quando não se tratava de uma coluna – tal estilística foi especialmente evidente nas crises políticas paraenses, como a luta contra e a favor de Magalhães Barata (Rocque, 1999). Entretanto, a partir de meados da década de 1960, tanto por imposição da censura política quanto pela evolução da redação jornalística, o texto passou a se pretender mais objetivo e pretensamente imparcial, exceto nas seções dedicadas aos colunistas. Esse método de trabalho mais informativo, concentrado no mero repasse acrítico dos fatos, na prática, acabava por naturalizar muitas ações que, mais tarde ou na época, foram vistas de maneira extremamente crítica pela historiografia – esta prática redacional é chamada por estudiosos da comunicação como “jornalismo declaratório” (Araújo, 2023). Esta naturalização, porém, não foi exposta de maneira a demonstrar toda a sua gravidade.

Por conta de tudo que já foi exposto, se torna premente realizar uma análise do impacto político dos intelectuais representantes das classes dominantes durante este período histórico no Pará. Não se trata de analisar apenas a cultura do período e nem de realizar uma descrição fria desses perfis, mas sim de entendê-la como a continuidade de uma longa genealogia elitista, e de compreender igualmente os (auto)apagamentos, realces e conciliações que ocorriam no período como um prisma para se compreender que projeto histórico estava posto para o Estado do Pará naquele momento, além de compreender como se construiu o largo estado de esquecimento no qual se encontram, hoje, estes pensadores.

## **1.1 Metodologias e Objetivos**

Por se tratar de uma história tanto oficial quanto esquecida; pelo fato das relações da história dentro da redação jornalística não se construir apenas de forma pública, mas também

nas relações cotidianas; e por compreendermos que o campo de batalha desses campos abarca múltiplos *fronts*, a seleção bibliográfica e de fontes deste trabalho não foi uma tarefa fácil. A escrita sobre o período da ditadura ainda é relativamente escassa, e necessitou do apoio de autores que escreveram concomitantemente ao seu período, como Alfredo Oliveira e Paulo Roberto Ferreira (que também figura como entrevistado), e não necessariamente de historiadores.

Após realizar as leituras de apoio, o autor precisou realizar um recorte temático para dar maior objetividade ao trabalho. Para estudar o lado dos apologistas do regime, o recorte precisou ser bastante rígido, pois foi rapidamente constatado que estas figuras, proeminentes em sua época, realizaram vasta produção literária, em especial nos grandes jornais paraenses do período, como *O Liberal*, *A Província do Pará*, *O Estado do Pará* e, mais para o fim da ditadura, o *Diário do Pará*. Por limitações temporais e de escopo, não foi possível estudar com profundidade processos históricos importantes, como as campanhas eleitorais de 1982, que duraram meses até o dia da votação, em 15 de novembro. Em vez disso, foi selecionado um recorte dos principais fatos estudados do período, tanto pela historiografia nacional que aborda a ditadura (Napolitano, 2014; Fausto, 2010; Jordão, 1978, etc) quanto pela produção regional (Petit, 1996; Ferreira, 2015; Veiga, 2018; Maklouf, 1994, etc), e partir daí se deu um confronto com a cobertura jornalística do período. A análise da cobertura incluiu as peças editoriais, que efetivamente expressam a opinião oficial do jornal, mas não podiam se limitar apenas a elas pois vários periódicos, como o *Liberal* (1966-78), *A Província* (1975-1985) e *O Estado do Pará* (1978-1980) não produziram editoriais, e por conta disso outros critérios foram adotados, como o tamanho e a disposição das notícias no jornal, a opinião de colunistas ou a limitação da cobertura ao jornalismo declaratório e, em última análise, a opinião pessoal dos donos dos jornais, pois, ainda que não ditassem sua linha editorial, o poder material e simbólico dos donos dos jornais acabava por suplantar ao dos jornalistas, além de terem maior poder para legitimar ou desacreditar a ordem vigente. Paralelamente, foram consultados alguns números do jornal *Resistência*, da SDDH, para maior contextualização e apoio na seleção do escopo da pesquisa. Este filtro busca criar um mosaico, ainda que incompleto, das visões políticas destes veículos sobre o período, o qual nem sempre condiz com a memória atual dessa época.

À medida que a leitura dos jornais prosseguia, constatou-se a necessidade de se consultar e até realizar entrevistas orais com pessoas do período. Isto ocorreu devido à limitação das fontes escritas em reconstituir sozinhas tanto vivências cotidianas quanto, até mesmo, informações oficiais que não foram registradas. Por exemplo: é necessário entender a posição política dos donos e dos editores; a rotina das redações e as posições dos jornalistas tanto

enquanto classe quanto como empregados de uma determinada empresa; relações oficiais e officiosas de propaganda e apoio entre os jornais e os políticos e militares, e até mesmo. Por limitações de tempo, foram selecionados somente 2 entrevistados: Regina Alves e Paulo Roberto Ferreira.

Concomitante à pesquisa, foi feita a deste trabalho escrita. O capítulo principal, “Páginas de Chumbo: a atuação da imprensa paraense durante a ditadura”, trata a respeito da produção da intelectualidade dentro dos veículos da grande imprensa, comentando os fatos de relevância local e nacional. Este recorte ajuda a entender que posições foram tomadas em diversos momentos críticos (tanto pelos editoriais quanto por colunistas individuais), nos quais a historiografia colheu apenas a ação e opinião dos setores que lutaram contra a ditadura, sem dissertar sobre a opinião dos jornalistas e articulistas apoiadores da ditadura e seus chefes de trabalho. Além disso, investiga um pouco o jornalismo cotidiano dos veículos de imprensa considerando as contradições da época.

O desenho deste perfil da inteligência e do jornalismo paraenses, ainda que em estado inicial, deve servir para entender não só a real proporção que apologistas e defensores da ditadura tinham na luta política do estado e da capital, como também entender as contradições deste campo para além de seus papéis de origem – devem ser enfatizados também os momentos de conciliação, durante e após a vigência da ditadura militar no Brasil, principalmente como forma de apaziguar certos atores os quais se localizavam em campos opostos do espectro.

## 2. Páginas de Chumbo: a atuação da imprensa paraense durante a ditadura

No Pará, desde a proclamação da República em 1889, a atividade jornalística de grande imprensa assumiu caráter distinto daquela praticada no sudeste do país. Em São Paulo e Rio de Janeiro, os jornais assumiram um caráter corporativo, vendo a si próprios como veículos imparciais de informação, e seus donos eram tratados como empresários e homens de negócios – isto é, nomes como Assis Chateaubriand (Morais, 2011), Roberto Marinho (Nossa, 2019), Samuel Wainer (1989) e a família Mesquita se inseriam e eram vistos no cenário político não só como atores privilegiados, mas igualmente como profissionais da notícia, compromissados com o interesse público. No estado do Pará, porém, o cenário era um pouco diferente.

Historicamente, a imprensa paraense foi dominada por jornais assumidamente panfletários, ligadas explicitamente a um partido ou mesmo a um político em particular. O primeiro grande exemplo, criado ainda sob a vigência do Império, é o jornal *A Província do Pará*, que tinha o político Antônio Lemos como um de seus três sócios, e que mais compraria as partes dos outros dois sócios para ser o único proprietário do jornal (Rocque, 1996). Os adversários políticos de Lemos, por sua vez, se refugiavam no jornal *Folha do Norte*, de propriedade da Eneás Martins e Cypriano Maranhão, e que pautava sua linha editorial simplesmente em oposição a Lemos e seu grupo político (Silva; Seixas, 2013), e, após a Revolução de 1930, se opôs ao chamado “baratismo”, quando o jornal já era propriedade da família Maranhão (Lima, 2024). Em 1946, já no contexto do fim do Estado Novo, surge o jornal *O Liberal*, que atuava como órgão central do Partido Social-Democrático de Magalhães Barata, função a que ocupou até 1966, com a compra do jornal por Rômulo Maiorana, que o deu uma feição mais empresarial e menos escancaradamente parcial (Pereira, 2002). Estes três jornais, os mais longevos da imprensa local, foram palcos privilegiados das batalhas políticas dos setores rivais das classes dominantes paraenses, embora não se limitassem apenas a isso. Como estes veículos de mídia surgiram no contexto da modernidade capitalista, em que os próprios veículos são lidos como mercadoria, nenhum jornal se sustentava somente a partir das polêmicas públicas. Eram necessários, além de seções diversas do jornalismo, uma redação diversificada para expandir o público leitor. Foi isso o que permitiu a contratação do então sindicalista Raimundo Jinkings pela *Folha do Norte* no começo da década de 50 (Brasil, 1995), e foi o que permitiu ao jurista marxista Levi Hall de Moura (2013) que publicasse, em *A Província do Pará*, os ensaios que mais tarde juntou em livro. Entretanto, ainda que a atividade editorial de um jornal não se limite à sua posição na luta de classes, ela é, em última

instância, definida por esta, e o período da ditadura civil-militar fornece farto material para este estudo.

Poucas semanas antes do golpe, os jornais de grande imprensa de Belém estavam, em grande parte, alinhados com a opinião dos jornais sudestinos a respeito do governo João Goulart. *A Província do Pará*, que priorizava o noticiário nacional em detrimento do regional por conta de sua afiliação aos Diários Associados, republicava violentos editoriais atacando o governo João Goulart, como este, editado no dia seguinte ao Comício da Central:

Por muitos aspectos, o meeting que os comunistas convocaram, para a êle comparecer, com as suas faixas, cartazes e incitamentos e no qual o Presidente da República pediu a sua volta aos pleitos eleitorais, *relembra as reuniões fascistas e nazistas de Mussolini e Hitler.*

A mesma algazarra, a mesma vituperação, os mesmos ‘slogans’ violentos, os mesmos insultos aos adversários, a mesma triste e vergonhosa exploração dos sentimentos populares.

[...] O sr. João Goulart jamais foi votado para a Presidência da República e nunca o seria, em condições normais.

[...] Os observadores imparciais da cena degradante, são unânimes em concluir que ela marcou a decadência mais dolorosa do prestígio político do Presidente da República, pois os sindicatos representados e a multidão que ali acorreu, às custas dos cofres públicos, reservaram todo o entusiasmo para seu cunhado e para o líder comunista, sr. Miguel Arraes, e o chôchos aplausos dirigidos ao mais importante orador do comício eram arrancados por uma “claque” ativa e sem dúvida generosamente paga.

[...] Horas de amarga insônia deve ter vivido o sr. João Goulart, depois de sentir por uma comprovação indiscutível, que é hoje tão somente um juguete de forças que não se acham mais sob o seu controle e que se preparam sofregamente para afastá-lo do seu caminho.

É o seu primeiro grande castigo (*Província*, 1964, p.4. Grifos do Autor)

O estilo editorial, que se repetiu todos os dias até a deflagração do golpe, é marcado pelo sensacionalismo, como a equiparação de João Goulart ao nazismo; insinuações de conspirações sub-reptícias e até a mentira pura e simples<sup>2</sup>. Fora da opinião formal do jornal, os colunistas, também “importados”, seguiam na mesma linha, com a notável exceção de Carlos Rocque, o qual era um dos poucos colunistas nativos de Belém e ainda sem produção literária consolidada, procurava inserir um tom mais ameno às críticas contra o governo

---

<sup>2</sup> Ao contrário do que o editorial afirma, João Goulart foi, sim, eleito para o cargo, pois assumiu inicialmente como vice-presidente em outubro de 1960, cargo que era votado separadamente em relação ao Presidente, o qual renunciara em agosto de 1961. Considerando que o processo era amparado pela Constituição vigente (1946), a afirmação do editorial é falsa e provavelmente foi proferida como expressão de má-fé e desespero político por parte do articulista

federal. No contexto das Reformas de Base, o jornalista emendou a seguinte opinião em relação ao decreto que congelava o preço dos aluguéis:

João Goulart assinou o Decreto que regulamenta os aluguéis das casas residenciais. Teria sido esse Decreto benéfico para os inquilinos de todo o Brasil? Logicamente teria de ser: para isso foi elaborado pelo Ministro da Justiça. Na realidade, sim e não. E as razões vamos apontá-las: a) – vê-se, na primeira leitura, que a preocupação dos idealizadores foi principalmente favorecer aos inquilinos da Guanabara, São Paulo e Brasília. Porque a regulamentação nos moldes em que o Presidente assinou, só se coaduna para apartamentos: b) – a divisão de compartimentos (cada quarto, tanto por conta do salário) é uma assertiva c) – somente nas grandes Metrôpoles é que o maior índice de habitação é em apartamentos; d) – no Norte, onde a predominância é de casas térreas ou estilos ‘bangalôs’, a nova Lei é quase inaplicável.

Na Guanabara (por exemplo) é que se nota aluguéis exorbitantes por apartamentos. Esse Decreto tornou-se, portanto, útil: não mais se verá cubículos em Copacabana serem alugados por 80 mil ou 100 mil cruzeiros. Muito bom, para lá. Porém, o Brasil não é só Guanabara, São Paulo e demais grandes centros. Em Belém, a grande massa de locatários não vive em apartamentos: os edifícios relativamente são pouquíssimos. E por que não “bolar” uma Lei que tivesse fácil aplicação em todo o território nacional? Por que, no lugar de avaliar o aluguel por compartimentos (uma barraca pode ter cinco quartos), não o fizeram pelo valor do imóvel? A idéia da Aliança dos Inquilinos da Guanabara era exatamente esta: a SUNAB contrataria engenheiros para procederem às avaliações, e dos totais, deduziam-se três ou quatro por cento ao ano. Seria uma medida justa porque acabaria com a exorbitância do pobre ou do médio não poder mais alugar casa de alvenaria.

Para terminar, uma pergunta: nos poucos edifícios de Belém o Decreto presidencial terá obediência? Só quem nos pode responder é a SUNAB (Rocque, 1964, p.3)

Em outra coluna, feita logo após o Comício da Central, o jornalista traz um tom totalmente diverso daquele trazido pelos editoriais:

O brasileiro, acima de qualquer conceito, é bom; não alimenta ódios nem guarda rancores. Possui uma índole excessivamente pacífica e cordata; em outras palavras, apesar das badernas constantemente promovidas por grupos políticos, tem um profundo respeito às autoridades, mesmo nos casos em que essas autoridades não mereçam o devido respeito. Em geral, quase tudo o que se pleiteia nesse País se consegue por meios suassórios. Ou depois de muitas discussões e ameaças. Dificilmente o brasileiro recorre ao recurso das armas. [...]

Por tudo isso, temos fé no futuro do Brasil, fé que nos vem ao analisar a índole de seu povo. Países maiores (econômicamente), de poderios invejáveis, de fortes bases democráticas, dão tristes exemplos, por causa dos acirrados ânimos de seus habitantes. Dificilmente em outra Nação um Presidente da República teria a coragem de pregar reformas da Constituição, gritar contra as forças econômicas dominantes, em plena praça pública, num comício. Por muito menos, Kennedy foi assassinado. E no Brasil nada

acontece: nem um simples corpo-a-corpo entre populares. É de se confiar mesmo no futuro desta terra. (Rocque, 1964, p.6)

A despeito das problemáticas historiográficas da tese central do texto, a qual crê na índole pacífica do brasileiro<sup>3</sup>, o autor acaba por se constituir um ponto fora da curva no cenário de grande pessimismo e ataques incessantes ao governo de João Goulart ao acreditar no sucesso das Reformas de Base. Mesmo nos momentos de crítica, se nota uma aparência de normalidade democrática, sem os xingamentos e o baixíssimo nível registrado nos editoriais. Esta mediação entre intenção e ação está ausente na vasta maioria da produção *que A Província* realizou nesta época – isto é, o jornal e vários de seus colunistas apenas atacavam intransigentemente o governo Goulart, sem entrar sequer no mérito das chamadas Reformas de Base.

Enquanto *A Província* repassava o noticiário e os autores sudestinos, o jornal *Folha do Norte*, mais conservador na forma e no conteúdo, não dava tanto destaque às pautas tidas como nacionais, fazendo a produção ser mais esparsa em comparação com a *Província*. A opinião, entretanto, convergia no que dizia respeito ao governo federal e suas políticas reformistas. No dia 22 de março de 1964, a *Folha do Norte*, em sua capa, uma curta notícia que dava nota de um ato simbólico – um enterro de caixão como o enterro do comunismo – realizado por um “grupo de democratas” em repúdio à “bolchevização do país” (Folha, 1964, p.1). 5 organizações compuseram o ato, 3 das quais completamente irrelevantes no cenário político<sup>4</sup> da época e 2 mais destacadas: o Grupo de Ação Patriótica, de extrema-direita, financiado pela CIA e detentor de um estoque de armas de fogo (Diddartha, 2020); o outro, Falange Democrática, é ligada diretamente com o fascismo – embora não tenham sido encontradas fontes específicas sobre essa organização neste pesquisa, é inequívoco que o nome “falange” é associado, no contexto político, ao fascismo espanhol criado por Francisco Franco e Primo de Rivera (Venturini, 2006). Dessa forma, vemos não só a distorção dos critérios jornalísticos de relevância e noticiabilidade (dado o minúsculo tamanho dos grupos políticos do protesto) por parte da *Folha do Norte* como, igualmente, a ausência de qualquer

---

<sup>3</sup> Esta ideia pode ser questionada ao se verificar as inúmeras revoltas populares ocorridas em solo brasileiro, uma delas sendo a Cabanagem, no qual o autor Carlos Rocque iria estudar somente na década de 1980

<sup>4</sup> Nas buscas realizadas na Ferramenta Google, não foram encontradas *nenhuma* fonte que pudessem descrever do que se tratavam a Ação Vigilante do Brasil, Brigada Nacional Estudantil e Vanguarda Democrata do Brasil – 3 organizações as quais, como afirma a *Folha do Norte*, compuseram o ato

limite ou princípio da oposição à Goulart – contra o “bolchevismo”, valia tudo, até mesmo se aliar com grupos fascistas e de extrema-direita.



IMAGEM 1: Notícia de capa da Folha do Norte em 22/3/1964. Reprodução: Biblioteca Pública Arthur Vianna

Por conta de seu foco no noticiário local, a *Folha do Norte* contava com mais colonistas autóctones, os quais podiam tocar, de forma mais ou menos frequente, as questões políticas. Um deles, o ex-senador Augusto Meira, estava explicitamente alinhado com as elites locais por sua condição de latifundiário, e se punha contra qualquer reforma agrária sob o argumento da inviolabilidade da propriedade privada, como é demonstrado em artigo de opinião de 22 de março de 1964, ainda em resposta ao discurso do Comício da Central:

[...] Através de todos os tempos, o direito de propriedade se manifesta como um princípio fundamental de bem estar de cada um e da sociedade em geral.; É um direito sagrado imanente e exclusivo, à pessoa que, com o seu trabalho, pode acumular o indispensável à sua segurança econômica e o bem estar dos seus. Seja na Grécia, seja em Roma, essa pretensão de assaltar o alheio sempre constituiu um caminho de devastações, inquietações, desgraças e calamidades. O respeito aos direitos do homem econômico constitui princípio fundamental intangível. Só a toleima, a ignorância, a perversão moral poderiam insistir na demência de hostilizar desse direito sagrado, reconhecido em todas as idades. Todos esses princípios concernentes à expropriação devem viver à luz da mais perfeita honestidade e isenção de espírito. De um lado o proprietário se verá perseguido, [ilegível].

Só em casos honestos, de necessidade pública terão de ceder o seu direito em favor de um entendimento indispensável. Por outro lado, o Estado fica liberto da necessidade de perseguir e de fazer despesas absolutamente inúteis e prejudiciais à própria administração. Isto é o que está compendiado e assentado na legislação de todos os povos cultos. É o que temos em nosso direito como um princípio fundamental que, de modo nenhum, pode estar, nem ser superado. Daí não há que sair. Na boa compreensão do governo há de saturar êsses princípio seguros para trazer a cada qual à sociedade em geral, aquela tranquilidade de espírito que é uma das razões de ser da própria existência do Estado. Tudo que não fôr isto é laceração social, é inquietação, é desarmonia e causa de ruína para os prejudicados e para o próprio governo. A primeira necessidade da lavoura nacional está no respeito integral ao direito de propriedade. Daí por diante o que resta é melhorar as condições de trabalho, e uso constante e inteligente de métodos e aparelhos novos, que façam, realmente, da lavoura uma cornucópia de abundância. Nêsse terreno nos tem faltado tudo. Os métodos de trabalho são primitivos. A lavoura não tem os aparelhos novos de que não pode prescindir. Não tem estradas que facilite os transportes das mercadorias, a poupança de tempo. As classes trabalhadoras não tem aquela técnica indispensável à perfeição dos trabalhos e muitos trabalhos úteis, cuja realização valeria por altos benefícios, deixam de ser realizados. Tudo isso importa em prejuízo cujos frutos são sempre amargos. A insistência de S. Excia nos pontos de vistas em que se coloca conturbam a nação, afrontam as tradições do país em seus anseios de liberdade e trabalho de concórdia e de qualquer possível felicidade. O governo de S. Excia está sendo um pesadelo, quando podia ser um lábaro de tranquilidade e de esperança. (Meira, 1964)

Meira, ao escrever sua coluna, não tinha em mente apenas se opor à João Goulart, mas também à intensa luta de classes que ocorria naquele período, e que tinha como uma de suas grandes pautas a reforma agrária. A resposta do político para tal questão social se limita apenas na melhoria das técnicas produtivas nos agricultores<sup>5</sup>, ignorando a formação social da propriedade no meio rural e até mesmo crendo-a como virtualmente intocável (vide os

---

<sup>5</sup> Tese a qual se provou equivocada pela modernização conservadora promovida pelos militares na Região Amazônica, que melhorou o nível técnico da agricultura, mas aumentou enormemente os conflitos sociais. Para mais informações, consultar Loureiro (2019)

múltiplos usos da palavra “sagrado”). Ao relegar a expropriação como uma atitude reservada a momentos excepcionais (e os quais nunca são exemplificados), e ao qualificar a propriedade privada como um direito natural, o autor faz duas coisas: primeiro, confunde o latifúndio com qualquer posse privada da terra, quando era bem estabelecido entre os militantes da época a crítica à grande propriedade que caracteriza o latifúndio (Coutinho, 1984); e segundo, despreza a própria historicidade do conceito de propriedade, que, como prova Engels (2018), não apenas não é natural como surgiu sob uma necessidade histórica específica do mundo europeu, além de desconsiderar as sociedades indígenas, que desconhecem o conceito de propriedade privada como um todo (Bonin, 2015) – a propriedade privada tem um desenvolvimento, o que a dota de uma historicidade e, por conseguinte, não é natural. Portanto, ao desprezar tais conhecimentos, já diagnosticáveis na época, o texto de Meira está pouco preocupado com a história e com o direito e mais com a luta de classes e com a ideologia, no sentido marxista do termo (Marx; Engels, 2007)

Outro colunista, Rômulo Maiorana, futuro proprietário do jornal *O Liberal*, escrevia de forma mais amena, até por não estar caracterizado como colunista político e sim como colunista social. Isto pode ser verificado na edição de 22 de março de 1964, quando, faltando uma semana para o golpe, Rômulo entrevista o ex-prefeito Lopo de Castro, o qual discute as reformas em voga e ainda afirma confiar em João Goulart:

[...] d) Qual sua posição em relação às reformas de base e, em particular, à agrária?

R – Ninguém pode negar que o nosso país está precisando de grandes reformas. A mais importante de todas e, lamentavelmente, ainda não foi lembrada, é a reforma de caráter de muitos homens a quem o povo tem teimado em entregar os destinos do país

[...] h) E por último: acredita firmemente na realização das eleições em 1965 e crê na sinceridade do dr. João Goulart ao afirmar que entregará a Presidência da República a seu sucessor eleito?

R – Democrata por excelência, acredito na realização do pleito em 1965. Tanto acredito que já estou dando, mais uma vez, minha parcela de colaboração em favor da candidatura de Adhemar de Barros. Por outro lado, não tenho por que descrever do que diz o presidente João Goulart, homem com quem tenho falado inúmeras vezes e em quem sempre vi os mais nobres propósitos. (Maiorana, 1964, p.8)

Apesar da aparência de normalidade, Lopo de Castro conspirava junto com os militares, como o político e empresário admitiu, 3 décadas depois, ao jornalista Carlos Rocque (1997). Maiorana, por sua vez, embora sem muita relevância na época do Golpe, viria a participar ativamente da política das classes dominantes a partir dos anos 1970.

Da grande imprensa, restava ainda o *Jornal do Dia*, da família Carneiro. Procurando mimicar o jornal *Última Hora*, do Rio de Janeiro (Pinto, 2015), o *Jornal do Dia* tinha uma linha editorial mais enxuta que seus concorrentes, porém muito mais crítica em relação aos problemas do Brasil e do Pará, em particular da capital, dedicando toda a seção de Cidades para discutir tais problemas, e as matérias dessa seção tinham certo destaque na primeira página, como demonstra a seguinte chamada, acompanhada de foto, publicada em 13 de março de 1964:

Não é piada, não. A notícia foi divulgada na cidade em caráter oficial: o sr. Moura Carvalho anunciou pomposamente que vai tomar “enérgicas providências” para consertar as ruas dos subúrbios – determinou o aproveitamento dos restos da madeira usada na construção de palanques do Carnaval para fazer novas estivas. Candidatando-se à alcunha nova de “o prefeito das estivas”, o Prefeito esquece que para cobrir de estivas as ruas de Belém cheias de lama e mato seriam necessárias as tábuas de milhares de milhares de palanques carnavalescos. Os palanques do último reinado de Momo não dão nem para fazer uma mísera ponte sobre a famosa Vila Pará, de cuja calamitosa situação a foto nos mostra um aspecto. – (“A Cidade Como Ela É”, página central). (*Jornal do Dia*, 13 mar 1964, p.1)

O jornal, portanto, se punha em oposição ao governador Aurélio do Carmo e o prefeito Moura Carvalho, ainda que estes tentassem se alinhar com João Goulart no plano nacional (Bahia, 2008), o qual recebia olhares mais simpáticos do jornal, como demonstra a cobertura do Comício da Central.





IMAGEM 3: Coluna “A Cidade como Ela é” em 13 de março de 1964. Fonte: Acervo do Autor

Entretanto, tudo que ainda poderia existir de oposição ou transigência com João Goulart foi derrubado com a deflagração do Golpe Civil-Militar em 1º de abril de 1964. Os jornais *Folha de Norte* e *Provincia* apoiaram entusiasticamente a deposição do governo federal, seguidos do titubante O Liberal, que seguiu a posição oportunista do PSD paraense, que não fora apoiador de primeira hora dos militares (Petit, 2016). Nesta tempestade política, o *Jornal do Dia* capitula de sua posição contestadora e chega até a publicar artigos do “Peixe-Agulha”, coronel que liderou a invasão à sede da UAP na ocasião do golpe (Oliveira, 1991). Esta mudança, que evidencia a fragilidade ideológica do periódico, pode ser encarada como uma escolha puramente mercadológica, haja vista o sucesso do *Última Hora* no sudeste brasileiro e na ausência de um congêner nortista que rivalize com os jornais mais conservadores. Porém, independente das reais motivações da rendição ideológica do *Jornal do Dia*, este fato serviu para demonstrar a fragilidade política do jornalismo praticado naquela época.

Do golpe de 64 até a abertura política iniciada em 1979, a tônica principal da imprensa paraense, contrária à memória sudestina de grandes redações combativas e engajadas e uma imprensa independente forte, foi a da subserviência e mesmo a exaltação do regime militar e suas principais figuras pela via de seus colonistas e até mesmo do próprio editorial dos

periódicos, sendo tão somente toleradas algumas vozes dissonantes nas redações. É evidente que, considerando as circunstâncias de censura e também da clandestinidade das esquerdas principalmente após o AI-5 (Gorender, 2013), não seria possível esperar sequer denúncias das torturas exercidas durante o período ou a repressão a movimentos como a Guerrilha do Araguaia. Entretanto, a tese deste trabalho é a que os jornais locais, ainda que não tenham aberto mão totalmente da denúncia e da crítica em sua prática jornalística, *escolheram* não se indispor com a ditadura militar até mesmo face aos movimentos de massa ou afrouxamento da censura, quando essa crítica era possível de ser feita. Esta política ficará evidente em uma análise dos principais acontecimentos públicos e notórios ocorridos durante o regime militar, tanto a nível nacional quanto regional.

O ano de 1968, eternizado nas mentes de seus protagonistas como um período de radical contestação ao status quo no mundo inteiro (Ventura, 2018), não passou incólume às manchetes da grande imprensa paraense. As eleições americanas, a guerra do Vietnã, a invasão da Tchecoslováquia pela União Soviética e até mesmo os desdobramentos da Revolução Cultural Chinesa renderam muitas páginas aos periódicos locais, em jornalismo que podia ser mais ou menos parcial. Quando se trata das crises brasileiras, contudo, a abordagem jornalística é bem menos incisiva, o que já se torna visível na primeira grande crise de 1968, a qual até respingou no estado: o assassinato do estudante paraense Edson Luiz em fins de março de 1968. Quando a notícia chega em Belém, a *Folha do Norte*, o jornal que mais deu destaque ao fato, inseriu a efeméride na primeira página do jornal, porém noticiando como um conflito qualquer, e ainda se referindo erroneamente ao estudante como “Nelson Luiz”. O erro, no entanto, seria rapidamente corrigido no dia seguinte – no dia 30 de março, a *Folha do Norte* noticia a repercussão da morte em sua manchete e na seção inteira de política, desta vez com o nome correto do estudante.

# Violento Conflito Entre Estudantes e Polícia: 2 Mortos

RIO, 25 (Asapress) — Verificou-se sério conflito, esta noite, entre estudantes e soldados da Polícia Militar, às proximidades do Calabouço, onde existia o antigo restaurante dos estudantes. Ao que se informa, foi morto um jovem, de nome Néelson Luiz e seu corpo levado para Assembléia Legislativa pelos colegas. Há também informações de que outros estudantes, ainda não identificados, teriam sido internados em estado grave no Hospital "Salgado Filho".

Os motivos do conflito ainda são obscuros, prevalecendo, entretanto, a versão de que um comício sobre o "arrôcho" salarial teria sido o estopim do caso. (Mais Detalhes na Página Nacional)

IMAGEM 4: Primeira menção à morte de "Nelson" (sic) Luiz na imprensa paraense pelo jornal *Folha do Norte* (29/3/1968, capa). Reprodução: Biblioteca Pública Arthur Vianna

Nos dias seguintes, a *Folha do Norte* deu ampla repercussão à crise, chegando até mesmo a entrevistar parentes de Edson Luiz residentes no Pará (*Folha*, 1968). Entretanto, tanto os colunistas, os quais comentavam com avidez os principais fatos da contemporaneidade, quanto o próprio editorial permaneceram omissos em tomar uma posição mais contundente, uma atitude que poderia ser estranha à primeira vista quando se trata de um veículo que teve sua história marcada por inúmeras polêmicas públicas com figuras poderosas da política, mas que pode ser explicada com mais fontes e atenção a estas – na altura dos acontecimentos, Paulo Maranhão, dono e principal polemista da *Folha do Norte*, já havia falecido, e o jornal já se encontrava em acentuado declínio em virtude de brigas internas da família Maranhão (Leal, 2007), e com cada ala, apesar de suas diferenças, aspirando a uma visão empresarial e menos passional. Esta conjuntura interna pode ajudar a entender a posição dúbia do jornal, que prosseguiu nos meses seguintes.

Em junho, na ocasião da Marcha dos 100 Mil, a *Folha do Norte* continuou dando atenção à chamada "questão estudantil", até por ter se dado conta de que se tratava de uma crise de grandes proporções. Entretanto, pela Marcha ser algo mais localizado no Rio de

Janeiro, a *Folha*, que prezava mais pelo noticiário paraense em suas fileiras, não deu o mesmo destaque em comparação à crise de meses antes, ainda que tenha sido objeto de um colunista, o qual reconhece a validade dos atos do movimento estudantil, porém de forma a apaziguar o movimento, como se esperasse um ato de reconciliação nacional da Presidência (Felipe, 1968). Entretanto, sendo apenas um colunista, não representa nem a voz do jornal e nem o resto de sua redação, como demonstra a coluna de João Malato e os termos que se utiliza ao criticar o ativismo do bispo D. Helder Câmara:

[...] Gandhi, que depois de Cristo foi o maior apóstolo da doutrina da NÃO-VIOLÊNCIA, traduziu a sua política com uma atitude passiva: os braços cruzados. Agora, D. Helder Câmara, que pretende ser o Gandhi da *Índia* brasileira, repudia a fórmula dos braços cruzados - e inventa pois nova bizarrice [?] doutrinária: - uma “não-violência” valente, intrépida, atuante, e que, com certeza, os braços se descruzarão, para empunhar a dinamite e acionar as bombas “Molotov” (Folha, 1968. Grifos nossos)

Esta coluna, pertencente a um dos mais antigos e ácidos colaboradores da *Folha do Norte*, demonstra não só o quanto figuras hoje consagradas na memória nacional passavam longe de ser unanimidade em suas épocas como também o quanto a “velha” *Folha do Norte* poderia voltar a tecer críticas pesadas a personalidades desde que essas contrariassem os seus interesses, e neste momento, a posição da *Folha do Norte*, se não era mais de apoio explícito à ditadura militar, era de tolerância tácita com esta. Posição análoga, embora mais complexada, pode ser encontrada na Província do Pará.

Durante toda a vigência da ditadura militar, a Província, ligada com os Diários Associados, sempre deu maior prioridade ao noticiário nacional em detrimento do regional. Sendo assim, boa parte de suas colunas diárias eram repassadas do sudeste e, se aproveitando da fama de mais imparcial, realizava uma cobertura um pouco mais combativa e admitia até mesmo charges em seu corpo de texto, algo que nunca aconteceu na *Folha do Norte*. Um exemplo dessa combatividade pode ser observado na edição dominical de 29 de agosto de 1968, quando, já mais próxima do AI-5, *A Província* abre o Caderno 2 com uma reportagem de página inteira falando abertamente da ocupação da Faculdade de Arquitetura e os problemas denunciados pelos estudantes (Jurandir, 1968). Entretanto, a admissão de eventuais posições críticas não significava que o jornal fosse, no conjunto da obra, crítico ao regime militar. Os momentos políticos críticos, ao serem comentados pelo jornal, se resumiam a, no máximo, compreender das demandas da oposição, sem jamais entrar nos méritos políticos e ideológicos da “Revolução de 64”. O editorial “A Grande Mudança”, de 27 de junho de 1968,

e que trata das mobilizações estudantis, em especial o Maio de 68<sup>6</sup>, é um exemplo dessa política de contemporização:

Até certo ponto há um paralelismo entre a situação brasileira e a francesa. Mas os nossos estudantes clamam por aquilo que não falta na França. Os laboratórios, as bibliotecas, os centros de pesquisa, perfeitamente satisfatórios no Ocidente Europeu, estão, entre nós, muito abaixo das necessidades mínimas. Batem-se os moços pela multiplicação de vagas, pelo estudo ao alcance de suas posses, pela possibilidade de uma habilitação para o tremendo mundo de amanhã. Sentem que já não será com o elmo e a armadura dos cavaleiros andantes que hão de vencer as batalhas do progresso, senão com um preparo adequado aos graves problemas da produção econômica e da direção política de um país difícil, cujo progresso depende exclusivamente do preparo e da coragem de seus filhos.

[...] Mais que uma experiência, o povo francês teve uma vivência extremamente densa e fecunda nestes últimos dias. Poderemos aproveitar a lição. Antes que a crise estudantil, como aconteceu do outro lado do Atlântico, nos leve à paralisação do trabalho e aos imensos prejuízos materiais é preciso fazer alguma coisa. A França teve um prejuízo de muitos bilhões: as arruaças do Rio, muito mais modestas, já nos fizeram perder alguns milhões. Os incidentes surgidos na Guanabara<sup>7</sup> podem ser o começo de um rastilho muito maior que já se estenda à Brasília e à São Paulo. O melhor meio de interromper esse perigoso processo será empunhar a bandeira das reformas e levá-las a cabo, com coragem e determinação. Com isso, estaremos amanhã, como na França, em condições de enfrentar o teste decisivo da vontade popular e ver consagrados, pelo voto, os esforços feitos pelo Governo para mudar a face do Brasil (Província, 1968, p.5)

Em certas ocasiões, posições críticas podiam ser até desautorizadas pelo editorial, ainda que de maneira mais implícita. Na edição de 28 de março de 1968, a caricatura do dia mostra um homem de óculos, com dedo indicador em riste e, apontado para o alto, afirma que “é claro” que é a favor de uma candidatura civil, mas que “precisamos é vêr se há condições militares para isso”. Entretanto, a margem esquerda da página, a qual abriga o editorial do periódico, realiza inúmeros elogios ao “governo revolucionário” em relação à sua política energética. Isso demonstra elucidativamente os limites estreitos pelo qual a crítica aos militares poderia ser feita, mesmo muitos meses antes da decretação do AI-5 – apenas

---

<sup>6</sup> Os eventos conhecidos por Maio de 68 correspondem a uma série de protestos estudantis e operários concentrados em Paris. Inicialmente limitados à Universidade de Sorbonne, os protestos multiplicaram-se, tomando a forma de uma grande crítica ao conservadorismo nos costumes e na política (representados pelo presidente e Mal. Charles de Gaulle), sendo uma expressão do chamado “socialismo libertário”. Para mais informações, consultar CASTORIADIS; LEFORT; MORIN. Maio de 68: A Brecha. São Paulo: Autonomia Literária, 2018

<sup>7</sup> O estado da Guanabara correspondia à cidade do Rio de Janeiro entre 1960 (quando Brasília se torna distrito federal) e 1976 (quando é fundida ao estado do Rio de Janeiro)

aspectos marginais ou tornados isolados do regime poderiam ser criticados, mas jamais os pontos centrais destes, como a política desenvolvimentista de grandes obras, um dos grandes pilares da política dos militares.

## GERADORES DO PROGRESSO

A inauguração da segunda etapa da usina hidrelétrica de Cachoeira Dourada, pelo Presidente da República, representa mais um passo no programa de radical transformação das condições energéticas do País, atacado pelo Governo da Revolução.

Na pista de terra batida do aeroporto improvisado, cada avião que tocava o solo, ia levantando nuvens de poeira, que envolviam as autoridades à capera do Marechal Costa e Silva. Eis um instante que nos dá a exata medida do progresso brasileiro. A pista primitiva, ao lado de uma usina das mais modernas, é um símbolo da estrada do desenvolvimento que começamos a trilhar.

A usina de Cachoeira Dourada, na qual foram investidos nada menos de cento e trinta e três milhões de cruzeiros novos, será um elemento dinamizador da nova Capital Federal, o que tem uma indiscutível significação política.

A nova central marcha para os 440 mil quilowatts de potencial. Ainda este ano — declarou o Ministro das Minas e Energia, contaremos com mais 300 mil KW da usina do Peixoto, 300 da de Jupia, 80 mil serão acrescentados à potência do São Francisco, 100 mil surgirão em Boa Esperança, entre o Maranhão e o Piauí, 60 mil na central de Alegrete, no Rio Grande do Sul, e 100 mil em Santa Cruz, na Guanabara. Terá assim o Brasil mais de um milhão de quilowatts de crescimento real. A Revolução encontrou instaladas no Brasil pouco mais de cinco milhões de quilowatts. Somente as instalações e ampliações do corrente ano representam um acréscimo de vinte por cento sobre esse total. É um ritmo impressionante.

Mas o mais nos interessa não é o valor absoluto do potencial energético disponível e sim o consumo real "per capita", uma das medidas mais significativas do desenvolvimento. Enquanto na Noruega, um dos países mais ricos em potencial hidráulico, o consumo unitário vai a nove mil quilowatts, e nos Estados Unidos a quatro mil e oitocentos, o brasileiro não alcança ainda a casa dos trezentos quilowatts por habitante.

Daí o empenho do Governo revolucionário.

A produção de energia elétrica é fundamental para nós. Apesar da evolução favorável da indústria petrolífera, que processou em 1967 17 milhões de metros cúbicos de óleo bruto, dos quais quarenta e nove por cento vieram dos poços brasileiros, o desenvolvimento industrial — e em grande parte os transportes ferroviários — terão de basear-se na eletri-

cidade. No Governo do Marechal Costa e Silva a potência instalada elevou-se de 700 mil quilowatts, com o que já ultrapassamos a casa dos oito milhões efetivos.

Mas isso não basta. Os planos da atual administração são muito mais ambiciosos. O decreto de 7 de junho do ano passado definiu o Sistema Nacional de Eletrificação, estabelecendo as áreas de competência dos diversos órgãos. Foi possível assim uma revisão completa dos custos operacionais, realizando-se a fusão de várias empresas concessionárias, estatais ou privadas, cujas áreas de atuação se superpunham.

A meta para 1971 é de doze milhões de quilowatts. Em três anos teremos de instalar cerca de quatro milhões, o que exigirá investimento anual de um bilhão e meio de cruzeiros antigos. Não apenas no papel, mas nas trinta usinas que estão sendo construídas ou ampliadas, algumas das quais em plena expansão, com a de Jupia, cuja potência final de operação de um milhão e meio de quilowatts atingirá, em fins do corrente ano, a mais de setenta por cento.

Está nos planos de 1968 a inversão de dois bilhões de cruzeiros novos em energia elétrica convencional, mais do que a média prevista para o alvo de doze bilhões. E ainda — o que é mais importante — o ataque do problema da produção industrial de energia atômica. O convênio celebrado entre a Eletrobrás e a Comissão Nacional de Energia Nuclear, do Ministério das Minas e Energia permitirá a instalação, na região Centro-Sul, de um reator com a potência de quinhentos mil quilowatts, a entrar em operação dentro de seis anos.

Esta nossa terra admirável, onde coexistem as mais modernas usinas ao lado das pistas improvisadas de aviação, que riscam o nosso aréio, começa a afirmar-se pela excelência de sua técnica. Um dos setores em que mais poderemos esperar é justamente o da expansão do nosso potencial elétrico.

A capacidade energética do País, dobru, neste setor, desde o advento da Revolução. As turbinas que giram vertiginosamente e as linhas de transmissão, que levam o progresso às mais remotas regiões, e esperamos que a Amazônia se situe brevemente entre elas, são o melhor desmentido aos pessimistas, a maior garantia de que o atual Governo está decididamente empenhado em cumprir as suas promessas. O Brasil definitivamente pelos caminhos do desenvolvimento.

## LIBERDADE RELIGIOSA

Desde que as constituições brasileiras, desde do poder na Constituição, a religião co-

tomia Novotny emprega o "premiar" José Letnar e marca José Heron. Associação de

Itaipava o crítico do nacional

Uma única declaração de desistência de qualquer emprego de força na política, seja a Alemanha, está perturbando e invalidando as tensões sociais. Infelizmente essas repetidas, agora mais uma vez repetidas na nota pelo qual Moscou pretende apresentar o governo de Bonn, como formador de monarquias. Com o slogan do "perigo alemão", a União Soviética tem argumentado sempre em sua política externa. Evocando impressionante rosário de países cedentes com a "ameaça de desistência", por uma Alemanha pacífica e à procura dos melhores entendimentos com os seus vizinhos comunistas significativos não só a complexa desvalorização do argumento básico dessa política exterior soviética como também o incógnito poderoso para as atividades das forças centristas e nacionalistas dentro do mundo comunista.

Não se pode mais suceder a falta de unido na política exterior do bloco comunista, que recentemente na conferência de Varsóvia, mais uma vez não conseguiu unificar os pontos de vista sobre a crise do Oriente Próximo e a questão alemã. Claramente e com firmeza a reação dura contra a política de flexibilidade e aproximação que Bonn está seguindo precipitando-se



IMAGEM 5: Folha da Província do Pará de 28/3/1968, na qual constam as colunas, o editorial do jornal e a charge do dia. Fonte: Acervo do Autor

À medida que o ano de 1968 foi avançando, em especial no 2º semestre, o noticiário nacional e regional que poderia dar vazão a uma visão crítica aos militares foi perdendo espaço mesmo antes da sanção do AI-5. As manchetes, tanto da *Folha do Norte* quanto de *A Província do Pará*, começam a dar mais destaque às notícias internacionais em detrimento do

noticiário brasileiro, que se torna cada vez mais objeto do jornalismo declaratório. Na ocasião da invasão do campus da UnB pelas forças militares, por exemplo, o assunto chegou a ser manchete em ambos os jornais, mas passou longe de adquirir a substância que tinham as lutas estudantis apenas poucos meses antes, dominando apenas o protocolar. Dentre várias possíveis explicações para tal guinada, é possível especular que, antevedendo o fechamento do regime militar, e já fragilizada por conta do falecimento de Assis Chateaubriand, dono dos Diários Associados (Morais, 2011), a Província tenha escolhido não mais se indispor com os militares, temendo sofrer represálias políticas e maior dificuldade para obter publicidade governamental em suas páginas.

# FAZendeiros dizem que aumento dá carne é inevitável

## A Província do Pará

FUNDAÇÃO EM 1916 POR ANTONIO LEMOS  
ORGAO DOS DIARIOS ASSOCIADOS — FUNDADOR: ASSIS CHATEAUBRIAND

EDIÇÃO DE HOJE:  
16 PAGINAS  
2 CADERNOS  
NCR\$ 0,20

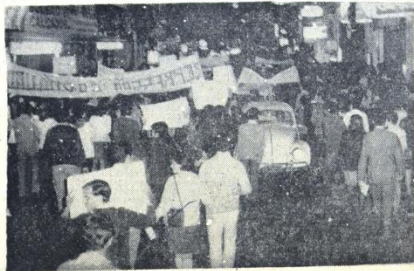
ANO XLII  
N.º 22.391  
BELEM - PARA  
Quarta-feira, 29 de junho de 1968

### FRANCESES REINICIAM CAMPANHA POLITICA COM MUITA BRIGA

#### JANIO SABE QUE PODE SER CONTINUADO

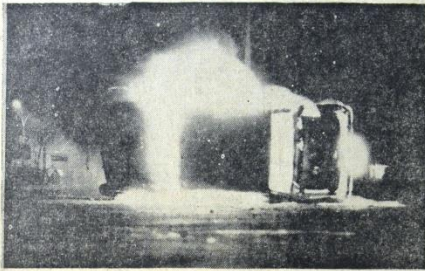
S. PAULO, 25 (M) — Falando à reportagem "associada" o deputado Gasone Righi disse que Janio Quadros, em reunião com seu "staff" estabeleceu as diretrizes a serem tomadas na hipótese de continuismo, pois tem informações seguras de que o Ministro da Justiça e o próprio Ministro do Exército já decidiram essa medida. Apenas não conseguiram apurar o local e as condições do continuismo do ex-Presidente. JQ tem como certo que será continuado a qualquer momento, principalmente agora que "decidiu romper seu silêncio e não teme qualquer medida punitiva do governo, mesmo porque, sendo político não pode ficar calado na atual emergência". Adiantou que Janio apoia as manifestações estudantis por julgá-las justas e "para uma análise política do governo do qual o Janismo entende como solução para o problema do Brasil". Muitas são as razões que levaram Janio a tomar a decisão, uma delas, a que considera inconstitucional e antidemocrática as restrições impostas aos políticos cassados. "Mas, portanto, não tem motivos para se curvar às mesmas". Segundo o sr. Righi, durante seu governo não deu o "golpe" por contrariar suas convicções democráticas, "pelo tanto integral apoio dos militares que combatiam a corrupção". "Uma outra coisa: Janio não concordou com a subversão do Brasil ao governo dos Estados Unidos".

#### SEM REACAO



Sem que houvesse reação policial, os estudantes desfilarão conduzindo faixas e cartazes. — (Foto "Meridional").

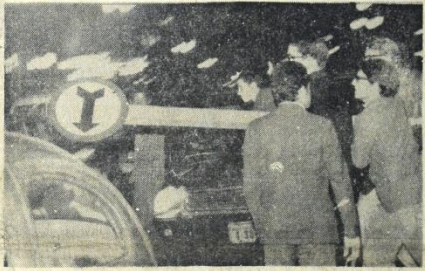
#### COM EXCESSO



O protesto estudantil em São Paulo foi marcado por excessos. Um grupo de manifestantes ateou fogo a um carro estacionado nas ruas centrais. — (Meridional).



Houve comícios de protesto, sob o olhar vigilante da Polícia, que procurou evitar choques com os manifestantes. — (Foto Meridional).



Alguns elementos mais exaltados passaram a praticar depredações. A sede do jornal "O Estado de São Paulo", foi a mais visada. — (Foto "Meridional").

PARIS, 25 (UPI) — A campanha eleitoral francesa em Paris, marcada por violência, em agitação, convocação de comícios, comícios comemorativos, protestos para as eleições de domingo, com o objetivo de serem paralisados durante o período de uma hora antes das eleições, e membros de um sindicato ferroviário, e outros manifestantes. Os comícios foram realizados em Paris e em outros pontos da França. Os comícios foram realizados em Paris e em outros pontos da França. Os comícios foram realizados em Paris e em outros pontos da França.

PARIS, 25 (UPI) — O Ministro Jean Lecanuet, que disputará a presidência com o candidato do partido republicano, Jacques Chirac, ainda não se decidiu sobre se concorrerá ou não. Lecanuet se tornou favorito por sua campanha. O candidato do partido republicano, Jacques Chirac, ainda não se decidiu sobre se concorrerá ou não. Lecanuet se tornou favorito por sua campanha.

SÃO DE CAMPO, 25 (UPI) — O Ministro Jean Lecanuet, que disputará a presidência com o candidato do partido republicano, Jacques Chirac, ainda não se decidiu sobre se concorrerá ou não. Lecanuet se tornou favorito por sua campanha.

#### Marcha terá policiamento próprio para evitar a infiltração

RIO, 25 (M) — Frente conjuntamente, intelectuais, artistas e estudantes, decidiram, hoje, que a manifestação própria e autônoma, a fim de evitar a infiltração de elementos de ordem repressiva e de caráter político, e comprometer a liberdade pacífica do movimento. Conforme declarou um representante do movimento, "qualquer que seja o resultado da manifestação, não se deve desqualificar, nem desmerecer, a luta dos estudantes, que se realizará em São Paulo, amanhã, às 14 horas, na Avenida Rio Branco, em frente ao Ministério da Educação e Cultura, com o objetivo de chamar a atenção para a situação de abandono em que se encontra o ensino superior no Brasil".

## PRESEÇA DE PADRES E FREIRAS, HOJE, NA PASSEATA ESTUDANTIL

RIO, 25 (M) — Dom José de Castro Pinto, Bispo Auxiliar do Rio de Janeiro, informou, hoje, em manifestação com o governador eleito e com o governador eleito de Lima Alencastro, que o governo tolera e autoriza a presença de padres e freiras na manifestação estudantil, desde que não haja nenhuma atividade política ou religiosa. Dom José de Castro Pinto afirmou que "não podemos deixar de lembrar a presença da Igreja e para fazer sentir o engajamento com os estudantes e do povo, que precisam receber a manifestação para marcar e afirmar dos pontos de vista de Justiça e respeito à liberdade humana".

## FALECEU NA GUANABARA A SENHORA DARCY VARGAS

Faleceu, ontem, no Rio de Janeiro, a senhora Darcy Vargas, viúva do ex-Presidente Getúlio Vargas. A senhora Darcy Vargas faleceu vítima de um acidente de carro na Guanabara. Ela estava em um carro que colidiu com um poste de iluminação. A senhora Darcy Vargas faleceu vítima de um acidente de carro na Guanabara.

PARIS, 25 (UPI) — O Ministro Jean Lecanuet, que disputará a presidência com o candidato do partido republicano, Jacques Chirac, ainda não se decidiu sobre se concorrerá ou não. Lecanuet se tornou favorito por sua campanha.

SÃO DE CAMPO, 25 (UPI) — O Ministro Jean Lecanuet, que disputará a presidência com o candidato do partido republicano, Jacques Chirac, ainda não se decidiu sobre se concorrerá ou não. Lecanuet se tornou favorito por sua campanha.

#### COSTA E SILVA AFIRMA QUE GOVERNO ESTA PRONTO PARA O DIALOGO FRANCO E LEAL

BRASILIA, 25 (M) — O Presidente Costa e Silva afirmou, hoje, em uma coletiva de imprensa, que o governo está pronto para o diálogo franco e leal com os estudantes. Ele afirmou que o governo não tem medo de ouvir os estudantes e que está aberto para o diálogo. Costa e Silva afirmou que o governo está pronto para o diálogo franco e leal com os estudantes.

#### MAIS "ESTUDANTES" NA PAGINA 2

BRASILIA, 25 (M) — O Presidente Costa e Silva afirmou, hoje, em uma coletiva de imprensa, que o governo está pronto para o diálogo franco e leal com os estudantes. Ele afirmou que o governo não tem medo de ouvir os estudantes e que está aberto para o diálogo. Costa e Silva afirmou que o governo está pronto para o diálogo franco e leal com os estudantes.

IMAGEM 6: Capa de A Província do Pará no dia da Passeata dos 100 mil. Reprodução: Biblioteca Pública Arthur Vianna



IMAGEM 7: Capa de A Província do Pará no dia da invasão da Universidade de Brasília pelos militares. Reprodução: Biblioteca Pública Arthur Vianna

De 1968 até 1975, abrangendo o fim do governo Costa e Silva e todo o governo Médici, o Brasil vive o maior fortalecimento político e ideológico do regime militar ao mesmo tempo em que a repressão se encontrava em seu auge, robustecida pelo AI-5 e pelo Decreto-Lei 477, que previa a cassação de professores e estudantes acusados de “subversão”. Este endurecimento, somado ao abandono das lutas de massas pela esquerda organizada, retomados apenas em fins dos anos 70 (Sader, 1988), contribuíram para uma hegemonia conservadora na sociedade. Também exerceu fator decisivo o chamado “milagre econômico”, período de altas taxas de crescimento do PIB e que aqueceram o mercado interno brasileiro, ainda que às custas do aumento da dívida externa e das desigualdades de renda no país (Prado Jr, 2003). Graças a tal conjuntura, os jornais locais abandonaram a postura negociadora e passaram ao jornalismo declaratório e na normalização explícita das personagens e instituições implantadas pela Ditadura. Por exemplo, Paulo Roberto Ferreira (2025), quando foi jornalista de O Liberal, recebia orientações para usar adjetivos o mínimo possível ao escrever um texto jornalístico. Por sua vez, a jornalista Regina Alves recorda da cobertura dos julgamentos ocorridos sob a égide de Lei de Segurança Nacional:

[...] você tinha um jeito de abrir a matéria que dizia o seguinte: “O Conselho Permanente de Justiça da Marinha, presidido pelo fulano de tal”, dava a patente do cara, geralmente não era almirante, mas era uma patente alta, “fulano de tal, e orientado juridicamente pelo auditor militar fulano de tal, reuniu-se ontem na Auditoria Militar de Belém para julgar o caso de fulano, não sei o quê, não sei o quê, não sei o quê mais”. E a gente se atinha... ao que tava no processo, sabe? Você não podia, por exemplo, dar outra versão. Mesmo que você soubesse, você não tinha, você não podia... a maneira que se tinha para dar as notícias tinha que ser bem cautelosa para que você pudesse dar a notícia. (Alves, 2025)

Esta cobertura política, porém, também se evidencia em eventos únicos, de fora do cotidiano. Em 1973, após negociação com o governo português, o prefeito de Belém, cel. Nélio Dacier Lobato, consegue transladar os restos mortais de Antônio Lemos, intendente de Belém e fundador de *A Província do Pará*, de volta para a cidade a qual governou entre 1896 e 1911. Na ocasião, *Província* agiu de maneira não só a endossar a reabilitação política de seu patrono, mas entrelaçando tal ato com uma aprovação do regime militar em si, o que pode ser comprovado neste editorial:

## ARCO DO TRIUNFO

As homenagens ontem prestadas à memória e aos restos mortais do Intendente Antônio Lemos, pelo povo e pelas autoridades deste Estado e, mais particularmente, desta cidade constituíram um ato de nobreza cívica de amplo conteúdo humano e político. De há muito que as injustiças praticadas contra o Velho Lemos constituíam um legado de vergonha coletiva que ocultávamos de nós mesmos como uma página indecorosa de nossa história política. Antônio Lemos ficou como um símbolo do administrador cuja visão se antecipara à sua época, desses que abrindo ruas, construindo parques e prédios abriam caminho e abrigavam as exigências do próprio futuro. Mas a memória dos povos, como dos indivíduos, é seletiva: refuga as referências dolorosas para livrar-nos delas pelo esquecimento. Por isso, que as injustiças contra o Velho Lemos eram passadas por cima, a vô de pássaro, como coisa acontecida longe de nós, à revelia de nossa gente. A vida, o exemplo, a obra e o sacrifício de Antônio Lemos exigiam, contudo, uma reparação histórica. Como a que ontem lhe prestamos. Com emoção e calor cívicos.

Uma feliz circunstância uniu dois homens igualmente ilustres a quem a cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará deve e deverá serviços inestimáveis – o Velho Lemos e o Prefeito Nélio Lobato. Duas épocas, dois temperamentos, dois estilos de administração, mas a mesma e firme determinação de enfrentar preconceitos e interesses nem sempre confessáveis quando em jogo o interesse maior da coletividade. Do intendente da “belle époque” ao prefeito dos dias difíceis e amargos de hoje, a cerimônia de ontem forçava a construção de um arco unindo duas grandes personalidades. O arco de um triunfo que eles souberam dar à mesma cidade e às coletividades a que votaram, acima de seus interesses, as suas melhores energias e os seus melhores sentimentos. (A Província do Pará, 16/12/1973, p.6)

O editorial não se resume somente à uma tentativa de justiça histórica em relação a uma memória muito cara à *Província*, mas também em um alinhamento político com as forças dominantes daquele momento, notável nos múltiplos elogios dedicados ao prefeito Nélio Lobato. Dessa maneira, passado e presente eram alinhados em uma visão grandiosa e otimista em relação ao futuro de Belém. Além disso, tal atitude não se reservou somente a uma medida de grande impacto histórico como a transladação, mas igualmente na tratativa corriqueira com os governos municipais, estaduais e federais de então. Outro exemplo de boa convivência por parte do jornal pode ser encontrado nesta nota do colunista social Edwaldo Martins:

### TRÊS GRANDES OBRAS DO GOVERNO GUILHON:

Três grandes obras do Governo Fernando Guilhon entram em ritmo acelerado de construção: a Penitenciária do Estado, o Centro Psiquiátrico do Pará e o Centro de Recuperação e Triagem da Fundação do Bem-Estar Social. São três empreendimentos de maior vulto, como se vê, todos mais do que necessários para um Estado que já alcançou o estágio que o Pará registra no contexto nacional. A Penitenciária do Estado, embora não fique totalmente concluída na administração de Guilhon, terá, ao final do atual governo, a sua principal ala apta para funcionamento. Com setores para ambos os sexos, esse passo inicial deverá abrigar, em princípio, aqueles que já têm penas definidas e que se encontram no São José. O Centro

Psiquiátrico, em construção em Marituba, está surgindo como uma autêntica cidade, dentro de métodos moderníssimos e ideais, com detalhes já divulgados, inclusive, pela coluninha. O Centro de Recuperação e Triagem, de todos o mais adiantado, no momento abriga cerca de 700 menores, com a parte final ainda em construção programada para inaugurar em outubro próximo. Foi nessa obra que a primeira dama Norma Guilhon - que a ela dedico um carinho todo especial- colocou tudo quanto apurou na realização das duas Feiras da Providência. E é ao lado de João Paulo Mendes, presidente da Fundação de Bem-Estar, que Norma Guilhon deve anunciar para breve, antes do final do mandato do governador Fernando Guilhon, a entrega do centro totalmente pronto, apto a dar a sua grande parcela de ajuda a um dos grandes problemas do Pará - o do menor abandonado (Martins, 26/4/1974, p.8)

Este artigo expõe uma relação acrítica com a política em diversos aspectos. Além da redação personalista, que despolitiza os acontecimentos e transforma-os em feitos individuais do governador e sua esposa (como visto na ênfase ao “carinho especial”), é perceptível a ausência de qualquer análise, por parte do colunista, a respeito do evento político o qual testemunhara, o qual acabou por não resolver vários problemas que se propunham – poucos anos depois, uma reportagem dominical de *O Liberal* atestou que “a cada dia que passa aumenta o número de menores criminosos em Belém. [...] E não há nenhuma estrutura assistencial que permita recuperá-los [...]” (1978, p.4), simplesmente ignorando o Centro de Recuperação e Triagem noticiado por Martins anos antes. O próprio *O Liberal*, porém, também não escapou da postura apologista.

No final de abril de 1974, quando o ARENA revelou o nome de Aloysio Chaves para o governo do estado, o Repórter 70, coluna política e de atualidades de *O Liberal*, qualificou Chaves como portando “sólida cultura e inteligência”, de “agressiva honestidade em todos os atos de sua vida” e que “suas manifestações tem sido sempre em defesa do regime democrático” (1974, p.3). As afirmações da coluna ignoram a estrutura política e jurídica do momento – ainda que as características elogiadas de Chaves fossem de fato verdadeiras, questões pessoais, como a sua “defesa do regime democrática” não poderiam prosperar em um regime de exceção. Na mesma semana deste fato político, *O Liberal* deslocou uma equipe para o Mercado Municipal da Pedreira para efetuar, segundo o colunista Isaac Soares, “um levantamento dos problemas locais, auscultando-lhes suas necessidades e ouvindo sugestões dos moradores do bairro” (1974, p.3). A cobertura, lançada nos dias 26 e 27 de abril de 1974 e apelidada de “Pedreira sem samba e sem amor”, de fato trouxe matérias críticas à situação do bairro, mas também fez comentários elogiosos à educação no bairro, ao afirmar que “90% das crianças moradoras frequentam escolas”, e também deu voz a um delegado que afirmou que “sua jurisdição de segurança caminha em águas tranquilas e ordenadas” (1974, p.11). Ao

realizar uma matéria apaziguadora em relação à segurança e educação (sendo que esta última foi a única matéria que não contou com entrevistas com os moradores do bairro), o jornal segue a mesma linha negociadora de *A Província* e da *Folha do Norte* em 1968, na qual até era possível criticar a realidade local, mas sem jamais pôr em questão o poder estabelecido, e às vezes até dando espaço para que pudesse se defender. Esta posição ocorreu não só pela censura governamental, mas também pelos interesses de classe envolvidos no jornal – Regina Alves lembra que jamais testemunhou ações de perseguição política que partiram de “seu” Rômulo, mas que “ele também sabia as pessoas que ele apoiava” (2025). Essa linha político-editorial permaneceria até mesmo na ocasião dos novos abalos políticos da ditadura.

Em outubro de 1975, acreditando colaborar com um simples inquérito policial, o jornalista e professor universitário Vladimir Herzog foi levado a uma dependência do DOI-CODI em São Paulo, onde foi torturado e morto. Seu assassinato, graças à mobilização da Igreja, do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo e do movimento estudantil, tomou proporções de grave crise política e moral contra os militares, resultando na condenação do Estado brasileiro pela justiça paulista em outubro de 1978, reconhecendo a morte de Herzog como sendo sob tortura (Jordão, 1978). Em seguida, 2 meses após a morte do jornalista, foi morto, também nas dependências do DOI-CODI de São Paulo, o operário Manoel Fiel Filho, militante do PCB e distribuidor do jornal do partido. A reincidência das mortes denunciadas como tortura causaram repercussão extremamente negativa contra as Forças Armadas, rendendo o afastamento do Comandante do 2º Exército, Gal. Ednardo D’Ávila Mello (CNV, 2014). Todo este marco da luta política, porém, passaria batido a um leitor que se informasse apenas pelos jornais *A Província do Pará* e *O Liberal* (o qual já havia comprado a *Folha do Norte* e sua marca).

No calor dos fatos, tanto *A Província* quanto *O Liberal* deram pouco destaque à morte de Herzog, ainda que tenham noticiado de maneira contínua. *A Província* registrou a morte de Herzog na 2ª página do 1º caderno, porém sem destaque de manchete, sem fotos e sem menção pelos colunistas. No dia seguinte, repercutiu nota da diretoria do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo no corpo do texto, porém em caráter declaratório e de serviço público, similar às publicações das atas de associações locais, assim esvaziando o fato de seu caráter político e seu impacto histórico. A última menção à morte de Vladimir ocorre em 31 de outubro de 1975, de maneira secundária – na ocasião, *A Província* repercutiu declarações de congressistas a respeito da crise, dando visível destaque aos parlamentares do partido da situação, os quais negligenciam a gravidade do ocorrido. Quanto à morte de Fiel Filho, esta obteve mais repercussão nas páginas do periódico, chegando até a publicar a foto do falecido

nas manchetes, porém tão somente como catalisador do afastamento do Comandante do 2º Exército.

O Jornal *O Liberal*, por sua vez, deu cobertura mais parcial e governista ainda. No mesmo dia 27, o 1º caderno deu apenas duas notas marginais à morte, também sem publicação de fotos e nem maiores comentários de colunistas. Contrariamente à *Província*, porém, deixou mais claro que comprara a tese de que Herzog teria se suicidado, como os militares tinham divulgado. Na mesma edição, foi publicado um box, sem assinatura, o qual afirma o seguinte:

#### JORNALISTA VLADIMIR HERZOG

É por todos os motivos profundamente lamentável o suicídio de VLADIMIR HERZOG. Sua morte ocorre no contexto da crescente atividade desenvolvida pelo comunismo no BRASIL com sua ação de infiltração e proselitismo. As chamadas “Prisões em Massa” constituem parte da técnica desenvolvida pelas organizações comunistas para neutralizar ou impedir a ação dos Órgãos de Segurança. Não há prisões em massa e sim prisões legais para identificar e aprofundar os dados disponíveis sobre a ação comunista. Situam-se dentro do quadro do combate à subversão que motivou a nota circular do MJ [Ministério da Justiça]. Não se pode ignorar que o jornalista morto, por palavras e por escrito, comprovou sua condição de comunista. Militante, não apenas um homem de ideologia comunista, mas sim ativista. Procura-se dar a impressão ao povo e ao mundo que o mesmo foi assassinado pelos Órgãos de Segurança ou que suicidou-se por temor às torturas que sofreria por parte dos interrogadores. No entanto, por que não considerar que uma vez tendo-lhe sido impossível negar sua ação contra o regime democrático não se suicidou consciente de que a agitação nacional e internacional que se seguiria talvez o último e grande trabalho que prestaria ao partido? Por que não admitir que teria receio do “Justiçamento” futuro por seus próprios camaradas de Partido? Ou então, por que não considerar que teria fatos muito mais comprometedores a revelar e que preferiu, com grandeza de militante, ocultar pelo silêncio que a morte acarretará? (O Liberal, 27/10/1975)

Esta nota é uma prova do apoio do jornal para com a ditadura militar. Além de adotar sem qualquer questionamento a tese do suicídio de Herzog, o jornal parte desta tese para, de forma profundamente desrespeitosa e aviltante, sugerir periculosidade e oportunismo no “suicídio” do jornalista, ainda imputando ao partido o qual militava, o PCB, a prática do “justiçamento” (assassinato) de possíveis delatores, o qual o partido não praticava visto que rejeitava a luta armada desde o seu VI Congresso, em 1967 (Reis, 2011). Desta forma, o corpo editorial d’O Liberal nega totalmente qualquer responsabilidade do Estado pela morte de Herzog. A postura negacionista do jornal viria a mudar somente com a morte de Fiel Filho. Ainda que tenha dado destaque à morte do operário somente pelo afastamento de D’Ávila do 2º Exército, os textos de *O Liberal* tendem a já contemporizar com os opositores da ditadura – agora, admitem-se violações de direitos humanos, porém como exceção à regra. Isso fica evidente na republicação, em 21 de janeiro de 1976, da coluna do jornalista Carlos Castello

Branco, colunista do *Jornal do Brasil*, que repercutiu positivamente a demissão do general, porém não como concessão à oposição e sim um saneamento moral das forças armadas. O mesmo se aplica a um novo box sem identificação, intitulado “Caso Eduardo (sic) é episódio inesperado e também isolado”, no qual o autor afirma o seguinte:

A reafirmação da liderança inerente à decisão de Geisel, ao alterar o Comando do II Exército, teria, [...] como seu alcance maior, evitar que seu dispositivo militar fosse vulnerado não quanto à sua força bélica, obviamente, mas quanto ao seu conceito. Precisamente por esta razão, no entender de observadores militares, não há como posse a decisão do Presidente Ernesto Geisel ser interpretada como uma maneira de expor a instituição militar a críticas ou ao descrédito. Exatamente ao contrário: ao pretender corrigir cirurgicamente e sem subterfúgios as distorções registradas na área da segurança, Geisel identificou-se com o sentimento nacional, isto é, com a opinião pública num nível mais amplo e com os próprios setores militares num nível estritamente profissional. Esta opinião de militares, recolhida em área sensível, como é Brasília, é complementada pela advertência de que *os serviços de segurança devem sair do episódio fortalecidos e mais eficientes, nunca desprestigiados*. [...] (O *Lberal*, 21/1/1976. Grifos do autor)

A crítica do jornal é de caráter dúbio. Reconhecem-se as irregularidades dos órgãos da repressão (na época chamados de “serviços” ou “órgãos de segurança”), mas sem reconhecer jamais o caráter inerentemente autoritário e de exceção de dispositivos como esse. As mortes seguidas de Herzog e Fiel Filho seriam meramente falhas do sistema, o qual, se funcionando perfeitamente, jamais deveria acontecer, sem maiores questionamentos quanto à sua natureza. Em 1978, quando a União foi responsabilizada pela morte de Herzog, *O Liberal* não só deu a notícia como página inteira na seção de política como republicou a coluna do jornalista Marcos Sá Corrêa<sup>8</sup>, o qual sentencia que “o judiciário confirmou solenemente o que o País, há três anos, sabia. O jornalista Wladimir (sic) Herzog não se suicidou, morreu num interrogatório em que o submeteram à tortura (1978, p.6)”. O leitor que se informasse pelo *Liberal*, porém, não encontraria eco na afirmação. Como foi demonstrado, a morte de Herzog, tão impactante no imaginário político paulista e na historiografia (pretensamente) nacional, foi reduzida, no Norte do país, a somente notas protocolares, com a expectativa de que o caso fosse relegado ao

---

<sup>8</sup> Marcos Sá Corrêa é nascido no Rio de Janeiro e, na época de sua coluna, era funcionário do *Jornal do Brasil* – portanto, no epicentro político e cultural do jornalismo brasileiro, tendo sido responsável pela descoberta da existência da Operação Brother Sam. Mais informações em STARLING, Heloísa. Saiba quem foi o jornalista que descobriu a existência da Operação Brother Sam. **Jornal O Globo**: Rio de Janeiro. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/ancelmo-gois/post/2024/03/saiba-quem-foi-o-jornalista-que-descobriu-a-existencia-da-operacao-brother-sam.ghtml> Acesso em: 31 mar 2025

esquecimento. Além disso, não foi encontrada qualquer autocrítica ou nota de esclarecimento<sup>9</sup> por parte dos editoriais de *A Província* e de *O Liberal* sobre sua cobertura jornalística nos casos estudados neste trabalho.

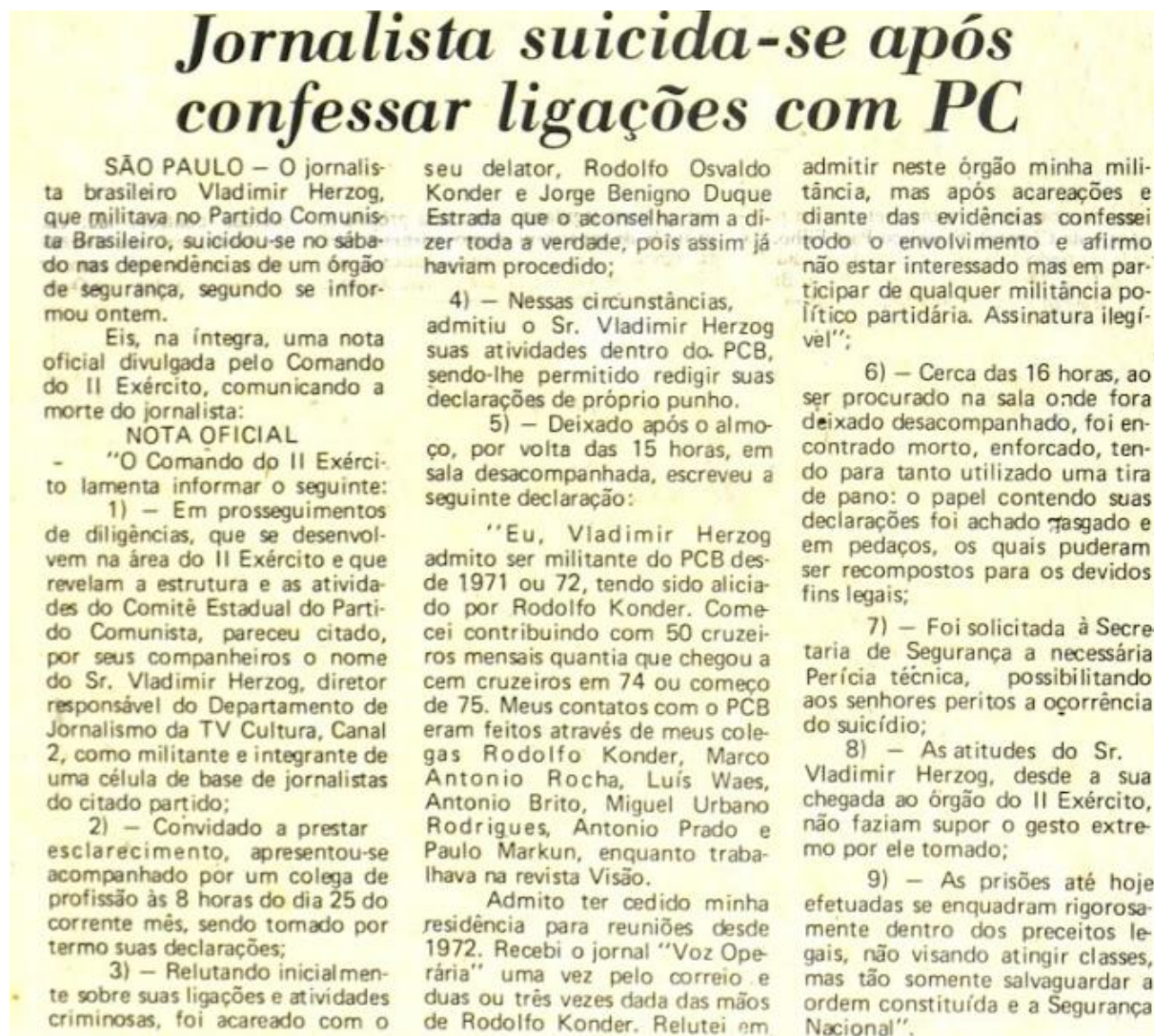


IMAGEM 8: Primeira menção à morte de Vladimir Herzog no Jornal O Liberal (27/10/1975, p.3). Reprodução: Biblioteca Pública Arthur Vianna

<sup>9</sup> Esta ausência é ainda mais notável quando se considera que os jornais mais tradicionais desta época (em especial a *Província* e, anteriormente, a *Folha do Norte*) costumavam ter seções de retrospectiva de fatos e eventos históricos narrados por estes jornais

O Departamento Nacional de Meteorologia informa a previsão do tempo para hoje, Belém: tempo instável com poucas esparras. Temperatura elevada. Ventos nordeste fracos. Visibilidade boa a moderada. Pará: tempo instável com chuvas esparras. Temperatura elevada. Ventos nordeste fracos no litoral e variáveis fracos no interior do Estado. Visibilidade boa a moderada. A temperatura máxima de ontem foi de 30,9 e a mínima 21,7 sendo que a umidade relativa do ar atingiu 82%.



## Sai hoje o resultado do Vestibular da UFPa

### Guerra no Líbano fica mais feroz



A caótica situação no Líbano se agrava ontem com encarniçados combates em todo o país e os alto-falantes instalados em mesquitas, que normalmente chamam os muçulmanos para rezar, lançavam apelos por uma "guerra santa" contra as forças cristãs. (Pág. 11)

### Com 5 tiros fazendeiro cala o amigo caluniador

(Policia)

### Juan coloca ferroviários no Exército



O governo espanhol convocou para o serviço militar os 72 mil ferroviários do país e pretende fazer o mesmo com os trabalhadores do metrô de Madrid, como parte de uma campanha para evitar que saiam as concessões dos problemas trabalhistas. (Pág. 11)

### Matou cunhado que dormia com 2 facadas no coração

(Policia)

### Instalada a Colônia "Cisne Branco"



Instalou-se ontem, no Comando do 4.º Distrito Naval, com todas as características de instituição fidei comunitária, a Colônia de Férias "Cisne Branco-76", através da qual a Marinha de Guerra proporciona aos estudantes do ensino médio e superior o convívio com a natureza e a vida de lazer. (Pág. 7)



O Reitor Clóvis Malcher revelou que apenas 23 candidatos acertaram mais de 40% das questões

### Técnico carioca sugere solução para pimentais

Após visitar seis municípios do interior, percorrendo suas principais áreas de cultivo de pimenta-do-reino, o dr. Charles Robbs, professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, manifestou ontem sua opinião de que, tão grave quanto a fusarose (ou fusarium), é também a estirpe do "mosaico de papais", que em algumas regiões está diminuindo grandes manchas de pimentais. Com base nas informações colhidas pelos técnicos da DEMA até a presente data, e também nas observações feitas durante suas visitas de inspeção, o dr. Charles Robbs enumerou, ontem, em conjunto com o dr. José Rubens, chefe de equipe da DEMA, cinco medidas que poderiam representar uma solução provisória para o combate a ambas as doenças, entre elas o fungicida "Thiran". (Pág. 12)

### Macapá terá um terminal de carga este ano

A Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (INFRAERO) vai iniciar brevemente a construção de um terminal de carga anexo ao Aeroporto Internacional de Macapá, para incrementar o transporte de cargas entre o Amapá e o restante do país. Para isso, o INFRAERO já manteve todos os entendimentos com o Governador do Amapá, Arthur de Azevedo Henning, que além de interessar-se pelo terminal, comprometeu-se a apoiar a sua implantação. O Ministro da Aeronáutica já concedeu permissão para a construção do terminal em Macapá. Também continuam aceleradas as obras de construção de novos terminais em Val-de-Cans, embora pequeno atraso tenha adiado a inauguração em dezembro passado, do módulo do terminal de cargas em Belém. (Pág. 7)

### Camarão passa hoje o I COMAR a Protásio

Em solenidade que se realiza hoje, às 10 horas, no pátio externo do Quartel General do 1.º Comando Aéreo Regional, o Tenente Brigadeiro do Ar João Camarão Telles Ribeiro passará o Comando daquela unidade da FAB ao Major Brigadeiro Protásio Lopes de Oliveira. A solenidade inicia-se com a entrega e recebimento do Comando, leitura da ordem do Dia do Tenente Brigadeiro João Camarão Telles Ribeiro, desfile de tropa e coquetel, com a apresentação dos oficiais do 1.º COMAR e Comandantes de Unidades da FAB na Área do novo Comandante. O novo Comandante do 1.º COMAR é oficial que, como seu antecessor, tem prestado muitos e relevantes serviços à região amazônica, a qual serviram e ainda servem há longo tempo. Camarão recebeu com um jantar. (Pág. 2 e 7)

### Geisel exonera general D'Ávila do II Exército

O Presidente Ernesto Geisel, em atos simultâneos, exonou ontem o general de Exército D'Ávila Mello do Comando do II Exército, sediado em São Paulo, e nomeou para ocupar o posto de general de Exército Dilermando Gomes Monteiro. O general D'Ávila Mello foi designado para o Departamento de Ensino e Pesquisa do Exército, cargo que vinha sendo ocupado pelo general Dilermando. Os respectivos decretos foram anunciados pelo Assessor de Imprensa da Presidência da República, Humberto Barreto, que reuniu em sua sala, às 17h30m, os jornalistas creden-

ciados no Palácio do Planalto, sem contudo revelar os motivos dessas substituições. O novo comandante do II Exército é oriundo da Escola Militar de Realengo e no Governo Castelo Branco foi subordinado direto de Geisel. O exonerado entre a oficialidade de São Paulo, a respeito do afastamento do general D'Ávila Mello do comando do II Exército, era de que se esperava, realmente, para março, a substituição do general, não devendo, por isso, atribuírem-se outros motivos que não a média de duração de um comandante do Exército no posto. (Págs. 2 e 9)

TELEFOTO ANSA



O general Dilermando Monteiro é o novo comandante do II Exército



Os brigadiere Dhélio Jardim e Camarão Telles, que deixa o I COMAR

Cerca de 1.800 candidatos, dos quais 88 em Macapá, estarão fazendo hoje, a partir das 8 horas, a segunda prova de Francês do Vestibular da Universidade Federal do Pará, que, segundo informou ontem o Reitor Clóvis Malcher, deverá divulgar o resultado geral cerca das 23 horas. Durante a entrevista coletiva concedida ontem à imprensa, o Reitor demonstrou o quanto a UFPa tem se preocupado para manter a lisura e seriedade do concurso, desmentindo os boatos de que outras provas teriam saído à rua.

O Prof. Clóvis Malcher deu a conhecer médias globais e acertos em cada uma das provas do Vestibular deste ano. O levantamento revela que poucos são os vestibulandos que conseguiram índices acima de 40 questões, num total de 23 candidatos. Esses alunos, todos estudiosos, já foram cotados para boas classificações nos cursos e colégios. (Pág. 5)

### 13º salário também para os militares

BRASÍLIA — O Governo Federal estuda a possibilidade de vir a conceder o pagamento do 13º salário também aos servidores militares, para evitar que fiquem em desigualdade com os funcionários públicos civis, que receberão estes benefícios através do novo Estatuto a ser encaminhado à Presidência da República em março próximo. Como não se poderá incluir a concessão do 13º salário para os militares no novo Estatuto, o benefício será dado através de lei especial ou incluindo no decreto de reajustamento dos servidores civis e militares. O mais provável é uma norma especial. A concessão do 13º salário implicará, da mesma forma que aos servidores civis, na revogação da licença-prêmio de seis meses. O estudo irá ainda a Geisel. (AJB)

### Operário foi achado morto no DOI-CODI

SÃO PAULO — O II Exército distribuiu ontem à tarde uma nota informando da morte de José Manoel Fiel Filho nas dependências do DOI-CODI-II Exército e que foi aberto um inquérito policial-militar para apurá-la. A nota é a seguinte, na íntegra: "O Comando do II Exército lamenta informar que foi encontrado morto, às 13 horas do dia 17 do corrente, sábado, em um dos xadrezes do DOI-CODI-II Exército, José Manoel Fiel Filho. Para apurar o ocorrido mandou instaurar inquérito policial-militar, tendo sido nomeado para presidir o coronel de infantaria Maurício Fernando Alefander, chefe do Estado Maior da 2ª DE".

O corpo de José Manoel Fiel Filho deu entrada no Instituto Médico Legal à noite do último sábado, sendo de imediato providenciada sua autópsia, que foi efetuada pelo médico Harry Shibata, o mesmo que realizou idêntica operação no corpo do jornalista Vladimir Herzog. O laudo médico, sigiloso e fechado no Instituto Médico Legal, informa que José Manoel Fiel Filho, 49 anos, casado, morador na Vila Guarani, rua Coronel Rodrigues, 155, morreu por asfixia causada por enforcamento.

Explica o laudo que o suicida utilizou para se enforcar uma meia. (AJB)

IMAGEM 9: Primeira Página de A Província do Pará (20/01/1976). Reprodução: Biblioteca Pública Arthur Vianna

A cobertura hegemônica só começaria a ter alguma mudança em 1978, no contexto de crise econômica, liberalização política e ascenso das lutas populares, como a dos metalúrgicos no ABCD Paulista. Nesse contexto, os jornais paraenses começam a dar destaque a textos, autores e editoriais mais críticos à situação corrente. Um exemplo é o retorno de caricaturas às páginas da *Província do Pará*, ausentes desde 1968, e agora com autores regionais, como Biratan Porto, que produziam desenhos críticos ao governo e aos militares (Oliveira, 2024). Este ascenso crítico pode ser visto também no *Jornaleco*, coluna de Raymundo Mário Sobral. Ainda que seja vista como anárquica (Sobral, 2019), este espírito era traduzido mais no humor em seus primeiros anos. A partir de 1978, porém, o *Jornaleco* passa a publicar caricaturas críticas ao governo e à situação econômica do país, demonstrando uma maior postura crítica se comparado ao seu começo. Esta viragem crítica também ocorreu para fora das páginas dos jornais, pois foi a partir deste período que ganhou destaque as atividades do Sindicato dos Jornalistas do Estado do Pará (Sinjor), o qual Paulo Roberto Ferreira (2025) relembra que “teve uma posição muito firme nos interesses da categoria, e em alguns momentos se aliando com os grandes movimentos na defesa”. Um desses momentos foi a participação na fundação da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH) em 1977 e, no ano seguinte, da criação de seu jornal, o *Resistência*, cujo nome e consigna (“resistir é o primeiro passo”) foi cunhado por João Marques, um dos presidentes do Sinjor – ainda que este, segundo Ferreira (2025), não fosse identificado com a esquerda. A partir desses movimentos iniciais, alguns impulsos modernizantes puderam ser verificados nos periódicos locais.

# Jornaleco

Ano - III - nº 794

ÓRGÃO ANARQUICO-CONSTRUTIVO

Fundador: Comendador RAYMUNDO MARIO SOBRAL

## A frase roubada

"Time bom não perde 5 vezes".  
(Paulo Amaral)

## Mutirão

### Deus lhe pague...

O Instituto Nacional do Cinema, autarquia ligada ao Ministério de Educação e Cultura, deu uma boa bolada de prêmio ao filme "Jeca Macumbinho" do sr. Amácio Mazzaropi.  
Antes que vocês tenham o fôlego com o susto, uma explicação: há muitos anos foi instituído um prêmio ao filme nacional que der mais rendas nas bilheterias do país por trimestre. O prêmio consta de um percentual sobre esta renda. Então possuem lá, numa terra em que a cultura se esconde das lanternas dos Diogenes, só um Mazzaropi ou uma dessas porco-chanchadas pode ganhar mais "luta". Na proporção é a mesma coisa que dar um chapéu cheio de dinheiro ao mendigo que mais emolas receber durante o dia. Fala Joracy Camargo. (PEDRO VERLIANO)

### O que é folclore?

Palavra que se divulga e, pensando bem, deixa alguma "grana" aos interessados, foi "folclore". Viroz fã da obra, serve para tudo. Destilhe de moda já é folclore. Conferência sobre etiquetas, técnica de engajar pelo, de coar famaça, exposição de quadros na Galeria Angélica, até casamento estão sendo chamados hoje em dia, de "folclore".  
"Não há mais festa de caridade sem "folclore". Basta uma obra precária de dinheiro e nada precisa mais de dinheiro que obra - para o "folclore" aparecer. Outro dia compareceram a uma dessas famigeradas reuniões. Houve duas lutas de "capoeira": uma com lutas de boxe e a outra com os "capoeiristas" vestindo quimono. Foi anunciado como "folclore" e a turma dos "iguais" comeu como tal. Depois seguiu-se leitão das seguintes mercadorias "folclóricas": caixa de chicletes, camisas de "nylon", abridor de latas de conservas, litro de Grams, transistores Philips, caviar e pasta de figado de galinha "from". Zona Franca até uma grava americana, despesas que os "gringos" usam com paisagens pintadas e até brinquedos japoneses, sendo que entre estes, havia um macaco velho, careteiro e de pernas tortas que eu conseguia arrematar porque se parecia muito com um companheiro "aquecido".  
... para complementarem a notada de "folclore", apareceu uma pobre senhora, muito viúva e muito moira, escondida atrás de um violão, que falou: "Agora eu vou cantar um "folclore" de "minha autoria". Por esta e por outras coisas é que aquele repórter esportivo de certa emissora de Rádio da Cidade, saiu-se com esta "beleza", quando apenas eram decoradas seis horas e meia de um dia que, até então, se apresentava "felicidade e feliz".  
"Mesa servida oxvintes, estão "altifado" do "meitar" aqui da necropole (naturalmente queria dizer Metrópole) e acho que, aproveitando o fim da "weekend", vou meter um repouso no meu "folclore". É verdade, mesa e cumbas, vejiam, em pleno arraial de Nazare, uma barraca anunciando aqui se encontram comidas folclóricas". (GILBERTO DE BARROS)

### Regional 76: uma briga de foice?

Futebol em 76 deverá ser sensacional em nossa cidade. O Remo vai perseguido, o Intracomunista, naturalmente mantendo a base de 76, e retrovando muito pouco a sua posição. Já tem Intracomunista no invólucro. O 0503 para o não sai sua contratação de substituto de Paulo Amaral; no entanto, o plano tel. O Passaandá por sua vez já anunciou por seus dirigentes que terá uma equipe própria, desprezando os times cíclicos, será os emprestados, docos produtores e comprando alguns jogadores que tenham se revelado bem nesta temporada. Mas a situação agradável foi criada pela Tupa Luso Brasileira que deu um grilo de independência ao morto e já anunciou que em 76 partirá com ushas e dentes para ganhar o título de campeão e com isso brigará pela vaga no copão. Ora, quando a turma lusa promete a coisa fica complicada para os outros. Com isso, para se juntar aos excelentes jogadores prata de casa que já estão no plantel, como Edson Cimento, Gonzaga, Boco, Dairata, Paulo Maralá, Pefes e Humberto e Odilson, os tunantes investiram na contratação de dois ou três "craques" do Rio de São Paulo, tornando o time mais eficiente, com maior experiência e também, atrações "jujitas".  
A guerra pelo título de 76, que é ano bissexto vai ser sensacional. Por isso, não deve ser do Passaandá (que arrebatou o castigo de um título em cada 4 anos em 76 do Remo). Por estrutura o Remo vai brigar por ele e por categoria e esforço quem vai lutar com muitas chances é a transportiva. (CARLOS CASTILHO)

### Sensitive movies

Muita gente ainda vai ao cinema pra ver se sai de uma "fossa cachorra". E o cinema quando está em fôssas? Como é que sai? Os técnicos de Hollywood tocam tudo pra dar mais realismo às cenas projetadas. Antes foi o cinema-scope, depois o cinerama, agora o "sensurround", pro "fossado" pra a impressão de que está entrando mesmo pelo caso. Mas o que o cinema falta inventar é que a plateia espera com ansiedade e o "filme sensitivo". Melhor dizendo: o filme em que atrás dos telões sai da tela e vem bater um papinho cá fora. Se tem Jacqueline Bisset, Candice Bergen, Catherine Spaak ou mesmo a vovó Brigitte Bardot no elenco, o papo pode até virar outra coisa. De tudo o certo: muito négo que não costuma ir a cinema ia ver filme mais de uma vez. (PEDRO VERLIANO)

### Aquilino



### Dirigir na estrada, uma arte

Algumas mortes ocorreram este mês na BR-316, enlutando famílias maranhenses cujos parentes vieram passar o Crivo em Belém.

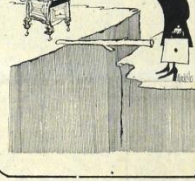
Pelo que se tem nos jornais, a fatalidade não pode ser acusada como responsável pelas mortes, assim como não se pode acucar as motoristas de irresponsáveis.

Dirigir na estrada é uma arte. É preciso que a hora da viagem seja adequada; é necessário que o motorista faça uma leve refeição; é imprescindível que alguém ao seu lado fale sempre alguma coisa, e, principalmente acatar as advertências da sinalização gráfica.

O sono e a monotonia da paisagem, se o horário da viagem não for bem escolhido, crediam para a responsabilidade pelas mortes (leitos que vêm ocorrendo na BR-316). É só verificarmos nas estatísticas para constatar que a velocidade e a deficiência mecânica dos veículos acidentados influíram em número muito reduzido.

Quem for a São Luis, de carro, deve sair de Belém por volta das 4 horas da manhã, para chegar ao destino à hora do almoço e dormir a sesta numa gostosa cama e nunca no volante do carro.

A estrada é boa, a sinalização quase perfeita e não se pode, em si conclusão, apontar outras causas para as mortes da BR-316. (R. DE SOUZA CRUZ)



### Pelos caminhos da arte



Esse objeto que o litográfico cavaleiro tem entre as mãos acha-se em exposição na Sotheby Gallery, em Londres. Mas, tudo bem. Depois dos Beatles, Mary Quant e outras coisas, as coisas mais inesperadas têm sucedido por lá. Só que, dessa vez, a turma parece que se exerceu mais pesquisa coisa. Como: o assento sanitário em questão será transacionado mediante um lance mínimo de 5 mil libras. Como, é meu? Trata-se de mais uma revolucionária obra de arte? Nada. O caso é o seguinte: segundo afirmam os donos da Sotheby Gallery - prestam durante longos anos (pa), relevantes serviços à discutidíssima figura de Adolph Hitler, no seu apartamento primitivo em Berlim. Descoberto, foi imediatamente coberto à disposição dos colecionadores de excentricidades. Além, se essa moda pegar, vai ser uma mina. Pelo menos, entre as estrelas de Hollywood, seguramente, usam objetos semelhantes ao que estamos nos reportando. (RMS)



Fotomulher Alcione Mazzeo a cartola. Será vencedora pra algum???

### Enquanto a ponte não vem

No começo era um sonho irreal, depois uma esperança que nunca se concretizava e hoje uma realidade irreversível. Esta é a história da Ponte do Mosquito. Agora somente é vazio estão sem a estrutura de concreto que ligarão em definitivo, sem as tradicionais balsas, a ilha ao continente.

O Cronograma da firma construtora segue dentro da rigorosa eficiência, fazendo com que os planos antes não isolados pelos amarras da burocracia estejam sendo arquiitados com maior celeridade.

Em toda a festa que a família mosquetirena vive, uma pergunta aparece como a divindade da conclusão dos trabalhos. Armada a ponte, como será feita a iluminação, se na ilha posteriormente é artigo de luxo e no continente ela passa muito distante? Seria engraçado termos a ponte concluída e não poder ver a sua inauguração por falta de iluminação. Sei que o Governador Aloysio Chaves já convidou inclusive o Presidente Getulio para a inauguração da Ponte e portanto no dia 8/12 ela será entregue ao tráfego. Logo CELPEL e DER precisam andar juntos para não estragar a festa. (CARLOS CASTILHO)

### Os 5 mais

Eis os 5 livros mais vendidos na semana que passou:

- 1. "Fora do Ar" - Irwin Shaw
- 2. "Seis Dias de Condor" - James Grady
- 3. "Café, Chá ou Crime" - Robert J. Stierling
- 4. "Cenelha de Vida" - Erich Maria Remarque
- 5. "O Prémio" - Irving Wallace

Pequiza da Livraria Martins. (RMS)

### Coerência

A palavra mais doce na boca do político é "coerência". Também o termo mais controverso na expressão do político é a coerência. Abria a boca para qualquer pronunciamento, o político ressaltava a sua "coerência" e, logo em seguida, sem-se que a coerência do homem e bem outra, ou mesmo não existe. Se há lugar para se ficar adentro com a coerência de alguém, esse é o Parlamento. Do maior ao menor, a coerência insistentemente proclamada, mas nunca ou quase sempre contrasta, muito embora o termo signifique uniformidade de ação, atitude, enfim, de comportamento. Há bem pouco tempo o atual líder do MDB na Assembleia Legislativa repetiu sucessivamente a sua auto-conclamação de coerente. Porém, a cada manifestação que fazia, a incoerência ressaltava. De uma feita, relacionou uma série de acusações que considerou criminosas e atribuiu ao ex-governador Guillon, terminando por pedir ao atual Governador Inquirido para enquadrar o acusado em crime de responsabilidade. Dias depois, quando a proposição era colocada em discussão, o autor pediu a retirada da matéria, alegando que quando a fizesse, era um simples deputado-pequeno, na oportunidade, já era líder e, como tal, teria de atuar com mais responsabilidade. Recentemente, crítico e deputado Gerardo Pires por ter acusado todos os professores de lazerem política na profissão, em plena aula. Com a presença de Getulio, no dia seguinte, já afirmava que o Professor da Arena acusara apenas "alguns" professores e que isso significava a mesma coisa. Esta é uma qualidade digna dos filólogos locais e nacionais estudarem acuradamente e definir, a bem do concreto real de coerência. (ADOLPHO OLIVEIRA FILHO)



IMAGEM 10: Jornaleco em 21/10/1975. Reprodução: Biblioteca Pública Arthur Vianna

# Jornaleco



FUNDADOR: COMENDADOR RAYMUNDO MÁRIO SOBRAL — CPF 006232022 — ANO VI — Nº 2485 — ÓRGÃO ANARQUICO — CONSTRUTIVO

## seção fofoca

**NÃO ESPALHA:** — Quem fecundou aquela faustosa noite e gerou o Sacha Distel? Cada qual mais lambancero quer assumir o papel de pai da criança. • Alternativa: teria sido Sacha Distel concebido numa proveta? • Nova bossa instituída por um Banco de Sangue papachibê: aceita doar só de grande estatura. Na opinião do Ocrides, é a primeira vez que, em matéria sanguínea, tamanho é documento. • Aposadora que cravou os 13, nesse último teste, aqui na comarca, não deu as caras ainda. A Caixa, como sempre, Ecoamérica na divulgação. • Para os vidas tortas assallar já é coisa demodê. Lance novo: tomar banho pelado num igarapé acól nos arredores do conjunto Satellite. Ou todos nos desnudamos ou restaure-se a moralidade. • Gócia Pública: os chamados orelbes em todo estirão da Presidente Vargas comem abiu. Ou manga com febre. Por ai... • Restaurante Central arrumando malas e cuícas para adentrar no chamado rol da nostalgia. No lugar, um banco. Japonês. • Tito Pimpim de Las Vegas muito enucendo: o açai nunca mais foi resabilitado socialmente. Que se passa, meus e minhas? • Pelo fone leitor sugere: hora duma passarela acól na Av. Portugal contronâncias da Jota Alfredo. Cê com meu zipper: só se for pra Turma do Currículo desfiar. • O esporte em tão boa hora bolado pela Assembleia, ganha adeptos no Legislativo Mindinho. Deputados e vereadores empolgados com o novo esporte: lançamento de microfone. Gérson & Vinagre precursores, devem ser nossos representantes nas Olimpíadas. • Chocante: Mário Guzzo pós eletrificidade nas grades da casa e a Celpa deixa todo mundo brincar nas ferragens. • De morte: Finaos ai, Sunab ainda não se alembrou de tabelar o preço das flores. • No Paraná, Arena trocou propaganda no rádio e TV por essa frase: "Os candidatos da Arena abrem mão deste horário para você assistir a seu programa preferido". Quem nasceu pra Pará, nunca chega a Paraná. • Cuidado com o ingresso falso! Olha o ingresso falso ai! • Paulo Andrade, do Detran, afiança: álcool é o responsável pela maioria dos acidentes. Patati, patati, putri, porotó, querem carro movido a álcool. • Em Assandua, tarado é pego em flagra com anclá de 60 anos. Debatto duma juqueira. Quando o prefeito de lá, manda derrubar as árvores, mais quem malha. • Vou mais volto. • Saravá!



## fotomulher

Ela era passista do Bloco Etilico Carnavalesco Macaco Torrado. Babau, agora. Aderiu também às suingadas do Travolta.

## alto astral

Para o novo alento que ganha a dragagem do porto, com as recentes promessas propaladas pela Portobrás.

## baixo astral

Para a fedegosa situação que atravessa o Conjunto da Cohab, nas Marambas. E sujidade de ponta a ponta.

## Hê, Travolta! O samba pede passagem...

Aqui, a gente não tem pé en contra o John Travolta. Palavra. A gente, aqui, está sacando que o Travolta está na dele.

Meninote bem apessoado, dançarino exímio, recheado de pírreias, breques e firlas, tem ele tudo para ouricar cocotas e cocotas.

Sempre plantando em esufasntes ambientes, banhados de luz psicodélica, luz estroboscópica, sequencial e o escambau, acolitado sempre por quinquilhões de tecnológicos decibéis, Travolta eletriza. Assanha a garotada.

Mais á mais, existe o charme do idioma. Sacumê: essa explosão de zons na língua dos gringos, dá um arruplo no espinhaço que vou te contar...

O chique é enfiar então o suspensório fásicante, vestir a jaqueta jeans adornada de fulgurantes pala-

vrinhas estrangeiras, para a pessolha alcançar o cratal total. Comer cicletes com banana.

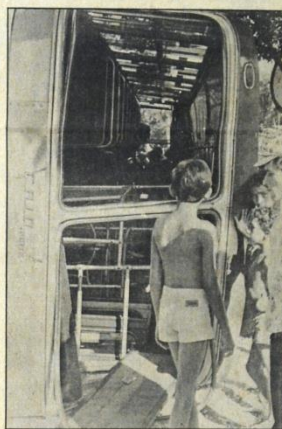
Tudo bem. Um pic-nic para o John que ele merecê. Agora, ralado só é, quando esse encessado libeduma-égua tem o despiante de sacanear o nosso telecoito. Sim, meu camaradinho, nessa febre de americanização, ninguém quer mais procas com samba. Mesmo nos arrabal-deis, as patifas e dançaras foram colonizadas.

Quer dizer, meus e minhas: dis-cotêque, pode né? Samba que é bom, não tem mal. Tamborim, cuica e reco-reco, sítu!

O ziriguidum se aproxima, pede passagem. Mas acontece que tem o bumbunção de guitarra do John Travolta, rebolando no meio do camizho.

Se toca e tira o roscofe da reta, ô Tra-volta!

## o escambau ilustrado



Isso daí, meus e minhas, acontece em razão dum farol de trânsito pífado. O que, como estão o cansos de saber, é o pau-que-rota nesta juizada Esperançosa. Sinal nos conformes, virou execução. Agora vêm os categas e desandam a bafejar que vão apertar rua, afrouxar avenida, fazer corredor disso, via daquilo e outros qitutes. A cara de vocês não treme? Consigam que os semáforos cumpram sua função que a gente, pre-defuntos, já nos damos por contentes. O resto é xulê de papagaio, bafo de boca.

## Rock Lane

DO SEU SALÁRIO, FOI DESCONTADO 20% DE ARROCHO SALARIAL, 15% PRA DÍVIDA EXTERNA, 8% DE INPS...

## teatro pequê

apresenta  
**TÁ FALTANDO PANTERA NO MOBRAL...**

Personagens: Pantera e Dondoca  
Cenário: um Instituto de Beleza

Pantera - Minha filha, nem te conto. Você sabe que aquele senhor, o Miquelino, é setuagenário?  
Dondoca - Não! Setuagenário?  
Pantera - Pois é...  
Dondoca - Mas que vergonha!  
Naquela idade...  
Pano discretamente oferece uma matricula do Mobral.

## recorta essa!

■ O casal Dedeco (Benedita) Piquá, lá de Caxixiriri-Açu, tem quatro filhos, dos quais, os dois últimos são gêmeos. Até aí, morreu néris, vocês dirão. Quanta gente tem quatro filhos e até muito mais. Tá bom, de acordo. Mas acontece que, os filhos de Dedeco e Benedita, nasceram todos eles no Dia do Papai...

## as dicas

### Teatro

• Por mais espantoso que possa parecer, uma nova casa de espetáculos, um teatro, inaugura-se hoje em Belém. Fica na Benjamin Constant, 1027, entre José Malcher e Boaventura da Silva. Abre, por obra e graça da Aliança Francesa. O espetáculo de estréia é "A Farsa do Advogado Patelin", uma montagem do Grupo de Teatro Amador de

Icoaraci, o Gruta. A peça será mostrada até sábado, às 21 horas. Ingressos, Cr\$ 15,00.

• Grupo Experiência: leva neste sábado e domingo, no Teatro da Paz, a peça de Maria Helena Kühner, "Putz, A Menina Que Buscava o Sol". As 10 e às 17 horas.

• Também no sábado e domingo, o mesmo grupo vai mostrar o texto de João de Jesus Paes Loureiro, "O Passaro da Terra".

• Continua no Teatro da Paz, a temporada de Dercy Gonçalves, com a comédia "Dercy Bionca". Começa às 21 horas e amanhã é o último dia.

### PIXINGUINHA

• Tem continuidade o Projeto Pixinguinha que está agora apresentando Fery Ribeiro e Carmen Costa. As 6 e meia, ingressos (preço oficial) 15 cruzeiros.

### Aclep

• A Aclep — Associação dos Cronistas e Locutores Esportivos vai movimentar esta noite suas equipes de futebol, sob o comando de Cacá Castilho. Na Assembleia Paranaense.

### Tadeu

• Começam hoje as festividades de São Judas Tadeu. As comemorações vão até o domingo que vem, quando será realizada uma procissão, às 17 horas.

### Asbep

• A Asbep — Associação dos Funcionários do Banco do Estado do Pará, promove amanhã, em sua sede campestre, um baile. Para comemorar o 17º aniversário de fundação do Dep. Música de Guilherme Coutinho.

### Variiedades

• Roberto Carlos volta hoje ao Brasil, após permanecer alguns dias nos Estados para gravação de novo elepê. Os coleguinhas da crônica sem compromisso aguardam com ansiedade a volta de RC! deve esclarecer o bafafa de seu casamento com Nice.

• Djennane Machado topou. Vai daí, vai aparecer pelada num dos próximos números de uma revista dedicada ao público machão.

• O Império de Samba Quem São Eles transferiu a realização do seu Festival de Samba-Enredo, cujo tema, como se sabe, é "Delírio Amazônico". As inscrições permanecem abertas no Castelo do Samba e a nova data marcada para o Festival é 5 de dezembro.

• A Rede Tupi de Televisão deve fazer voltar dois de seus grandes êxitos: os programas "TV de Vanguarda" e "TV de Comédia". Quem está esquematizando tudo é Geraldo Vietri.

A frase roubada: — "Filho da terra é minhoca". (Elói Santos)

Em paralelo às mudanças políticas da conjuntura, houve a entrada de um novo, porém efêmero concorrente: *O Estado do Pará*, sob administração de Lopo de Castro Jr (1976-1978) e Avertano Rocha (1978-1980). Leal (2007) conta que o jornal tinha uma proposta editorial mais liberal do que seus concorrentes, uma afirmação que pode ser constatada ao analisar as edições durante o seu curto período de circulação. O jornal deu grande destaque, por exemplo, ao reconhecimento da morte de Herzog como sob tortura, ao ponto de dar destaque em suas manchetes, enquanto A Província deu somente uma coluna ao fato, já dentro dos cadernos. Além disso, em um estilo parecido com o antigo *Jornal do Dia*, o Estado mantinha uma seção de Cidades, nas quais criticava os problemas urbanos do Pará e de sua capital em particular, e, no 2º Caderno, continha a seção Voz do Povo, que era uma seção de cartas que tratava especificamente das periferias de Belém. Até mesmo fora da seção, tal abordagem se sobressaía, como demonstra a notícia, de estilo editorial publicado em 12 de abril de 1977:

#### UMA CIDADE QUE CRESCEU JUNTO COM O ABANDONO

Segundo dizem os estudiosos de urbanismo, em todas as cidades os seus administradores tem que zelar para o bem de sua população.

Mas isso ficou perdido nos livros de teses e mais sobre a maneira de comportamento deles. A nossa cidade, por ser uma cidade muito úmida junto para si, vários problemas tanto de saúde como de higiene. Os bairros mais afastados do perímetro urbano sofrem toda uma carga de malefícios, devido a sua condição de afastamento do centro da cidade.

Esses bairros estão à mercê de toda sorte de males, sejam eles por chuvas, marginais ou qualquer outro meio. Atualmente a causa maior, está sendo as nossas ruas que tanto no centro como nos bairros longínquos vivem-se parecendo com matagais e outros esconderijos onde a sujeira jamais pode ser banida, e com o passar dos tempos, tornou-se ela impiedosamente necessária ao “modus vivend” (sic) da população.

Mas nós não podemos ficar sujeitos a essa espécie de vida, pois os bons costumes, não nos permitem passar por esta espécie de coisa. Mas verdade seja dita a cidade está sendo a cada dia mais estagnada pelos órgãos que a administram, devido a uma série de coisas erradas executadas em lugares onde não deveriam ter sido realizadas. (O Estado do Pará, 12/4/77, p.2)

Entretanto, a atividade crítica do jornal tinha seus limites. O dono do jornal, o médico e empresário Lopo de Castro, estava em uma nova fase política – de opositor ao grupo político de Magalhães Barata na década de 1950, agora estava localizado na situação devido à sua filiação à ARENA. Ainda que não ditasse os editoriais escritos pelo periódico, mantinha uma coluna semanal de atualidades<sup>10</sup>, que dedicava principalmente à política, nas quais deixava

---

<sup>10</sup> Os anos finais da coluna (1979 e 1980) foram reunidos no livro “Pororoca”, lançado em 1985 pela Imprensa Oficial do Estado

explícito seu apoio aos militares e à normalização da “Revolução” de 1964, mesmo que de maneira indireta, como o fez em trecho de sua coluna de 16 de abril de 1977, ao comentar sobre a cidade de Manaus:

Manaus – Quem visita Manaus, volta impressionado com o surto de progresso e com a ação dinâmica do seu prefeito, que vem asfaltando e alargando ruas e avenidas. A cidade está renovada e todos elogiam a administração municipal, como a melhor que Manaus já teve nos últimos anos, trazendo a cidade limpa, praças ajardinadas e com obras novas, próprias das cidades que florescem. Quem vem de avião, tem a impressão de que está num aeroporto estrangeiro, de um grande país. Chegando ao Hotel Tropical, com amplos salões, auditórios, boates, fisioterapia, piscinas, quadras de tênis e de golfe, tem a impressão de ter chegado numa cidade turística e de projeção internacional, mormente depois que visitar o majestoso Teatro Amazonas, restaurado e com ar refrigerado, o campo de futebol moderno e em alvenaria, quatro estações de televisão e bons jornais. É o progresso que volta após a debâcle da borracha, depois de mais de meio século. Quando chegará a vez de Belém? (O Estado do Pará, 16 abr 1977 p.3)

Ainda que a coluna não se aprofunda nas causas da prosperidade aludida, é importante saber que o autor visitara Manaus após a implantação da Zona Franca, que fora estabelecida na década anterior sob a égide do liberalismo e da modernização econômica (Seráfico e Seráfico, 2005). Conhecendo esse contexto, o autor está inserido num campo de legitimação e apoio a esta nova realidade econômica, escondendo os imensos malefícios e problemáticas da Zona Franca – no mesmo período do artigo de Lopo de Castro, o escritor Márcio Souza denunciava Manaus como uma cidade favelizada, inchada e sem a mínima infraestrutura para a maioria da população (1978). Ocorreu, portanto, um claro alinhamento com o imaginário dos militares por parte de Lopo de Castro.

Para além das posturas pessoais do dono, a linha editorial do jornal também foi tensionada nas situações-limite que ocorriam no Brasil e no mundo. No dia 12 de abril de 1977, faltando vários meses para o aniversário de 60 anos da Revolução de Outubro, a publicação escreveu um editorial no qual declarava, dentre outras afirmações contidas no balanço histórico, que “os comunistas continuam a fazer pouco da liberdade, dos homens e das ideias” (1977, p.4). Poucos dias depois, porém, quando o presidente Ernesto Geisel baixou o Pacote de Abril, com várias medidas autoritárias<sup>11</sup> e que impactavam imediatamente a vida da população brasileira,

---

<sup>11</sup> O Pacote de Abril foi um conjunto de decretos-lei baixados pelo presidente Ernesto Geisel em 13 de abril de 1977. As principais medidas do pacote foram o fim da eleição direta para 2/3 do Senado, agora eleitos pela Assembleias Legislativas, formando os chamados “senadores biônicos”; a extensão do mandato da Presidência de 5 para 6 anos; e fechamento (“recesso”, como foi noticiado na época) do Congresso

todo o esforço do jornal se resumiu em republicar um editorial do Jornal do Brasil, o qual sentenciava que “onde o presente episódio da vida nacional com a força de seu compromisso com os ideais de 1964, aos quais chegou, e neles permanece, precisamente em função de sua convicção democrática” (1977, p.4). Para além do alinhamento falsamente crítico do jornal, dada a compreensão contraditória que medidas autoritárias poderiam ser baixadas por regimes de “convicção democrática”, é possível perceber também que o jornal emprega a seguinte contradição editorial: para dissertar sobre a Revolução de Outubro, um acontecimento já histórico àquela altura e distante da realidade brasileira, o veículo de mídia realiza uma peça autoral, mas quando necessita comentar sobre um fato da contemporaneidade com impacto imediato na vida da população paraense e brasileira no geral, o mesmo veículo abre mão de sua opinião própria e simplesmente reutiliza uma peça já escrita em um jornal sudestino, como se a redação ou os editores de *O Estado* vissem a notícia com menos importância. Em situações futuras, a política do jornal também seria posta à prova.

## General reafirma confiança na Justiça no “caso Herzog”

RIO — O general Ednardo D'Avila Melo, comandante do II Exército em 1975, quando morreu o jornalista Vladimir Herzog em dependências do Doi -Codi paulista, divulgou ontem nota em que reafirma sua confiança no general Cerqueira Lima — responsável pelo IPM que concluiu pelo suicídio do preso — e na decisão da Justiça Militar, que acolheu o resultado do inquérito.

“Devo dizer” — assinala a nota — “que quando comandante do II Exército, cumpro o que determina a lei, mandando instaurar um inquérito, valendo-me de um oficial general do mais alto gabarito moral. Homem firme, incapaz de aceitar pressões de qualquer espécie, incapaz de arrumar coisas para agradar a esse ou aquele”.

E conclui: “aprovei o resultado do inquérito e o encaminhei à Justiça Militar. Deposito e sempre depositei absoluta confiança na Justiça Militar. Na minha opinião ela é incapaz de cometer leviandades ou de agir com parcialidade. Por isso acato a decisão da Justiça Militar, por ser ela merecedora de meu maior respeito”.

A nota foi passada por telefone ao “Jornal do Brasil” por uma pessoa que se dizia amiga do general, mas que não quis se identificar. Contactado por telefone, o ex-comandante do II Exército confirmou o teor da nota e nada quis acrescentar. Negou, contudo, que as referências elogiosas à Justiça Militar sejam em oposição à Justiça Comum, onde o juiz da 7ª Vara Federal em São Paulo, Marcio José Moraes, responsabilizou a União pela “prisão ilegal, torturas e morte” do jornalista Vladimir Herzog: “Não posso discutir problemas de justiça, não podemos, ninguém pode discutir decisões da justiça” — justificou. “Alias, essa decisão (sobre o caso Herzog) ainda não é uma decisão, porque o Tribunal Federal de Recursos é que vai decidir”. (Por ser uma sentença contra a União, a decisão do juiz Marcio José Moraes terá de ser submetida ao Tribunal Federal de Recursos).

Mais tarde, em sua casa, o general Ednardo D'Avila Melo releu a nota e as anotações do repórter e cortou duas frases: uma da própria nota (“por isso acato a decisão da Justiça Militar por ser ela merecedora de meu maior respeito”) e outra de sua conversa (“alias, essa decisão ainda não é uma decisão, porque o Tribunal Federal de Recursos é que vai decidir”).

O general Ednardo D'Avila Melo foi exonerado do comando do II Exército logo depois da morte de “Vlado” e do metalúrgico Manoel Fiel Filho em celas do Doi -Codi de São Paulo, então sob sua responsabilidade.

Em São Paulo, os jornalistas credenciados na sala de imprensa que ele transmitiu a mesma nota, tal como foi passada ao Jornal do Brasil pela pessoa que se identificou como sua amiga, mas com ligeiras discrepâncias de forma. (AJB)

IMAGEM 12: Notícia da condenação da União por morte de Vladimir Herzog como dada pela Província do Pará, em 28 de outubro de 1978. Reprodução: Biblioteca Pública Arthur Vianna

# O ESTADO DO PARÁ

Diretor-Superintendente: Avertano Rocha

Diretor-Redator-Chefe: Walmir Botelho  
BELEM, SABADO, 28 DE OUTUBRO DE 1978

Gerente Comercial: André Costa Nunes

ANO LXVII Nº 17.665

BELEM, SABADO, 28 DE OUTUBRO DE 1978

PREÇO DO EXEMPLAR: C\$ 5,00

## Sant'Ana não pediu as notas

Do encontro entre Gérson Peres e Felipe Sant'Ana, ontem ficou esclarecido um ponto: o prefeito não solicitou as notas taquigráficas da sessão de terça-feira, quando houve o rompimento de vereadores arenistas com Sant'Ana. (Página 5)

# Vai faltar carne

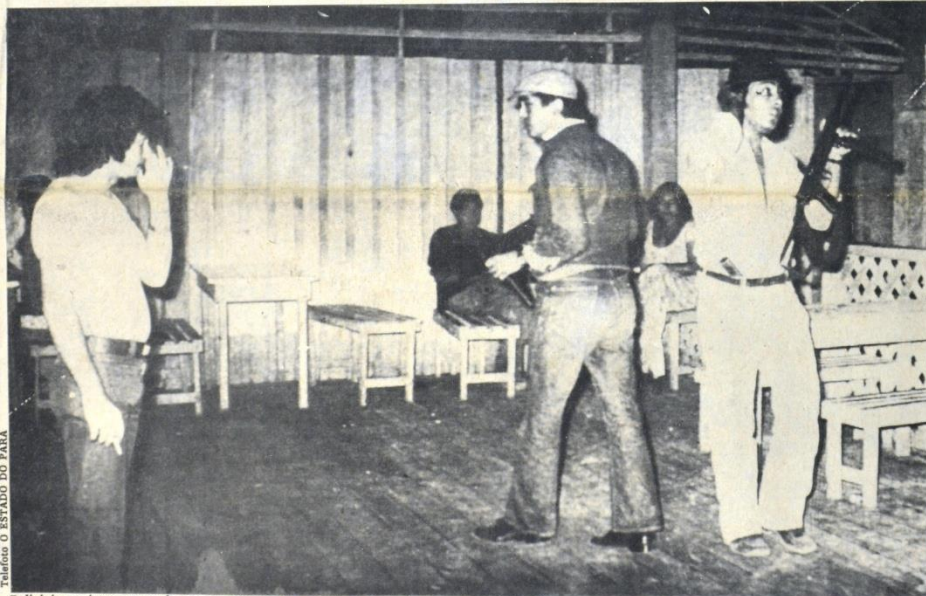
Tentativa de agitação em São Paulo. Quem diz é o governador Paulo Egydio ao SNI. (Página 6)

Oitenta emendas já propostas ao projeto da nova Lei de Segurança Nacional. Página 4.

Sobrevivência da Arena e MDB e a criação de mais 2 ou 3 partidos, garante Cordeiro de Farias. (Página 4)

Há somente 386 reses no tendal do matadouro e a Frimapa não garante para amanhã o abastecimento de carne para a população. O problema é grave, já que isto é consequência do desvio de carne para outros centros, por parte dos marchantes. (Página 9)

# CASO HERZOG: GOVERNO CONDENADO



Polícia revistam uma boate em Quatro Bocas (Tomé-Açu) à procura de "Gringo"

O juiz Márcio José de Moraes considerou ontem a União responsável pela morte do jornalista Wladimir Herzog. A sentença foi dada na ação civil que a viúva e os dois filhos movem contra a União, responsabilizando-a pela prisão ilegal, tortura e morte do jornalista, encontrado morto nas dependências do Doi-Codi do II Exército no dia 25 de outubro de 1975. A União terá que indenizar os três pelos danos morais e materiais decorrentes da morte de Herzog. Página 11.

## Walquir será o juiz de Papão x Tuna

O carioca Walquir Pimentel será o juiz do jogo Paissandu x Tuna que vai decidir o primeiro turno do Campeonato Paraense. Ele vai receber 12 mil cruzeiros para apitar o jogo e será auxiliado por Roque Gaia Pombo e Domingos Santos, que receberão seis mil cruzeiros cada um. O jogo começará às 17 horas e terá prorrogação e cobrança de penalidades máximas — se necessário — para apontar o campeão. O Paissandu — que contará com Reginaldo — está no Mosquito e a Tuna não muda o time. (Esporte)

## Sadat e Begin ganharam o Nobel da Paz

O presidente egípcio Anwar Sadat e o primeiro-ministro israelense Menahem Begin ganharam ontem, conjuntamente, o Prêmio Nobel da Paz, por seus esforços de pacificação no Oriente Médio. Comentários insturam que seu precipitado a decisão. (Página 2)

## Identificados mais 5 corpos no rio Içá

Os médicos do Parasar identificaram mais cinco dos 15 corpos já resgatados — inclusive do comandante Aurélio Machado — do Catalina 6527 sinistrado em Santo Antônio do Içá. A Marinha continua a busca de mais cinco corpos. Página 12.

## Nesta edição

CADERNO 1	
Mundo	2
Em Plano Alto/Balajó/JA	3
Política	4 e 5
Nacional	6
Economia	7
Cidade	8 a 10
Educação	11
Polícia	12 a 14
CADERNO 2	
Esportes	1 a 3
Agenda	4
Tutti Frutti	5
Cinema/Teatro/Televisão	6
Pequenos Anúncios	8 e 9
Veru/Mário de Moraes	10

ANUNCIAM NESTA EDIÇÃO:  
Associação dos Servidores Cívicos, Lelé Grello, TV Guajará, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, Curso Gama Abreu, Maria Viana, Loteria do Estado do Pará, Romaria Fischer S/A, Moller S/A, Prefeitura Municipal de Ananias, Alomeq, Rádio e TV Difusora do Maranhão, Clínica Zoghby, Clínica Veterinária do Pará, Farmácia Zilfarma, Sayegh Veículos, Luiz Severiano Ribeiro, Cinema de Arte.

## Polícia caça "Gringo" em Tomé-Açu

Dez policiais de Belém juntaram-se ao destacamento e à população de Tomé-Açu que, numa gigante operação "pentafino", caça o marginal "Gringo", que teria retornado, em companhia de Amauri, numa Brasília branca, para novamente semear o terror naquele município. O prefeito de Tomé-Açu, Benigno Góes Filho, pediu socorro ao secretário de Segurança e, depois de uma reunião na Segup, ficou decidida a ida do reforço. A Polícia cercou as saídas da cidade e vasculha todos os locais onde "Gringo" e seu comparsa possam estar escondidos. E, Belém, Carivaldo aparece e prova sua inocência. Página 14.



Sadat e Begin: um prêmio precipitado?

IMAGEM 13: Notícia da condenação da União por morte de Vladimir Herzog como dada pelo O Estado do Pará, em 26 de outubro de 1978. Reprodução: Biblioteca Pública Arthur Vianna

Ainda que a historiografia dita “nacional” tenha consagrado as crises ocorridas na região sudeste (como as greves do ABCD paulista) como pivotais para a crise do regime militar, a realidade é que todas as regiões do Brasil tiveram suas crises particulares que contribuíram para a desestabilização e o questionamento da ditadura militar de maneira mais profunda. Em Belém, esta crise foi precisamente a morte de César Moraes Leite. Ocorrida em 10 de março de 1980, César fora morto acidentalmente por um agente da polícia federal que se passava por aluno, no contexto de infiltração promovido pelo SNI, que tinha espalhados em universidades e repartições públicas do Brasil as Agências de Segurança Interna (ASI) para reportar qualquer atividade subversiva (Figueiredo, 2005). Este contexto de repressão política, que contradizia o discurso oficial de “abertura”, somado à morte repentina e aleatória do estudante despertaram grande revolta na comunidade acadêmica e foi continuamente discutida em toda a cidade (CEVM, 2023). O fim do AI-5 combinado com a concorrência de uma imprensa independente combativa, em especial o já mencionado Jornal Resistência (Costa, 2018), fez com que todos os jornais de Belém abordassem o crime de maneira enfática por toda a semana – à exceção de A Província, que cobriu o caso por somente 5 dias e se resumiu ao jornalismo declaratório, visto que nenhum de seus colunistas falou sobre o caso sequer de maneira indireta ou secundária. Mesmo a cobertura mais atenta, porém, não ficou livre de contradições, a começar pelo próprio *O Estado do Pará*.

Ainda que a morte de Moraes Leite tenha sido destaque de manchete durante uma semana e tenha recebido até mesmo um caderno especial de 3 páginas durante 4 dias, este encarte, diferente da cobertura do alternativo Resistência, não oferecia análise política dos acontecimentos, se limitando apenas a relatar os desdobramentos do caso, ainda que de maneira extremamente detalhada. Além disso, o caderno especial se localizava após a coluna policial (na qual, coincidentemente, se encerrou a cobertura do caso no jornal), distante da seção política em sua diagramação. Mesmo assim, a repercussão não se limitava a estas páginas específicas. O ocorrido foi destaque na coluna dominical “Opinião da Semana” (de 16/3/1980), levando até a discussões sobre o sucateamento das universidades brasileiras. Além disso, do dia 12 até o dia 17, várias colunas discutiram a gravidade do ocorrido, porém, em sua maior parte, de maneira despolitizada e até reacionária. Os textos que podem ser considerados mais combativos foram o da estudante Ruth Bandeira, publicado na coluna “Tribuna Livre” e intitulado “E se o estudante matasse o agente?”, que denuncia a insegurança dentro do campus da UFPA, ainda que sem tocar na repressão política (1980, p.3); o outro, “Morte do universitário: um desafio à

má administração”, de José Fernandes Chaves, publicado na seção de política, critica duramente a administração do então reitor Aracy Barreto e chega elogiar a agitação estudantil pela figura do vice-presidente do DCE (1980, p.3). A vasta maioria das opiniões circulantes, no entanto, não tratou o caso de maneira tão dura. Nos dias 12 e 13 de março, com a repercussão dentro da Assembleia Legislativa e na Câmara Municipal de Belém, o jornal entrevistou vários parlamentares e secretários para dar opinião sobre o caso e, entre denúncias contundentes (como a Ademir Andrade) e minimizações (como a do secretário de segurança Paulo Sette Câmara), teve grande destaque a fala do deputado estadual Zeno Veloso. Parlamentar do PDS (ex-ARENA), Veloso teve repercussão na coluna “Pinga-Fogo” no dia 12, o qual teria se referido ao assassinato como “acidente de trabalho”<sup>12</sup> e, no dia seguinte, também na “Tribuna Livre”, o qual republicou o discurso no dia anterior, feito em plenário, agora com o título “Pretexto para os radicais”. Negando completamente a responsabilidade dos órgãos de repressão, o jurista se diz preocupado com a politização do caso:

[...] o que não se pode admitir, e nem se permitir que se faça sem resposta imediata e pronta é a subversão criminosa da verdade, a exploração tendenciosa do fato, a interpretação rasteira e canhestra do acontecimento, como o expressado em uma faixa carregada em passeata: ‘ESTUDANTE MORTO PELO AGENTE DA REPRESSÃO’. Primeiro, porque o lamentável fato originou-se em acidente. Desgraçado, lamentável, mas num acidente, não havendo absolutamente a intenção de matar, o ânimo criminoso, o dolo. Depois, a arma estava na capanga de um outro estudante, *por acaso* integrante da polícia federal, como poderia ser a capanga de um estudante que fosse também bancário, funcionário público ou operário. E se o fato tivesse ocorrido com um operário, com um funcionário público ou com um bancário, ninguém estaria a chamar qualquer um deles de assassino.

O comportamento a que assistimos não favorece ninguém. Nem ao estudante morto, cuja memória não se respeita, porque objeto de exploração. Nem sua família, porque não pode chorar em paz seu ente querido. E nem aos verdadeiros democratas e aos progressistas autênticos porque tal radicalismo faz o jogo dos comunistas e fornece elementos aos direitistas e fascistas. Aos comunistas, porque esses, mesmo sabendo que na Rússia e seus satélites passeata igual a de ontem acabaria no pau, no cassetete, nas bombas paralisantes para não falar nos tiros de fuzil, mesmo sabendo disso tudo eles querem o caos para nos impingir tal “regime maravilhoso”. E aos direitistas porque estes, fascistas sempre, vêm robustecidas as suas teses de endurecimento do regime. [...]

Enfim, Senhores, há que se lamentar, e muito, a morte prematura de César Leite. E que se lamentem também que o falecimento deste jovem sirva de pretexto para os oportunistas, de motivo para os radicais que não se compadecem sequer com a desgraça alheia e não cedem a ninguém nem a nada na busca dos seus

---

<sup>12</sup> Zeno teria nova repercussão na coluna Pinga-Fogo no dia 13 de março ao brigar verbalmente com o presidente da UNE. A mesma coluna também relata que o deputado Ronaldo Passarinho, sobrinho de Jarbas Passarinho, teria dito que o agente da Polícia Federal era tão vítima quanto César Leite

inconfessáveis interesses e objetivos. (O Estado do Pará, 13/3/1980. Grifos do autor)

O discurso de Zeno, ainda que se proponha a criticar “elementos fascistas e direitistas”, é mais uma peça de defesa do regime militar. Ainda que negue, em sua coluna, que tenha se referido à morte como um “acidente de trabalho”, criticando (sem citar nominalmente) o periódico, o advogado na prática banaliza a morte do estudante da mesma maneira ao esvaziá-la da crítica aos órgãos de repressão. Simplesmente a presença de um policial federal armado em sala de aula (prática disseminada pelo SNI nas universidades) é equiparado à presença de um bancário, servidor público ou operário armado em aula, o que significa se negar à crítica da repressão política, tal qual fez O Liberal na morte de Herzog. Não satisfeito com isso, Zeno paradoxalmente dá a entender que manifestações politizadas de repúdio à morte de Moraes Leite dão combustível aos argumentos que pregam o fechamento do regime – ou seja, o país vivia um momento aberto, porém o qual não era conveniente protestar. No dia seguinte, o diretor-geral de *O Estado*, Avertano Rocha, publicou texto na coluna de política o qual assevera que “o que Zeno disse, eu subscrevo. Assino em cruz e não discuto” (1980, p.3). Dessa forma, é possível aferir efetivamente a opinião do jornal e seus donos. Assim como A Província fez em 1968, a diversidade de vozes não é tomada pelo editorial de forma realmente consequente, sendo somente decorativa ao leitor.

Por sua vez, *O Liberal* teve posições um pouco mais críticas ao acontecimento. Esta constatação parte, em primeiro lugar, da própria disposição do jornal. O discurso de Zeno Veloso foi noticiado, porém sem destaque de coluna, sem estar na íntegra e disputando espaço com os discursos dos demais parlamentares, ocupando, todos, a seção de política. Além disso, logo no dia seguinte ao assassinato, este fora mencionado no “Bom Dia, Leitor”, o qual servia como um pequeno editorial. No texto, o periódico exclama:

O campus da Universidade Federal parou, ontem, sob o impacto de um fato talvez jamais registrado anteriormente: a morte violenta de um aluno em sala de aula (mal a professora começara a falar sobre o tema do dia: violência e porte de arma) fulminado por um único disparo, dado, também, na mesma sala. Ao fato se atribui caráter acidental, parecendo não haver dúvida quanto a isso, mas explicando-se a circunstância de estar um aluno armado em sala de aula, por ser ele também agente de Polícia.

É, porém, apenas uma explicação, exatamente daquelas que, segundo o refrão popular, explicam mas não se justificam. Quando mais não seja, exatamente para que não ocorram acidentes como o de ontem, que eliminou um jovem estudante, calouro, ainda, e único filho homem de uma modesta família. Mesmo ao policial, não pode ser deferida qualquer exceção, inclusive porque ele está na Universidade exclusivamente no caráter de aluno, em nada, portanto, devendo se distinguir dos demais, a não ser por suas virtudes próprias de inteligência e

aproveitamento nos estudos. Pior, porém, é que não seria apenas o aluno-policial que vai armado para as aulas. Essa seria, segundo se teme, uma prática generalizada e a tal ponto que, desarmada, só existe mesmo a chamada guarda patrimonial da UFPa, os homens que ficam dando vigilância nos portões e edifícios do Campus. Pelo menos, somente para esta existe disposição expressa proibindo armas, o que pode até parecer um paradoxo.

Não falta, porém, quem considere uma necessidade professores e alunos andarem armados. Para sentir essa necessidade, basta fazer o caminho do Campus, sobretudo para o chamado Vietnam, onde agora se localiza o curso de Direito, e que fica próximo do chamado ‘Bosquinho’, famoso pelos crimes e espancamentos que lá já se processaram. O Bosquinho é da Universidade, mas a Universidade não acaba com ele, nem a Polícia com a sua fama. Como, pois, desarmar quem, por obrigação, tem de passar por esse reduto de má fama e permanente perigo? Em tais exercícios de lógica, a Universidade acaba sendo, ainda que por acidentes, um lugar de tristes lembranças (O Liberal, 1980, p.1)

No dia seguinte, o editorial voltou a se manifestar sobre o assunto:

Depois do impacto do fato em si, a morte violenta de um aluno da Universidade do Pará, mal a professora começava a aula do dia, começa a ser objeto de manifestações que, verdadeiramente, podem prejudicar a análise serena do que se passou no Campus. As manifestações de estudantes, assim como as explicações e justificações para a conduta do agente de Polícia que causou a morte de seu colega estudante, são capazes de levar a que se confundam tais atitudes com posições de acusação e defesa que, a esta altura, são francamente inoportunas, somente se adequando na hora exata em que as partes falarem no processo regular.

Mais importante, a esta altura, é discutir o porte de arma, que, mesmo sendo decorrência de obrigações profissionais, pode levar alguém a um homicídio – que essa é a expressão técnica – do qual, no processo, venha a ser absolvido. O Reitor da Universidade, anunciando que proíbe o porte de arma ilegal no campus, admite que andar armado é necessário para proteção de muitos perigos que existem nas cidades de hoje. [...]

Se alguém tem a obrigação de andar armado, ou disso sente necessidade, o bom senso recomenda que tome certas cautelas, como descarregar o revólver quando estiver em recintos fechados (um salão de baile ou uma sala de aula por exemplo) que não lhe cumpre policiar ou nos quais a ameaça que teme tem de ceder, em prioridade, à segurança do que o cercam e não concorrem, em nada para os seus receios. [...] (O Liberal, 1980, p.1)

Ainda que se proponha a ter um olhar crítico em relação aos problemas da universidade, e sem atacar diretamente os movimentos estudantis, o jornal reproduz a mesma visão de seu concorrente: a de que a morte de Moraes Leite era um acidente que não deveria ser tratado como uma morte política. Coerente com a editoria, a redação do jornal deu destaque de página inteira ao caso dos dias 11 ao dia 16 de março, porém as matérias correspondentes se localizavam nas páginas do jornalismo policial, não no político – a manchete “Estudante é morto em aula na UFPa”, reproduzida até pelo Memorial César Moraes Leite, não pertencia às páginas políticas, mas sim às páginas policiais, já próximas ao fim do 1º caderno, representando,

assim, uma despolitização do caso. Entretanto, duas vozes poderosas do jornal não seguiram tal opinião. O primeiro foi Lúcio Flávio Pinto, que em sua coluna diária, desviou-se dos temas econômicos e geoestratégicos, os quais usualmente tratava, para lamentar a morte do estudante. Tal desvio ocorreu, primeiramente, no dia 13 de março:

[...] Há uma dose pessoal de culpa que precisa ser convenientemente apurada, à distância do emocionalismo natural e plenamente justificável que se apoderou de grande parte dos que vêm acompanhando os acontecimentos. Passando por cima do drama individual (ou dos vários dramas individuais), é preciso atentar com mais profundidade para as dimensões coletivas que se acham presentes. Uma está ligada à Universidade, envolvendo a alta direção, que a si mesmo se exige magnífica, e os alunos. Estes na verdade, aproveitam a oportunidade para manifestar sentimentos e situações há longo tempo reprimidos: o policialismo, real e fantasiado, a infiltração, a repressão, ostensiva ou sublimada, o clima de suspeição. É obviamente, uma questão política, mas que nem por isso deve ser desprezada. Afinal, a Universidade não é apenas um forno que despeja mão-de-obra supostamente qualificada no mercado. Ela é um centro de saber, de cultura, de humanismo. Ou deveria ser. Como não tem sido, os estudantes aproveitam esse abalo para colocar para fora essa generalizada frustração, com os inevitáveis exageros e radicalismos próprios desse tipo de situação (Pinto, 1980, p.7).

Dois dias depois, o jornalista viria a fazer nova menção ao caso, ainda que não fosse tema principal da coluna:

[...] Vejamos o caso das manifestações estudantis motivadas pela morte do estudante César de Moraes Leite. Algumas autoridades têm plena consciência que um cadáver é sempre uma bandeira política e os estudantes pensam em César buscando um novo Edson Luís, estudante paraense morto no Rio de Janeiro. A morte de César foi acidental, assim como a de Edson, de certa maneira, mas ambas oferecem lições políticas. O agente da Polícia Federal não quis matar o estudante, mas é culpado por sua morte ao negligenciar o fato de que levava um revólver carregado e destravado dentro de sua bolsa. Se num cidadão comum essa já é uma prova de irresponsabilidade, mais grave se torna quando se trata de um policial treinado para assumir a pesada responsabilidade do cargo. Mais grave ainda, porém, é sua chefia defender a tese de que, mesmo dentro do “Campus”, um policial deve ser mais do que um estudante, um policial. Essa estranha posição acabaria criando sérios obstáculos aos policiais que querem e têm o direito de estudar. Personalizar o caso, no entanto, seria errado. Os estudantes precisam ver que cabe à família mobilizar-se, com seus amigos e os que a ela se solidarizarem, para obter justiça. A morte do jovem, sendo um caso individual, exige a apuração individual de culpa. Mas as autoridades precisam reconhecer que é direito legítimo e democrático dos estudantes de discutirem, a partir do abalo causado por essa tragédia, os problemas que são vividos no “Campus”, e que, em boa parte, possibilitam o acidente. E que possibilitarão outros “acidentes”. Os estudantes apenas precisam agir com inteligência, racionalidade e bom senso para não perderem o chão e se desgastarem com palavras de ordem que acabam deslocadas e vazias, por seu mal oportunismo. Precisam, enfim, do senso do equilíbrio. Mais do que eles, porém, necessitam certas autoridades de tolerância

para aprender que um projeto político só pode merecer algum crédito se for para valer. Democracia só se aprende praticando-a. E nela, discorda-se através do diálogo, não pela ofensa. (Pinto, 1980, p.7)

A segunda grande voz crítica foi a do político Hélio Gueiros, que tratou do tema na terceira seção de sua longa coluna dominical. Ainda que criticasse a atuação da polícia, porém, não abria mão totalmente da ideia de “subversão”:

Declarações infelizes de duas autoridades policiais puseram lenha na fogueira provocada pela morte do estudante dentro de uma sala de aula do Campus da Universidade Federal do Pará, e por causa delas, os dirigentes universitários estão tendo problemas maiores para controlar a crise que se procura prolongar nos meios estudantis.

[...] A primeira declaração desastrosa da autoridade policial foi a do Delegado da Polícia Federal no Pará que, com o cadáver ainda quente do jovem universitário, preferiu se comover e se solidarizar mais com o provocador da tragédia usando os jornais, não para apresentar seu pesar (sic) à família e à comunidade universitária, mas simplesmente para dar a entender que o agente policial tem o direito de andar armado 24 horas por dia, esteja onde estiver, com o que absurdamente pretendeu concluir que não há culpa e responsabilidade de ninguém na morte do estudante.

Não tem o menor cabimento nem justificativa a tese de que quem têm porte de arma pode entrar à vontade em qualquer ambiente. Um cidadão com porte de arma não pode entrar armado para uma audiência com o Presidente da República. Nem com o governador do Estado. Nem com um comandante militar. Um policial, que acumule profissão de juiz de futebol, mesmo dispondo de porte de arma, não vai entrar em campo para apitar uma partida de futebol mostrando a sua arma. Ele tem de desfazer-se dela em determinados ambientes e circunstâncias porque a lei e direito é bom senso e precisa de interpretação para que não se chegue a conclusão absurdas e grotescas.

[...] Foi assim, infeliz e desastrada a declaração do Delegado da Polícia Federal pretendendo dar cobertura legal ao descuido do seu agente. Se um Polícia (sic) Federal têm de andar armado 24 horas por dia, então ele fique longe das salas de aula da Universidade porque lá não é lugar para se dar serviço. É local de estudo, de meditação e de tranquilidade, sendo absurda presença de pessoas armadas, seja ela da Polícia Federal estadual, militar ou civil.

A outra lamentável declaração foi a do Secretário de Segurança Pública do Estado tachando indiscriminadamente de imbecis os estudantes porque eles se indignaram com a morte de seu colega. Eles poderiam, se quisessem ser grosseiros, dizer quem imbecil e insensível é quem acha que uma morte estúpida e brutal de um jovem não deve provocar comoção e estupefação. Ela causa não só aos jovens mas a toda comunidade paraense, *sem que essa constatação signifique o inocente desconhecimento de que há e pode haver infiltração perniciosa no selo do movimento puro dos estudantes. Claro que há, houve e haverá sempre esse trabalho subterrâneo e sibilino de forças estranhas e anti-patrióticas se aproveitando de situações aparentemente justas e inocentes*, mas não é pelo fato da existência dessa exploração que se vai retirar o mérito e a justiça de tais reações da comunidade e se chamar todo mundo de imbecil.

Situações delicadas e nervosas devem ser tratadas com tato e sabedoria especialmente se envolvem jovens, que têm sensibilidade e reação mais à flor da pele do que as pessoas maduras. É possível que as autoridades policiais, acostumadas ou viciadas a tratar com marginais e desclassificados, estejam com

a boca torta pelo uso do cachimbo e sejam, assim, incompetentes e imprudentes para tratar de problemas não necessariamente criminais.

É bom que saiam mais da cena antes que agravem ainda mais a situação (Gueiros, 1980, p.4. Grifos do Autor)

A partir dessas duas colunas, amparadas no cenário político mais liberal da época, é possível constatar um jornalismo mais consequente por parte do veículo de Rômulo Maiorana. Entretanto, ambos os autores foram cercados de circunstâncias excepcionais. Por sua longa experiência no jornalismo, Lúcio Flávio Pinto tinha um status acima do normal até para um colunista, desfrutando de carta branca expressa pela própria família Maiorana, o qual tinha até seu rompimento com a família em fins dos anos 80. Gueiros, além de jornalista, era político veterano, e, por conseguinte, com audiência privilegiada para além da tribuna parlamentar ou até de sua própria coluna – por seu publicada aos domingos, seus textos eram maiores, ocupando a página inteira, e permaneceu assim até de seu rompimento com *O Liberal* em 1982 (Pinto, 2006). Além das questões individuais dos dois jornalistas, não é possível desconsiderar a imensa pressão popular das lutas populares do período. Paulo Roberto Ferreira avalia que esta imposição, de fora para dentro, não tinha impacto somente político, mas também comercial:

[...] O jornal impresso, por exemplo, avaliava a história da venda. Então quando o jornal fazia uma cobertura – e ainda que não fosse 100%, não fosse uma cobertura que tivesse muitas fotos dos movimentos sociais –, vendia muito, vendia muitos exemplares, então eles começam a sintonizar com essas coisas, eles tinham um meio muito fácil de saber isso: tinham uma tiragem, aí eles distribuía para “baderna”, se sobrasse jornal, voltava pra eles, abatiam de volta na conta do “baderneiro”, que era o cara responsável por receber os jornais e distribuir nos bairros. Então eles sabiam, quando o jornal não voltava ou tinha um encalhe muito pequeno, eles sabiam que tinha crescido a venda. Eles estavam sintonizados nisso e eles vão começar a abrir espaço para essas matérias que envolviam os interesses populares.

[...] Então essa coisa vai se dar nesse contexto. O espaço que vão ganhar as notícias de interesse (vamos dizer) populares, ocorrem em função desses movimentos também, da luta interna dentro das instituições. O pessoal vai perder o medo e vai lutar contra Aeronáutica, no bairro da Sacramento; contra a Radional, no Jurunas, surge a Cobajur (Comissão de Base do Jurunas), enfim. Vão surgir vários movimentos, na Terra Firme, na Pedreira, no Telégrafo, tudo vai se criando um caldeirão de manifestações, Os estudantes fazem manifestações, houve a morte do César Moraes Leite, o pessoal faz uma grande manifestação (isso já no início dos anos 1980), então é assim que vai se dando, esse espaço que a mídia vai ampliando ocorreu em função também dos movimentos sociais, que foram para as ruas, que geraram manifestações, e que geraram imagens, notícias, venda de jornais, de audiência (risos). (Ferreira, 2025)

Dessa forma, havia o interesse dos jornais (e seus respectivos grupos políticos) de não perderem a identificação do público leitor, que se encontrava pressionado com as sucessivas

crises políticas e econômicas do regime militar e se identificava ou se interessava pelos movimentos de contestação à ordem vigente. Partindo desse contexto, o diálogo de grandes grupos políticos da ordem institucional com a insatisfação popular alcança uma nova etapa às vésperas das eleições de 1982.

No começo da década de 1980, já sob o contexto de distensão da repressão política do governo militar, surge um novo jornal de grande imprensa, representando com fidelidade as ideias ascendentes de frações da classe dominante: o *Diário do Pará*. Depois de um ano de planejamento, o jornal começa a circular em fins de agosto de 1982, com a proposta de ser um jornal de campanha em favor de Jader Barbalho, que estava para se lançar como candidato ao governo do estado (Leal, 2007). Jader, neste momento histórico de acirramento das lutas políticas e econômicas no plano regional e nacional, acaba se posicionando como um candidato progressista, o qual buscava representar as aspirações do campo democrático e popular e procurando alianças com grupos de esquerda, como o PCB, PCdoB e MR-8 (Oliveira, 2009), e o jornal, sendo seu porta-voz extraoficial, acaba aderindo a um discurso que se imaginava confrontando os interesses das classes governantes. Ainda que por um lado, isso tenha se refletido na contratação de colunistas outrora excluídos dos grandes jornais, como Benedito Monteiro, cassado pelo golpe de 64, e Raimundo Jinkings, militante do PCB, muito desse apelo popular foi também canalizado na figura de Jader. Já na 3ª edição, o Repórter Diário, coluna não assinada que se posiciona como editorial, explana esse posicionamento do seguinte modo:

[...] o DIÁRIO caiu no gosto do povo. Por seu conteúdo redacional, ainda que com algumas deficiências gráficas [...], o nosso jornal é preocupado unicamente com os interesses populares.

Aqui, ninguém está preocupado, por exemplo, com o programa do fim de semana dos privilegiados, muito menos com o baby shower de madame fulano de tal. Há, sim, a preocupação pelos problemas da comunidade, pela melhoria da justiça social aos que hoje se sentem e são realmente oprimidos, enfim, pela transformação que nosso Estado sofrerá depois de 15 de novembro. Quando Jader Barbalho assumir o Governo do Estado. Ninguém segura o nosso povo (DIÁRIO DO PARÁ, 25/8/1982)

Ainda que o jornal de fato se apresentasse como mais progressista que seus congêneres na grande mídia, a nota demonstra os limites de seu posicionamento político. Primeiro, ao personificar os anseios populares na figura individual de um político, um procedimento que transforma a luta política em uma arbitragem dos interesses de classe, em que o Estado se põe como mediador imparcial de tais interesses (Weffort, 2003). Além disso, o desinteresse manifesto pelos jornais a respeito das ideias da classe dominante objetivamente não condiz com a realidade. Desde a primeira edição, o *Diário do Pará* tinha um colunista social, Bernadino

Santos, e sua coluna, diária, pouco ou nada se diferencia dos colunistas empregados nos outros jornais de Belém. Também pouco se diferencia o *Diário* dos outros jornais na própria estruturação editorial.

No ano de 1982, quando estreou, o *Diário* dividia seus poucos cadernos em seções da seguinte ordem: depois das manchetes, na 2ª página as colunas de autores destacados; política, onde ficava o Repórter *Diário* e a coluna de Hélio Gueiros, que nas duas primeiras edições, ocupou uma página inteira; cidade, com notícias locais; Internacional, que concentrava também a coluna de cinema e a coluna social; classificados, que ocupavam de 2 a 4 páginas em média; e notícias de esporte e policial, que ocupavam 2 páginas cada, mais do que as primeiras seções. Este esqueleto acaba por igualar o *Diário* com os jornais que criticava, visto que este modelo acaba, por exemplo, tolhendo a relevância das notícias culturais, espremidas em uma seção alienígena e que só podia ser mais aprofundada aos domingos.

Além das questões editoriais, o posicionamento personalista do jornal trouxe uma contradição que se refletiu em seu jornalismo. O governador do estado, cel. Alacid Nunes, rompido politicamente com Jarbas Passarinho e com o governo federal praticamente desde sua posse em 1979, acabou por articular seu apoio à candidatura de Jader (Oliveira, 2002), tanto por sua inimizade com Oziel Carneiro, candidato do PDS, quanto para se alinhar politicamente com o discurso de abertura, o qual era politicamente dominante neste momento histórico. Esta aliança política se refletiu nas páginas do jornal, que cobria as ações de Alacid Nunes tanto no Repórter *Diário* (o qual destacava o boicote que sofria do governo federal) quando no corpo geral de texto, que o poupava de manchetes mais pesadas. Alves (2025) destaca que, ainda que o *Diário* não sofresse uma sanção moral dos jornalistas, estes sempre o viram como um jornal que atendia a interesses familiares.

## Abel Figueiredo terá hoje praça com o seu nome

O governador Alacid Nunes vai inaugurar hoje, às 11 horas, a praça Abel Figueiredo, na estrada da Ceasa. A cerimônia de inauguração irá acompanhada da primeira dama do Estado, dona Marilda Nunes.

A praça Abel Figueiredo, construída pela Secretaria de Obras, é resultado de um projeto apresentado pelo vereador Alonso Guimarães (PMDB) e aprovado pela Câmara Municipal de Belém.



Alacid inaugura praça com nome do sogro

## Manifestação para padres presos 1 ano

O Movimento de Libertação dos Presos do Araguaia (MLPA) realizará uma manifestação pública de protesto em Belém, no dia 31, quando os padres franceses Aristides Camilo e

François Gouriou completarão um ano de prisão. No dia 30, o MLPA fará uma convocação geral na cidade, através de carros com alto-falantes, convidando a população para uma missa

que será realizada no dia seguinte na Igreja das Mercês, no centro da cidade. Após o ato litúrgico, as manifestantes seguirão em passeata até os prédios dos jornais diários de Belém, onde entregarão um manifesto. Em seguida, através da principal avenida, irão até a Igreja da Trindade, onde a manifestação será encerrada.

... e a sua comemoração...  
ense. Aqui, diz o padre Brambilla, serão realizados os principais atos litúrgicos de Nossa Senhora de Nazaré. Quanto ao novo arraial, com uma área superior a 10 mil metros quadrados, está em ritmo acelerado, permitindo que antes da segunda quinzena de setembro os parques de diversões e barrigueiros iniciem a montagem dos brinquedos e barraços.

Idênticas providências estão sendo tomadas com referência ao círio de Nazaré, no segundo domingo de outubro, já se encontrando em fase de recuperação os carros que fazem parte da alegoria do préstito religioso, como a Berlinda, carros dos anjos e dos mi-

... Boa Vista", do Rio de Janeiro, e que tem parques de diversões em Brasília e São Paulo. Assim, o parque 2 mil que atualmente se apresentava no arraial, não mais virá a Belém. Segundo o padre Brambilla, além do parque "Boa Vista", será instalado no arraial um parque de Belém.

Enquanto isso, vários curiosos eram vistos contemplando as obras do conjunto arquitetônico de Nossa Senhora de Nazaré. A maioria foi unânime em aplaudir o projeto, apoiando também a mudança do arraial para outro local, levando em consideração ser a praça Justo Chermont pequena para o movimento da festividade.

## Acyllino para 60 personalidades

Sessenta personalidades foram agraciadas ontem pelo Conselho Estadual de Educação com a medalha comemorativa do centenário de nascimento do professor Acyllino de Leão. A cerimônia, que se realizou dentro de uma sessão magna, começou às 17 e 30 e se estendeu por parte da noite. A ela compareceram todos os membros do Conselho.

Em nome do Conselho, discursou o dr. Abelardo Santos, que falou do significado do evento, da importância da homenagem e da participação da homenagem nos movimentos culturais, e nos meios médico e político do Estado. Quem se lembra do professor Acyllino de Leão guarda a imagem de um homem muito simples e modesto, mas dotado de uma envergadura intelectual capaz de transpor séculos.

Entre as personalidades agraciadas com a medalha do centenário de nascimento do professor Acyllino de Leão registraram-se o governador Alacid Nunes, o vice Getson Peres, os comandantes da 8ª Região Militar, do IV Distrito Naval e 1º Comando Aéreo Regional, Rector Daniel Coelho de Souza da U.F. Pa., o arcebispo Dom Alberto Ramos, os presidentes da Assembleia Legislativa, Câmara Municipal, Tribunal Regional Eleitoral, Tribunal de Justiça do Estado, secretários de Estado e outras pessoas de renome dos diversos segmentos sociais do Pará.

Após a cerimônia de entrega de medalhas houve congregarmento entre os agraciados e convidados presentes à Sede do Conselho.



O governador Alacid Nunes foi um dos agraciados com a medalha Acyllino de Leão

Imagem 14: Recorte da seção de cidade do Diário do Pará (25/08/1982). Fonte: Hemeroteca Digital

O posicionamento político do *Diário do Pará* acaba, portanto, sendo bem mais conservador do que seu discurso tenta aparentar. Para além do apoio dado a Alacid, político já estabelecido, por um jornal que dizia ser contra o regime militar, a relação próxima com a família Barbalho compromete o tráfego com os setores mais progressistas. Raimundo Jinkings, embora torne a aparecer no jornal tanto nos classificados com a Livraria Jinkings quanto o noticiário, efetivamente deixa de contribuir de forma contínua a partir de 1983 – o mesmo

ocorrendo com Benedicto Monteiro, indicado como Procurador-Geral do Estado, e que, diferente de Acyr Castro, não conciliou a política com o colunismo.

A partir do final das eleições de 1982, com a eleição de Jader Barbalho para o Governo do Estado e a garantia da sobrevivência do *Diário do Pará*, consolidou-se na imprensa local uma polarização entre o Diário, que defendia o novo governador, e os jornais *O Liberal* e *A Província*, alinhados com o PDS – prova disso foi a escrita da carta de apoio de Jarbas Passarinho a Oziel Carneiro (candidato dos militares), a qual foi repercutida por ambos os jornais, mas ignorada pelo *Diário*. Além disso, distanciando-se da diplomacia utilizada na década de 1970, o jornal passa a criticar abertamente vários problemas do período, como o fez em editorial de 17 de fevereiro de 1984, o qual remetia a uma matéria do jornal criticando o estado das escolas de Belém:

Mais duas escolas estão sendo apresentadas em sua real situação: em uma, o teto está caindo. Em outra, as salas estão quase vazias, tanto porque chove dentro delas, por causa de goteiras, como as carteiras são poucas para povoá-las e estão faltando carteiras para todos os alunos. O que a reportagem mostra não é uma estatística. É uma fotografia. Pode-se, depois dela, perguntar se tais escolas podem, legitimamente, ser incluídas como estabelecimentos de ensino em normal funcionamento. Até mesmo cabe indagar se são, efetivamente, escolas ou apenas um número a se alcançar recordes de escolas-mês e de salas de aula-dia.

O ensino merece uma revisão. Não se pense em mais reformas, que apenas causam maior confusão e oferecem escassos resultados para educação da infância e da juventude. A revisão tem de se voltar, praticamente, para a consolidação do que já foi conseguido, a começar pelas unidades físicas que chegaram a ser inauguradas, ainda que vazias dos equipamentos necessários e povoadas de crianças mal alimentadas e de professores humilhados pelo subemprego que está sendo o magistério em todos os graus. É lícito contestar a validade de mais escolas inauguradas quando são perdidas, paulatinamente, as escolas que já existem. A Secretaria de Educação extinguiu (sic) o chamado turno da fome porque, nele pouco se ensinava e menos se aprendia. Pode ser uma realidade, mas não será menos vexatória do que a situação das escolas que estão caminhando para a ruína e onde, se alguém heroicamente consegue ensinar, as crianças podem aprender em tal martírio. [...] (O Liberal, 17 fev 1984, p.1)

Esta disputa, a princípio regional, também se refletiu nas posições que diziam respeito ao conjunto das futuras eleições presidenciais de 1985. No dia 16 de fevereiro de 1984, quando Belém sediou um dos comícios das Diretas Já e que contou com diversos políticos de relevância nacional, *O Liberal* deu preferência à visita do ex-governador e pré-candidato à presidência Paulo Maluf à Belém, e o protesto ficou relegado às notícias secundárias – em comparação, *A Província* dedicou uma página inteira do fim de seu 1º caderno. Entretanto, *A Província* também abrigava em seu seio elementos que, ainda na década de 1980, se utilizavam de um discurso

que, se não podia defender abertamente a ditadura, atacava duramente a oposição e punha em dúvida as pautas nas quais ela era identificada. A título de exemplo, foi publicado, na coluna “Aparte” de 16 de fevereiro de 1984 (na mesma edição da cobertura das Diretas), um texto do autor Fernando Nobre Filho, o qual se põe francamente contra a ação popular:

[...] a celeuma da campanha que envolve a propaganda pela eleição direta contra a indireta se reveste de maior gravidade desde que chefiada por governos estaduais devidamente constituídos. Esses elementos que, pelas funções exercidas têm a obrigação e o dever da imparcialidade, estão usando e abusando de órgãos governamentais para difusão de seus arrazoados, o que implica uma arbitrariedade funcional que não pode ser suportada, e por isso, merecedora de corretivo. Além do mais, a propaganda encetada visa atizar os ânimos populares contra o Governo Federal.

Se o objetivo é pressionar o Congresso Nacional para que aprove uma emenda constitucional que possibilite a eleição direta, essa pressão deveria se processar pelos partidos da oposição junto a seus representantes em dito Congresso, e não inflamando a opinião pública, que não se manifestaria se não fosse instigada. Portanto, quando o Poder Federal qualifica a campanha em pauta como perturbadora, não faz mais do que prevenir a comunidade com relação à desordem que de tão temerária incitação poderá advir.

Não resta a menor dúvida de que, dadas as circunstâncias de impossível modificação em virtude da realidade política, a próxima eleição se realizará por via indireta, a não ser que se verifique uma convulsão social de resultados imprevisíveis. Entretanto, o germe da subversão popular terá sido plantado por governos estaduais acolitados por alguns imprevidentes representantes da situação, o que reverterá em detrimento da tranquilidade pública, tão necessária, especialmente no momento, para enfrentar a crise econômica que nos assola. É, pois, de se almejar que a população se compenetre da verdade e descubra em tempo a nefasta manobra encetada pelos politíqueiros de vários matizes e pelos politicóides de determinadas facções, cujas irresponsabilidades, de uns e de outros, se vêm demonstrando de maneira indiscutível. (A Província do Pará, 16 fev 1984, p.4).

Em outra ocasião, em 5 de janeiro de 1985, a mesma coluna publicou um texto do escritor Paula Couto, o qual, utilizando-se de uma única fonte, do francês Jules Minnerot<sup>13</sup> alerta para uma “infiltração marxista” nas universidades brasileiras:

[...] Entre outras coisas, refere-se ele em sua obra, à aceitação passiva de comunistas na escola, contrariando a função social desta; o papel dos professores comunistas no proselitismo; adulteração das diversas disciplinas pelo marxismo; a tolerância suicida e a debilitação do espírito crítico dos democratas; os episódios de maio de 1968 como um resultado desse fenômeno; a destruição da ordem vigente e da autoridade; os professores “progressistas, a União Nacional dos Estudantes e seu papel na subversão; as

---

<sup>13</sup> Sociólogo francês de extrema-direita e filiado ao Front National, partido fundado pelo colaboracionista francês Jean Marie Le-Pen e abertamente antissemita e de inspiração fascista. Para mais informações, consultar: [https://fr.wikipedia.org/wiki/Jules\\_Monnerot\\_\(sociologue\)](https://fr.wikipedia.org/wiki/Jules_Monnerot_(sociologue)) e [https://fr.wikipedia.org/wiki/Rassemblement\\_national](https://fr.wikipedia.org/wiki/Rassemblement_national). Acesso em 6 jun 2025

perspectivas anárquicas da França face a esse quadro; a máscara científica assumida pelo marxismo; o corpo docente recebendo missão não mais do Estado, mas de um partido político internacional; a situação na Universidade: uma minoria aterrorizante e uma maioria aterrorizada; o dilema: luta de família tradicional contra a Escola ou o conformismo dos pais; a omissão da classe política francesa; decadência cívica e moral dos jovens, tornando-se presas fáceis do proselitismo marxista; uma política dificilmente conciliável: favorecer a conquista das mentes e ao mesmo tempo, proibir os atos revolucionários; colaboração passiva do governo no curso forçado de ideias marxista; pecado do Estado ao permitir que uma minoria marxista conquiste as mentes de filhos de pais não marxistas; e muitas outras lúcidas observações, de incontestável pertinência mostrando a grande acuidade do mestre francês. Os nossos diretores, professores e alunos universitários que comparem o panorama sinteticamente descrito por Monnerot, com o que vivem em suas próprias Universidades e retirem as suas conclusões [...] (A Província do Pará, 5 jan 1985, p.4)

Ainda que não defendam os militares abertamente, se tratam de peças que sustentam o regime ideologicamente. Nobre Filho, ao tratar a participação popular pelas Diretas Já como anormal e um mero joguete política, alimenta uma visão elitista e tecnocrática, na qual as grandes decisões da vida política não podem ter a participação de elementos fora da institucionalidade. Da mesma forma, Paula Couto, ao afirmar (sem provas concretas) a existência de uma suposta hegemonia marxista no meio acadêmico, retoma um discurso ideológico norteador do Golpe Civil-Militar, no qual o medo anticomunista serviu de justificativa para perseguição e o sufocamento da vida política nacional. A publicação destes textos em plena agonia do regime militar demonstra não apenas a persistência de sua influência elitista e conspiratória como também demonstra que existiam veículos, como *A Província do Pará*, que sustentavam tais opiniões.

Em contrapartida, o *Diário do Pará* se punha como uma voz popular e abertamente contrária à ditadura militar. Em 13 de agosto de 1984, ao ser confirmada a candidatura de Tancredo Neves para a Presidência do República, o Repórter Diário – espécie de análogo ao Repórter 70 – fez questão de registrar a empolgação na sessão plenária da Câmara Municipal de Belém como um explícito sinal de apoio ao PMDB, partido de Tancredo (*Diário do Pará*, p.5). Entretanto, pela ligação direta à Jader Barbalho, um político criado na institucionalidade da ditadura, o jornal logo assumiu um discurso governista e que, ao proteger o indivíduo, acabava por mascarar os problemas sociais enfrentados no estado – como Jader agora era o representante maior do povo paraense, qualquer conflito ou falha dentro desta região poderia ser lido não só como um ataque ao governador, mas também ao próprio futuro almejado pelo povo. Desta forma, o jornal dissimulava sua ligação patronal com o governador e se posava como defensor do interesse público, seguindo uma tradição próxima ao da Província quando de

propriedade Antônio Lemos. Esta postura protetiva do jornal foi escancarada em um momento que deveria ser de celebração do governo estadual: o sesquicentenário da Cabanagem.

**DIÁRIO DO PARÁ**  
ANO 2

CADERNO ESPECIAL

Belém, quinta-feira, 15 de março de 1984 5

**JADER**



**O GOVERNADOR DO POVO.**

HÁ UM ANO CONSTRUINDO UM ESTADO DE PROGRESSO E PAZ.

Homenagem de



Radio TV-Canal 4

**PARABÊNS, JADER.**

*Esconte com a gente.*

DECOR



**PARABÊNS A JADER BARBALHO PELO 1º ANO DE GOVERNO.**

BAR E RESTAURANTE

**CARIMBÓ**

Em São Braz, junto ao Terminal  
FILIAL: MINI-CARIMBÓ  
Av. Ceará, 569 (esquina c/ Fracisco Monteiro)

**TUDO DO BOM E DO MELHOR PARA VOCÊ, PARÁ.**



Associação às comemorações do 1º aniversário do Governo Jader Barbalho.

Informar é preciso. Mostrar ao nosso povo os verdadeiros caminhos do desenvolvimento. Indicar a direção do futuro.

**DIÁRIO DO PARÁ É O NOVO COMPROMISSO COM A VERDADE.**

Nossas homenagens ao novo jornal.

**Supermercado Formosa**



SAUAMOR O GOVERNADOR

**JADER BARBALHO**

PELO PRIMEIRO ANO DE TRABALHO EM DEFESA DO BEM ESTAR DA POPULAÇÃO

**OCRIM.S.A.**

**PRODUTOS ALIMENTÍCIOS**

RAÇÕES BALANCEADAS - "OCRIM AVIÉ"  
FARINHA DE TRIGO "MIRELLA"  
MASSAS ALIMENTÍCIAS "AMBERA"

Av. Marçal Gomes, 25 TELEFONES: 222.222 - 222.222  
FAX: 222.222 - 222.222

IMAGEM 15: Anúncios Publicitários do Governo Jader Barbalho em Caderno Especial de O Diário do Pará (15/3/1984). Reprodução: Hemeroteca Digital

Desde que assumiu o governo estadual, Jader procurou usar os signos identitários da Cabanagem como forma de assumir uma feição popular (Barbosa, 2006) e, por conseguinte, se diferenciar dos governantes progressos. Para isso, preparou uma série de comemorações aos 150 anos da deflagração da Cabanagem, previsto para ocorrer em 1985, e que contou não somente com um concurso promovido pelo Conselho Estadual de Cultural (Di Paolo, 1990) como também teve, como ponto, a contratação do arquiteto Oscar Niemeyer para a construção do Memorial da Cabanagem, erguido no Entroncamento. O evento de inauguração, que deveria consagrar uma visão de passada moldada a um futuro brilhante, foi, no entanto, ofuscada por um problema do presente: o assassinato do pistoleiro Quintino pela Polícia Militar, ocorrido em 5 de janeiro de 1985.

Armando Alves Lira, antes de se tornar conhecido por Quintino, era somente um lavrador anônimo residente na região do Guamá, no nordeste do Pará. Esta região, porém, fora palco do chamado Conflito da CIDAPAR, gestado na década de 60 e desdobrado nas duas décadas seguintes, onde a CIDAPAR tentou se apropriar ilegalmente da área de Vizeu, na fronteira com o Maranhão, na tentativa de formar um latifúndio, e no processo expulsou centenas de famílias camponesas das áreas apropriadas (Loureiro, 2019). Quintino, como um dos desalojados pela empresa, acabou por se armar e formar um bando contra a empresa e os pistoleiros, matando vários no processo e tornando o conflito nacionalmente conhecido, o que atraiu a atenção do governo do estado, não só para resolver o problema graças à pressão popular, mas também para eliminar o foco armado que surgira naquela área. A urgência das forças repressoras do estado em eliminar Quintino não se devia apenas ao caráter classista do Estado (Engels, 2018) em favor dos latifundiários, mas também para eliminar a contradição que era a existência de um grave conflito fundiário sob a égide de um governo popular e socialmente consciente. Jader Barbalho, em paralelo ao conflito da CIDAPAR, participou de uma Mesa Redonda na Câmara dos Deputados no qual afirmou que “é hora pois de sair da retórica e fazer da reforma agrária uma realidade, enfrentando de forma definitiva a concentração da propriedade, que tantas e velhas mazelas tem espalhado no meio rural brasileiro” (1984, p.162) Não era possível, portanto, que o problema fosse realmente escutado – era necessário sufocá-lo, e um importante passo para tal era a morte de Quintino.

Após várias tentativas fracassadas de localizar o agricultor, a Polícia Militar conseguiu emboscá-lo e o matar no começo de 1985. Sua morte saiu nos três jornais locais destacada na seção de Polícia, o que na prática era uma criminalização da questão fundiária que se

desenvolvia na época. Este assassinato, entretanto, não foi visto da mesma maneira por setores significativos da população, o que foi demonstrado no dia 7 de janeiro de 1985, quando da inauguração do Memorial da Cabanagem. Nesse dia, em paralelo ao ato oficial do governo, ocorreram protestos liderados pelos deputados Ademir Andrade e Paulo Fonteles ao largo do monumento de Niemeyer, como forma de relembrar o assassinato de Quintino, que era visto pelos movimentos populares e camponeses atingidos pela CIDAPAR como um vingador da população local. Neste momento, ao noticiar os atos populares e a inauguração, ocorreria uma rara convergência dos veículos de imprensa no sentido de invisibilizar, cada um a seu modo, os protestos e suas verdadeiras causas.

Ao noticiar a inauguração do monumento em 7 de janeiro, o *Diário* deu ampla cobertura tanto aos discursos das autoridades quanto ao significado histórico e simplesmente ignorou os protestos, os quais só vieram a ser mencionados no dia seguinte por duas fontes: o Repórter Diário, que disse que “O sr. Ademir Andrade não é o primeiro e nem será o único, infelizmente, a valer-se e alimentar-se eleitoralmente de cadáveres. Só que a história sempre registra o nome da vítima, não refere o nome desses demagogos necrolátricos disfarçados” (1985, p.3); e o diretor Joércio Barbalho, irmão de Jader, que considerou lamentável “a presença de manifestação proselitista em favor de algo muito recente, por ocasião da inauguração do majestoso memorial à Cabanagem” (1985, p.5). Ambos os autores, vozes poderosas do jornal, ao relegarem as vozes críticas à Jader para as notas de rodapé e ao omitirem voluntariamente as verdadeiras causas dos protestos, não só trabalharam para a legitimação do projeto de poder de Jader, como também ignoram a própria política que defendem enquanto algo parcial. Para o Repórter Diário, comparar Quintino a um cabano (algo que ocorreu de fato nos protestos) seria uma exploração eleitoral e política, enquanto que a apropriação da Cabanagem por Jader Barbalho não seria uma manipulação populista e de culto à personalidade, como defende Michel Pinho (2019), mas sim a consagração histórica do destino grandioso do povo paraense.

Do lado da concorrência, *O Liberal*, se utilizando de seus recursos financeiros e jornalísticos, dedicou um caderno especial de sua edição dominical para realizar uma larga análise do significado histórico da Cabanagem, priorizando a nova historiografia surgida a partir de Jorge Hurley e desprestigiando as interpretações mais conservadoras e elitistas originadas do Barão do Guajará (Ricci, 2001). Entretanto, em paralelo a uma cobertura que poderia ser considerada progressista, *O Liberal* não teve a mesma visão de Quintino. Em editorial de 6 de janeiro, mesmo dia da publicação do caderno especial, *O Liberal* se mostra cético quanto à resolução dos problemas fundiários, lembrando que Quintino era “produto direto do conflito fundiário que se estabeleceu no Pará” (1985, p.1). Entretanto, no dia seguinte,

*O Liberal*, cioso das manifestações de solidariedade e com a comparação de sua figura com a dos cabanos, retomou o tema em novo editorial, no qual adota uma postura de despolitização da Cabanagem e desassociação com a figura de Quintino:

Às comemorações de hoje, dos 150 anos da Cabanagem, se está trazendo inopinadamente um fato novo, representado pelo chamado gatilheiro Quintino, que, nada tendo de imagem ou semelhança com os cabanos, se pretende, agora, seja um cabano exclusivamente por ter sido morto pela Polícia Militar. A Cabanagem, a História e, também, o Estado do Pará exigem – e merecem – maior criatividade que um oportunismo muito eficaz para a consagração de goleadores no nosso futebol, mas francamente lamentável em assuntos que terão de ser encarados com maior seriedade e espírito público, ainda que ambos frequentemente estejam a faltar em muitos debates e em tantos espíritos.

Ainda que esteja a reclamar maior pesquisa, estudo em profundidade e a interpretação que a explicará na História e a justificará como manifestação coletiva respeitável, tanto pela inspiração como pelos propósitos, a Cabanagem não foi, evidentemente, a manifestação de criminosos, celerados e salteadores que, por muitos e muitos anos, se pretendeu fazer crer tenha sido. Euclides da Cunha, retratou-a ajustadamente: “Uma ferocíssima Cabanagem do Pará, vencida pelo general Soares de Andréa, em 1836, dera um tipo novo à nossa história – o ‘cabano’. Simbolizava o reopontar de questão mais séria, que passou despercebida à sua (de Feijó) visão aguda e se destinava a permanecer na sombra até nossos dias. Era o crescente desequilíbrio entre os homens do sertão e os do litoral. O raio civilizador refranja na costa. Deixava na penumbra os planaltos... Ao ‘cabano’ se ajuntariam, no correr do tempo, o ‘balaio’ no Maranhão, o ‘chimango’ no Ceará, o ‘cangaceiro’ em Pernambuco, nomes diversos de uma diátese social única que chegaria até hoje, projetando nos deslumbramentos da República a silhueta trágica do jagunço”. Mesmo tendo sido, na síntese primorosa de Handelman, a luta dos que nada têm contra os que têm, dificilmente a Cabanagem poderia ser um produto de homens como o Quintino agora morto e para o qual a absolvição resulta apenas de ter sido irada vítima da falta de justiça e do desgoverno, o que pode inspirar uma revolução como a Cabanagem mas, indiscutivelmente, não justifica a pilhagem que fez do pistoleiro autochamado de gatilheiro um perigo público como qualquer outro.

As comemorações de hoje, nos 150 anos da Cabanagem, dispensam a coincidência da morte de Quintino. De outra forma, não valeria a pena esperar tanto tempo para festejar a Cabanagem não mais como uma eclosão de banditismo, mas como a manifestação de consciência de um povo, sempre contra os déspotas de todos os tempos e quaisquer origens, inclusive as nativas e os contemporâneos. (*O Liberal*, 7 jan 1985, p.1)

Dessa forma, *O Liberal*, ainda que opositor ao governo de Jader Barbalho e ao jornalismo de *Diário do Pará*, na prática se alinhou ao seu concorrente quando precisou criminalizar as lutas sociais do presente em prol da higienização de um passado que já fora, ele mesmo, visto como algo vil e desprezível em sua época. Ainda que, sob uma análise histórica mais rígida, a imagem de Quintino como um cabano seja de fato anacrônica, a peça de *O Liberal* não é um ensaio histórico, e sim uma declaração política: se trata de deslegitimar as formas de

resistência popular (visto que o jornal omitiu possíveis alternativas à figura de Quintino) e não questionar a proeminência da propriedade privada monocultora na economia do estado.

Apontar a proeminência dos interesses de classe dos jornais não significa afirmar que este era o único viés no qual atuavam. Ainda na edição de 6 de janeiro, o jornal publicou, na íntegra, uma fala do deputado Ademir Andrade, o qual qualifica o assassinato de Quintino como cruel e covarde (1985, p.19). Dois dias depois, quando se referiu a inauguração do evento, o Repórter 70, em tom bem mais ameno que o Repórter Diário, lembrou que

[...] Era evidente a intenção de um grupo de 50 manifestantes, situados a menos de 200 metros de distância, de fazer uma crítica ao governo. Eles suspenderam uma faixa (“A luta dos Cabanos continua. Quintino vive. Reforma agrária, já!”), distribuíram um panfleto comparando Quintino aos cabanos e ficaram gritando palavras de ordem enquanto o governador discursava, como um contracanto dissonante. (*O Liberal*, 8 jan 1985, p.3)

Indo além da nota, a cobertura do periódico ainda publicou, na íntegra, um bilhete do deputado estadual Paulo Fontelles, a ser entregue ao Comandante-Geral da PMPA no dia da inauguração, criticando a violência do latifúndio no estado (1985, p.12). Considerando que, para *O Liberal*, Quintino era um criminoso como qualquer outro, é possível que a publicação das cartas de Andrade e Fontelles e a cobertura das manifestações no dia da inauguração fora não um aceno de solidariedade à luta no campo, mas sim uma maneira de desgastar a imagem pública de Jader Barbalho, já que, como mencionado anteriormente, *O Liberal* apoiara o candidato rival ao pemedebista. Entretanto, a disputa no campo da política institucional não alterou as convergências dos veículos de imprensa na luta de classes, a qual não só condiciona as questões parlamentares, mas a ultrapassa, pautando a vida sociopolítica do país. Assim como em 1964, não importava qual lado ou grupo político estavam as redações: as demandas populares eram o alvo a ser batido.

## 5. CONCLUSÃO

A partir da amostra selecionada e pelas fontes de apoio que contextualizam muitas das situações ocorridas naquele período histórico, é possível concluir que a imprensa local apoiou entusiasticamente a Ditadura Civil-Militar, não apenas por alinhamento ideológico, mas também por benefícios econômicos e também por seu próprio papel de classe. Como os veículos de mídia sempre foram representação ou mesmo a voz direta de indivíduos e frações da classe dominante local, era necessário o apoio mútuo para a sustentação do regime e para o convencimento social das transformações políticas e econômicas sofridas pela Amazônia.

Por isso, problematizar a convivência dos meios de comunicação com o regime militar é mais do que apenas apontar uma política equivocada ou mesmo danosa; é também tornar evidente o poder dos aparelhos ideológicos do estado. Neste caso, a convivência se manifestou de múltiplas formas, tanto pela cobertura jornalística quanto pela opiniões de colunistas consagrados, como João Malato, Isaac Soares, Emir Bemerguy, Augusto Meira (pai e filho), Clóvis Moraes Rêgo, Jarbas Passarinho, etc – ainda que este pensamento conservador e oficioso mereça ser mais estudado em ocasiões futuras. De certa forma, a falta de popularização da historiografia local sobre o período e a pouca clareza dos veículos de mídia no contexto de Justiça de Transição colabora para a irresolução do legado da Ditadura. Nos dias atuais, em decorrência do distanciamento histórico, da atualidade de vários nomes surgidos da Ditadura Civil-Militar e dos poucos esforços da Justiça de Transição no Brasil, os veículos de imprensa paraenses vêm tratando o período de maneira crítica, porém distanciada e se pautando em certos lugares-comuns e vícios de memória do período, como a ênfase nas lutas estudantis e ausência de críticas à ditadura pela questão racial, em dissonância com o acúmulo historiográfico existente.

Quando, a 10 de abril de 2025, a ALEPA realizou uma sessão especial em homenagem às vítimas da Ditadura no Pará, a 1ª Edição do Jornal Liberal (2025) daquele dia dedicou um trecho de 21 minutos – quase metade do programa inteiro – alternando entre uma cobertura ao vivo do Plenário João Batista (onde se realizou a sessão) e uma matéria já preparada contando mais histórias de vítimas da Ditadura no estado. Esta matéria, que contou as histórias de Pedro Galvão, Aluizio Leal e Eneida Guimarães, se ampara na historiografia nacional e regional para se fiar num tropo dual: o da perseguição estudantil e da perseguição camponesa. Desta forma, a reportagem, apesar de seu inegável esforço de apuração factual e qualidade técnica, acaba apenas reproduzindo visões já concebidas do período e deixa de lado facetas pouco consolidadas na memória coletiva, como a luta comunitária do começo da década de 80.

Por sua vez, o Diário do Pará (Araújo *et al*, 2025) produziu, meses antes, um especial escrito em seu site lembrando a perseguição contra João Batista, Virgílio Sacramento e (novamente) Eneida Guimarães e correlacionando as lutas sociais com a repressão política. Apesar da apuração rigorosa e respeitosa e de decisões historiográficas interessantes<sup>14</sup>, a reportagem ainda se fia no velho esquema historiográfico de “grandes figuras”, pouco se atendo a processos históricos mais longos e menos personalizados em figuras individuais, além de, em seu fim, continuar se fiando no questionado número de 434 fornecidos pela Comissão Nacional da Verdade, mesmo após vários questionamentos quanto à metodologia e sugestões que o número real seria bem maior (Oliveira, 2024). Para além das peças individuais, entretanto, é preciso entender o contexto maior de suas publicações e como este estado atual de memória reflete nas conclusões desta pesquisa.

Para além das características individuais das reportagens, elas estão inseridas dentro de uma linha editorial criada por um contexto histórico. Como foi concluído neste trabalho, O Liberal e o Diário do Pará estiveram historicamente situados em campos separados da classe política e econômica do estado, mas compartilhando os mesmos interesses de classe. O Liberal já teceu editoriais que apoiavam explicitamente candidatos do ARENA; o Diário do Pará, ainda que numa retórica de oposição aos militares, apoiou um governador indicado pelo regime militar somente por uma questão de conveniência. Para ambos, portanto, não faz sentido expor situações inconvenientes de seu fazer jornalístico, pois a empresa jornalística, como uma organização que visa ser naturalizada na sociedade, não irá expor situações que podem pôr em risco sua credibilidade e seu lucro. Por esse prisma, faz sentido o comentário de Regina Alves (2025), quando esta afirma que “jornal não faz autocrítica, jornal vai seguindo em frente [...]”.

Os jornalistas, por sua vez, chegaram a produzir um material crítico sobre o período. O Sinjor foi um dos sindicatos brasileiros que produziu sua Comissão da Verdade, a fim de apurar as arbitrariedades contra os jornalistas, e seu relatório final acabou por ser incorporado ao Relatório Paulo Fonteles Filho (2023), da CEVM. Entretanto, ainda que traga à tona perseguições políticas indispensáveis de serem lembradas, o relatório não esclarece o contexto total do que era ser jornalista em Belém, onde não se tinha faculdade de comunicação e com um jornalismo limitado economicamente. Além disso, não rememora aqueles que foram

---

<sup>14</sup> Apesar de não afirmarem isso explicitamente, os redatores da reportagem parecem considerar que, para eles, a Ditadura só encerra com a promulgação da Constituição em 1988, o que pode ser aferido pela própria inclusão, na reportagem, dos casos de Sacramento e Batista, ocorridos após 1985. Esta posição pouco usual contraria o senso comum da memória coletiva e da historiografia tradicional, que creem na eleição de Tancredo Neves como o fim do regime de exceção.

coniventes ou apoiaram o regime. Por isso, é pertinente a lembrança de Ferreira (2025), quando diz que “ficou frustrado com uns e alegre com outros” no que dizia respeito ao reconhecimento da categoria com relação aos crimes da Ditadura.

Por isso, cabe à Justiça de Transição não apenas cumprir seu dever jurídico de punir os militares e políticos que apoiaram regimes autoritários (Souza; Pereira; Bezerra, 2021), mas também o de promover uma educação cultural e historiográfica profunda. Hoffmann (2024), por exemplo, destaca a insuficiência das políticas de anistia do Governo Federal ao notar o desconhecimento de vários de seus beneficiados entre a população geral. No contexto regional, as políticas são ainda mais deficitárias, haja vista, por exemplo, que o Pará não possuiu até hoje um museu que relembre as violações de direitos humanos cometidas pelos militares. É urgente, portanto, os esforços não só para se criar uma memória dos ecos da Ditadura no estado do Pará, como também para não deixar que os algozes e apoiadores da opressão militar caiam no esquecimento. E isso passa por apontar e descrever o papel dos jornais paraenses no período.

Por isso, as conclusões que se podem tirar é que se ainda resta muito trabalho a ser feito, esta monografia cumpriu o papel de apontar a escala do trabalho de memória que ainda resta ser feito.

## 6. REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. São Paulo: Graal, 1983
- ALVES, Regina. Entrevista concedida a Bruno dos Anjos Seixas. Bruno, 28 jun 2025
- ANDRADE, Ademir. Ao Público. **Belém**: O Liberal, 6 jan 1985, p.19
- ARAÚJO, Anderson; COE, Emerson; SILVA, Demax; SARAME, Thiago. Memória, Verdade & Justiça: As vítimas quase esquecidas de uma história que não acabou. **Diário do Pará**. Disponível em: <https://especiais.doi.com.br/a-luta-no-para-contr-a-esquecimento-dos-crimes-da-ditadura>. Acesso em 14 fev 2025
- ARAÚJO, Arthur Silva de. Elementos para uma Reflexão do Jornalismo Declaratório. **Contracampo**, Niterói, v.42, n.3, set/dez 2023
- A POLÍCIA mais calma de Belém. O Liberal: Belém, 26 abr 1974, p.11
- BAHIA, Linomar. **Aurélio do Carmo** – Lembranças que valem a pena lembrar. Belém: Edição do Autor, 2008
- BANDEIRA, Ruth. E se o estudante matasse o agente. **O Estado do Pará**, Belém, 12 mar 1980
- BARATA, Ruy Guilherme Paranatinga. **A Linha Imaginária e Outras Linhas**. Belém: Secult, 2014
- BARBALHO, Jader. A questão agrária e a situação das terras públicas no Pará. In: **Pará. 15 anos em 4**. O caminho das transformações. Governo Jader Barbalho 83/86. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1987
- BARBALHO, Joécio. Sinopse. **Diário do Pará**: Belém, 8 jan 1985, p.5, caderno 2
- BONIN, Iara. Cosmvisão Indígena e Modelo de Desenvolvimento. **Conselho Indigenista Missionário**. Disponível em: <https://cimi.org.br/cosmovisao-indigena-e-modelo-de-desenvolvimento/>. Acesso em 10 jul 2025
- BRASIL, Jocelyn. **Entre Letras e Baionetas**: a trajetória de Raimundo Jinkings. Rio de Janeiro: Jotanesi Edições, 1995
- CÂMARA, Helder. A Gratidão do Terceiro Mundo. **A Província do Pará**: Belém 27 mar 1968. 1º caderno, 2ª página.
- CHAVES, José Fernandes. Morte do universitário: um desafio à má administração. **O Estado do Pará**, Belém, 16 mar 1980
- COUTINHO, Eduardo. **Cabra Marcado pra Morrer**. Rio de Janeiro: Mapa Filmes, 1984. 1 DVD (2h), son., color.
- COELHO, Geraldo Mártires. **Anarquistas, Demagogos e Dissidentes**: a Imprensa Liberal no Pará em 1822. Belém: CEJUP, 1993

COELHO, Marinilce Oliveira. **O Grupo dos Novos**: Memórias Literárias de Belém do Pará. Belém: EDUFPA, 2005

COIMBRA, Oswaldo. **Dom Alberto mandou prender seus padres**: o conflito entre a Igreja e o Estado do Pará, durante a Ditadura Militar. Belém: Paka-Tatu, 2003.

COMISSÃO ESTADUAL DE VERDADE E MEMÓRIA DO PARÁ. **Relatório Paulo Fonteles Filho** – Tomo II. Belém: Editora Pública Dalcídio Jurandir, 2023

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Mortos e Desaparecidos Políticos**. Brasília: Comissão Nacional da Verdade, vol. 3, 2014

COSTA, Josué Ivan. **A Voz do Resistência**: um jornal contra a ditadura militar. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Marabá, 2018

DÉCADA da Educação atinge a Pedreira. **O Liberal**: Belém, 26 abr 1974, p.11

DEPUTADO defende o lavrador. **O Liberal**: 8 jan 1985

DIDDARTHA, Salin. O que foi o ultradireitista Grupo de Ação Patriótica – GAP. **Gama Livre**, 2020. Disponível em: <https://www.gamalivre.com.br/2020/03/o-que-foi-o-ultradireitista-grupo-de.html>. Acesso em 15 jun 2025

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2018

EXAME da História. **O Estado do Pará**: Belém, 12 abr 1977, p.4

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EdUSP, 2014

FERREIRA, Paulo Roberto. **A Censura no Pará**: a Mordaça a partir de 1964 (Registros e Depoimentos). Belém: Paka-Tatu, 2015.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida a Bruno dos Anjos Seixas. Bruno, 16 jul 2025

FELIPE, Luís. A Grande Chance do Presidente. **Folha do Norte**: Belém, 29 jun 1968

FIGUEIREDO, Lucas. **O Ministério do Silêncio**: A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005). Rio de Janeiro: Record, 2005

GOMBERG, Felipe. **Coleção Os Pensadores**: aura do livro e mercado editorial. Orientadora: Profª Vera Lucia Follain de Figueiredo. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro, 2017.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas**: A esquerda brasileira das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989

GUEIROS, Hélio. Inépcia Desastrosa. **O Liberal**: Belém, 16 mar 1980

HALLEWELL, Laurence. **O Livro no Brasil**: uma biografia. São Paulo: EdUSP, 2012

HOFFMANN, Fábio. Uma transição inacabada: As Caravanas da Anistia no Brasil. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v.30, n1, p.01-16, jan/dez. 2024

JORDÃO, Fernando Pacheco. **Dossiê Herzog**. São Paulo: Editora Global, 1978

JORNAL DO BRASIL. A Nova Ordem. **O Estado do Pará**: Belém, 18 abr 1977, p.4

JURANDIR, Carlos. Arquitetura está completamente esquecida. **A Província do Pará**: Belém, Caderno 2, p.1

KRAUSE, Katia Iracema. **O Brasil de Amaral Netto, O Repórter** – 1968-1985. Orientadora: Profª Denise Rollemberg. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2016

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários**: Nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: EdUSP, 2001

LEAL, Expedito. **Um Jornal de Campanha**: Relembrações Jornalísticas. Campinas: Komed, 2007

LIMA, Marcos Bezerra. **Paulo Maranhão X Magalhães Barata**: censuras, intervenções e políticas no Pará durante a Era Vargas (1930-1945). Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Pará. Belém, 2024

LIMA, Pedro Galvão de et al. **1964 – Relatos Subversivos**: os estudantes e o golpe no Pará. Belém: Samaúma, 2014

LOUREIRO, Violeta. **Amazônia – Estado, Homem, Natureza**. Belém: Cultural Brasil, 2019  
MAIORANA, Rômulo. R.M Entrevista Lopo de Castro. **Folha do Norte**: Belém, 22 mar 1964, p.8

MAKLOUF, Luiz. **Contido a bala**: a vida e a morte de Paulo Fonteles, advogado de posseiros no sul do Pará. Belém: CEJUP, 1994

MALATO, João. Um Gandhi de Braços Descruzados. **Folha do Norte**: Belém, 30 ago 1968

MARTINS, Edwaldo. Três grandes obras do Governo Guilhon. **A Província do Pará**: Belém, 26 abr 1974

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001

MEIRA, Augusto. Ainda a Falação Presidencial. **Folha do Norte**: Belém, 22 mar 1964

MONTEIRO, Benedicto. **Transtempo**. Belém: CEJUP, 1993

MORAES, Francisco Américo Martins. Romance *Terra Encharcada*, de Jarbas Passarinho: sob a sombra da “espada”. **Revista Mosaico**, v.14, n.1, p.162-173, 2021.

MORAIS, Fernando. **Chatô: O Rei do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011

MOURA, Levi Hall de. **Esquema da origem e da evolução da sociedade paraense**. Belém: Cultural Brasil, 2013

NA VIOLÊNCIA cotidiana, o aprendizado da vida marginal. **O Liberal**: Belém, 29 out 1978, p.14

NÃO É piada, não. **Jornal do Dia**: Belém, 13 mar 1964, p.1

NOBRE FILHO, Fernando. Ousadia Temerária. **A Província do Pará**: Belém, 16 fev 1984, p.4

NOSSA, Leonêncio. **Roberto Marinho: O poder está no ar**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019

NUNES, Benedito (org). **O Amigo Chico: o fazedor de poetas**. Belém: Secult, 2001

O ARCO do Triunfo. **A Província do Pará**: Belém, 16 dez 1973, p.6

O ENTERRO do Comunismo. **Folha do Norte**: Belém, 22 mar 1964, p.1

BOM DIA, Leitor. **O Liberal**: Belém, 11 mar 1980, p.1

\_\_\_\_\_. **O Liberal**: Belém, 12 mar 1980, p.1

\_\_\_\_\_. **O Liberal**: Belém, 17 fev 1984, p.1

\_\_\_\_\_. **O Liberal**: Belém, 06 jan 1985, p.1

\_\_\_\_\_. **O Liberal**. Belém, 07 jan 1985, p.1

OLIVEIRA, Alfredo. **A Partir da Ilha**. Belém: CEJUP, 1991

\_\_\_\_\_. **Almir Gabriel: Trajetória e Pensamento**. Belém: Delta Gráfica e Editora, 2002

\_\_\_\_\_. **Cabanos e Camaradas**. Belém: Delta Gráfica e Editora, 2009

OLIVEIRA, Marcelo. Procuradora: “Vamos ver se muda a visão que a ditadura do Brasil foi a que menos matou”. **Agência Pública**. Disponível em: <https://apublica.org/2024/10/passa-de-10-mil-procuradora-propoe-recontar-mortos-na-ditadura>. Acesso em 24 jul 2025

OLIVEIRA, Walter Pinto. **Correndo o risco: Belém do Pará na charge de Biratan Porto no ocaso da ditadura (1978-1985)**. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará. Belém, 2024

PEREIRA, João Carlos (org). **Memória da Televisão Paraense e os 25 da TV Liberal**. Belém: Secult, 2002

PETIT, Pere. **A Esperança Equilibrista: a trajetória do PT no Pará**. São Paulo: Boitempo, 1996

PIMENTEL JR, Antônio Carlos. **A Biblioteca Vermelha de Raimundo Jinkings**. Campinas: ComArte, 2023

PINHEIRO, Victor Sales (org). NUNES, Benedito. **Entre o Marajó e o Arquivo: Breve panorama da cultura no Pará**. Belém: Ed.UFPA/Secult, 2012

PINTO, Lúcio Flávio. Ambiente Geral. **O Liberal**: Belém, 13 mar 1990, p.7

\_\_\_\_\_. Lição dos Tempos. **O Liberal**: Belém, 15 mar 1980, p.7

\_\_\_\_\_. **O Jornalismo na Linha de Tiro**. Belém: Smith Edições, 2006

\_\_\_\_\_. O “Príncipe”. **A Província do Pará**: Belém, 27 mar 1968. 2º Caderno

\_\_\_\_\_. **Uma Arma Letal: A Imprensa no Pará Hoje**. Belém: Smith Edições, 2015

PRADO JR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2003

PRIMEIRO Castigo. **A Província do Pará**: Belém, 14 mar 1964, p.4

QUEIRÓZ, Silvânia de. **Revisando a Revisão: Genocídio Americano, a Guerra do Paraguai, de J.J. Chiavenato**. Orientador: Prof. Mário Maestri. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2010

REIS, Dinarco. **A luta de classes no Brasil e o PCB**. São Paulo: Fundação Dinarco Reis, vol 1, 2ed, 2011

REPÓRTER 70. Em Poucas Linhas. **O Liberal**: Belém, 30 abr 1975, p.3

\_\_\_\_\_. Debate (I). **O Liberal**: Belém, 8 jan 1985, p.3

REPÓRTER DIÁRIO. Convenção do MDB: Festa do Povo. **Diário do Pará**: Belém, 13 ago 1984, p.5

\_\_\_\_\_. Linha Direta. **Diário do Pará**: Belém, 8 jan 1985, p.3

ROCHA, Avertano. Escreve. **O Estado do Pará**: Belém, 14 mar 1980, p.3

ROCQUE, Carlos. **Antônio Lemos e sua época: História Política do Pará**. Belém: Cejup, 2ed, 1996

\_\_\_\_\_. **História de A Província do Pará**. Belém: Mitograph, 1976

\_\_\_\_\_. **Lopo de Castro e as Lutas da Coligação**. Belém: Falângola, 1997

\_\_\_\_\_. **Magalhães Barata: O Homem, A Lenda, O Político**. Belém: Secult, v.1, 1999

\_\_\_\_\_. Telescópio. **A Província do Pará**: Belém, 15 mar 1964, p.4, 1º caderno

\_\_\_\_\_. Telescópio. **A Província do Pará**: Belém, 17 mar 1964, p.3, 2º caderno

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**: Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo. São Paulo: Paz & Terra, 1988

SALLES, Vicente. **Memorial da Cabanagem**: Esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará. Belém: Cejup, 1992

\_\_\_\_\_. **Marxismo, Socialismo e os Militantes Excluídos**. Belém: Paka-Tatu, 2001

SARGES, Maria de Nazaré. **Memórias do Velho Intendente**. Belém: Paka-Tatu, 2003

SERÁFICO, José; SERÁFICO, Marcelo. A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil. **Estudos Avançados**, v.19, n.5, p.99-113, 2005

SILVA, Camille Nascimento da; SEIXAS, Netília Silva dos. A Amazônia é notícia: os sentidos do jornal Folha do Norte sobre a região, de 1896 a 1920. In: Intercom, 36, 2013, Manaus. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação. Acesso em 20 fev 2025

SOARES, Isaac. O LIBERAL ouvindo moradores da Pedreira. **O Liberal**: Belém, 24 abr 1974, p.3, 2º caderno

SOBRAL, Raymundo Mário. **Minha vida nem Freud explica**: uma biografia desautorizada. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 2019

SOUZA, Cláudio Macedo de; PEREIRA, Rafael; BEZERRA, Vinicius Ramos. Os pilares da Justiça de Transição no Brasil: uma abordagem dos aspectos históricos de impunidade, de violência e de exploração. **Revista Direito UFMS**, Campo Grande, v.7, n.2, p.7-29, jul/dez. 2021

SOUZA, Márcio. **A Expressão Amazonense**: do colonialismo ao neocolonialismo. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978

SOUZA, Vince; SILVEIRA, Otoniel. **Breve História do Quadrinho Paraense**: dos anos 70 a 2020. Belém: Secult, 2019.

VEIGA, Edir. **Competição Política no Pará (1930-2014)**: Atores, Partidos e Eleições. Belém: Ed.UFPA, 2018

VENTURA, Zuenir. **1968** – O ano que não terminou. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018

VENTURINI, Eliane. Falange Espanhola no Brasil. **Revista Ponto de Vista**, v.3, n1, p.53-62, 2006

VELOSO, Zeno. Pretexto para os radicais. **O Estado do Pará**: Belém, 13 mar 1980, p.3

VÍTIMAS da Ditadura Militar são homenageadas em cerimônia na Assembleia Legislativa. **Jornal Liberal**. Belém, 10 abr 2025. Disponível em:  
<https://globoplay.globo.com/v/13507079/>. Acesso em 15 abr 2025

WAINER, Samuel. **Minha Razão de Viver**. São Paulo: Editora Record, 1989

WANZELER, Rodrigo. **Bruno de Menezes**: Etnógrafo da Amazônia. Belém: Editora Pública Dalcídio Jurandir, 2023

WEFFORT, Francisco. **O Populismo na Política Brasileira**. São Paulo: Paz & Terra, 4ed, 2003

## ANEXO A – QUESTIONAMENTOS FEITOS PARA REGINA ALVES

A entrevista deveria ter sido realizada de maneira presencial, mas por um problema de saúde da entrevistada, necessitou ser realizada remotamente. As perguntas foram enviadas todas por áudio no dia 27 de maio de 2025, escutadas e respondidas todas de uma vez no dia seguinte. Foi realizado um breve comentário entre as perguntas 7 e 9, e um comentário de conclusão.

*1) Em uma época em que não havia faculdade de jornalismo, e as relações de trabalho com a profissão eram muito mais informais, como você iniciou a sua carreira?*

TRANSCRIÇÃO DA RESPOSTA<sup>15</sup>: Olha, eu nem sei se procede essa sua afirmação de que as relações de trabalho eram mais informais, quando eu vejo que hoje em dia existe... existe uma grande desvalorização, digamos assim, da profissão do jornalista, inclusive salarial, pelo menos aqui no Pará, onde eu estou mais à par das lutas do nosso sindicato. Ganha-se muito pouco – eu acho que você pode obter no sindicato, se isso lhe interessar para o seu trabalho, a média dos salários, mas é muito baixa. É... e eu vou lhe dizer uma coisa: naquele tempo, até onde eu sei, todo mundo era registrado. Pelo menos nós na redação, quando eu entrei (e já digo como foi), eu não fiz estágio. Sabe, não existia essa figura do estagiário. Eu fui contratada. A minha carteira foi assinada. Ou seja, eu tinha todos os direitos de um trabalhador com uma carteira assinada pela CLT.

Agora, como as pessoas eram recrutadas é diferente. Por quê? Porque não existia curso de jornalismo aqui. Então, as pessoas que já eram jornalistas profissionais, no momento em que o governo da ditadura mudou, passou a ter exigência do diploma e tal, e mudou... mudou, né, a forma do ingresso das pessoas na profissão. Ninguém era jornalista formado no Pará, os primeiros cursos de jornalismo, não sei exatamente, mas eu acho que aqui em Belém, a primeira turma já foi se formar, se eu não me engano, em 83. Mas enfim, o que eu quero te dizer é que as que gostavam... gostavam de escrever, por exemplo, já era meio caminho andado. Então funcionava muito, tinha muita gente... de humanas nas redações. Muita gente do curso de Direito – eu, por exemplo, era do curso de biblioteconomia. Por quê?

Eu gostava de ler, gostava de ler, e o que eu queria fazer mesmo era fazer o curso de jornalismo. Só que a minha família não tinha dinheiro para me manter fora de Belém, e naquele tempo havia *pouquíssimos* cursos de jornalismo – eu tenho a impressão que Brasília, Recife acho que

---

15 Deve-se preservar as marcas da oralidade o quanto possível

já tinha, mas eu não tinha como me manter. Aos 18 anos, que era a idade que eu tinha, quando eu estava na hora de fazer o vestibular, eles não tinham [dinheiro], não tinha (sic) parentes, não tinha nada – como é que eu ia sair de Belém? Aí eu escolhi biblioteconomia, pela afinidade com os livros, eu vi as disciplinas do curso, gostei, tinha história da arte, história da literatura, e aí foi o que eu escolhi.

Bom, quando eu comecei a estudar, eu tinha um amigo, Guilherme Barra, que trabalhava no Liberal, ele era da área de esportes – acho que era redator ou editor. Enfim, isso funcionava muito, quando as pessoas conheciam alguém que estava interessado em ser de jornal, as pessoas iam fazer um teste, sei lá... Enfim, viam se se adaptavam. Era isso. Funcionava muito essa questão... havia, inclusive, pessoas que se dirigiam a jornais pra tentar trabalho, enfim. Mas o fato é o seguinte: ele me convidou para trabalhar no jornal de esportes que estava começando, quem iria ser o editor desse jornal era o jornal do Paysandu, que se chamava “O Alviazul” (sic). O Paysandu estava num grande momento, tinha acabado de ser campeão paraense... e queria fazer um jornal. E quem estava assumindo a presidência do clube era justamente o Rômulo Maiorana, que era uma pessoa apaixonada pelo Paysandu, chegou a fazer campanha e entrar com o dinheiro dele mesmo para trazer jogadores (acho que o Fio Maravilha foi um deles). Enfim, como eu era repórter do Jornal, do “Alviazul”, eu fui entrevistá-lo no Liberal. E aí nos recebeu lá no gabinete dele, o Barra foi comigo, o fotógrafo que fez a foto foi um grande fotógrafo que havia no Liberal, Pedro Pinto, ele era de uma família de fotógrafos magníficos e todos trabalhavam fora – ele só que estava trabalhando aqui em Belém, no Liberal.

E aí acabou a entrevista, fui pra casa, tudo bem, e aí de noite, era a nossa reunião do Alviazul, nós tínhamos outros trabalhos e estudávamos – Guilherme Barra estudava Direito, eu fazia Biblioteconomia, a maioria do pessoal que fazia o jornal do Paissandu era do curso de Direito. E aí o Barra chegou e disse “olha Regina, é o seguinte, o Rômulo me chamou e perguntou se tu não querias trabalhar no Liberal. Ele acha que tu poderias ser uma boa repórter”. Aí eu disse “eu quero”. Nessa altura do campeonato, os jornalistas eram poucos, todo mundo se conhecia e a maioria era o amigo. O Barra era amigo do José Maria Leal Paes, que era da Província do Pará, falou de mim de mim para ele, aí “Lealzinho” ( que era o apelido dele), disse “ah, manda pra cá”. Quer dizer, na verdade, me apareceram duas propostas, né. Só que a proposta do Liberal era mais concreta, e além disso eu era muito amiga do Guilherme Barra, gostava muito dele, e realmente me senti mais segura no Liberal.

Comecei a trabalhar num domingo – sabe que jornalista não tem feriado, dia santo, não tem feriado nacional, é quando a gente mais trabalha às vezes. Aí eu fui fazer uma matéria extremamente amena, era a volta dos clubes às piscinas, não sei o quê, é... depois do carnaval. Eu comecei, enfim, em fevereiro, minha carteira foi assinada pelo “seu” Rômulo no dia 1º de fevereiro de 1970, e depois, na segunda feira... eu fiz um “teste”, porque não era dito que era um teste, mas eu entendi que era uma maneira de me testar, ver se eu ia ter um “faniquito”, um desmaio, e me mandaram para cobrir uma matéria de polícia que era exatamente um bebê, um recém-nascido que tinha sido achado morto numa caixa de lixo ali na Doca de Souza Franco. Perto da avenida Governador José Malcher. E eu fui, fiz a matéria... observada pelos colegas que estavam na escala, saíamos em dupla, às vezes, um repórter e um fotógrafo trabalhavam juntos nas matérias... e eu não passei mal, não chorei, né, uma situação muito triste, muito chocante, né, um bebê foi morto, mas você tem que lembrar que você tem que... levar aquela história pras pessoas, contá-la é sua obrigação. Eu não era personagem, eu era... eu estava naquele papel de testemunha do jornalismo, e foi assim que eu comecei, depois eu tive um pouco de experiência com rádio, mas nunca, assim, com programas – às vezes ajudava o Paulo Ronaldo em alguns programas... não eram programas policiais, eram programas de debates, e eu também fazia a Mesa Liberal... ou Debate Liberal, não lembro bem. E... às vezes eu ajudava um pouco nisso, nas produções, se discutia temas importantes como racismo, a situação da mulher, enfim. E... até que eu acabei indo trabalhar na TV Liberal, também a convite do “Seu” Rômulo, e eu chefiar o Jornalismo do Liberal por um ano; Isso foi responsável por uma grande paixão pela televisão, eu realmente... eu gosto muito de impresso até hoje, mas eu me apaixonei por televisão, eu acho assim... muito bacana, embora nem sempre seja bem usada, mas a televisão te dá recursos magníficos pra trabalhar, tu podes fazer muita coisa no jornalismo de televisão.

*2) Na época em que a senhora trabalhou n’A Província do Pará e n’O Liberal, como ocorria a censura nos jornais? Você percebia uma atividade muito intensa nessa questão ou era mais pontual?*

TRANSCRIÇÃO DA RESPOSTA: Olha, eu acho que o pior período, assim, da censura realmente, bem braba mesmo, foi quando eu ainda estava no Liberal. E aí eu pude testemunhar tanto a ação dos censores na redação (vou já explicar como foi) como perseguições e até chegando à detenção, não cheguei a ver prisão, mas vi detenção de jornalistas, inclusive do

Liberal. Isso eu cheguei a ver, por matérias- por coisas bobas, às vezes. Nós não tínhamos censor dentro da redação. Isso aconteceu, por exemplo, no Estado de São Paulo, na VEJA, em jornais alternativos, como o Movimento, Opinião, que sofreram muito, muito mais diretamente a censura, né. A VEJA tinha prejuízo financeiro, todos os jornais tinham prejuízo porque eles faziam as edições e a censura às vezes cortava tudo, aí tem aquela famosa história do Estado de São Paulo, o Estadão, que quando a censura cortava alguma matéria, eles não botavam outra no lugar – eles botavam poesias, geralmente poesias do Camões, colocavam uma receita de bolo, mas era curioso porque o público percebia. Porque você colocava a receita do bolo e, dependendo do espaço que tava sendo preenchido, você tinha os ingredientes mas não tinha o modo de fazer, ou então o modo de fazer parava em determinado ponto, quer dizer, era uma maneira de mostrar pras pessoas porque aquilo estava sendo feito.

Bom, o que acontecia no Liberal, acredito que nos outros jornais daqui também: A Polícia Federal às vezes ligava, e era também frequente, até onde me lembro, geralmente isso acontecia de tarde (se estou lembrando bem, acho que sim, acontecia de tarde), que mandassem alguém na nossa redação do Liberal, ali na Gaspar Vianna, subia algum agente da Polícia Federal – geralmente era um agente, eu acho – de paletó e tal, as pessoas trabalhavam muito de paletó naquele tempo, inclusive os jornalistas, trabalhavam de paletó... paletó e gravata. Aí eles chegavam e passavam para o secretário de redação, era o editor-chefe, o número 1 na hierarquia da redação né, em última análise era o responsável pelo conteúdo que saía do jornal, eles chegavam e passavam- às vezes era uma lista, se era muita coisa, ou às vezes avisavam, só avisavam né, diziam “olha... não pode dar tal coisa, assim, assim e assim”. Eu lembro que às vezes eram coisas muito estranhas, e nem eles... aconteceu também, algumas vezes, da gente... acabou por conhecê-los né, era um senhor até que depois, eu acho, até saiu da Polícia Federal e foi ser magistrado do trabalho, não lembro bem, e às vezes a gente falava com ele e dizia “mas o que foi isso? A gente não tem essa notícia”, porque as notícias nacionais e internacionais chegavam pelo telex, e quando você estava no noticiário nacional, internacional, você tinha que ficar indo lá no telex pra ver as notícias que chegavam, ou então o encarregado do telex levava, e a gente não tinha visto a notícia, a notícia não tinha chegado, às vezes eles *também* não sabiam do que se tratava, só sabiam que era pra não falar!

Então, por exemplo, eu me lembro bem que, uma vez- às vezes eu tava no noticiário nacional à tarde, trabalhava com esses assuntos que vinham pelos telegramas, pelas agências de notícias, e chegava... chegava “olha, tu não pode noticiar nada sobre o Colégio D. Pedro II”, do Rio de Janeiro. Pô, tinha coisas que a gente já sabia que não entravam mesmo, eram coisas, assim, já

eram figurinhas carimbadas da censura. Um era D. Hélder Câmara... nesse tempo já estavam começando as ações da guerrilha urbana, os assaltos a banco. Algum tempo depois começaram a morrer também- o pessoal da guerrilha urbana começou a ser morto, torturado – nada disso que a gente sabia podia noticiar. E no caso da morte de guerrilheiros urbanos, por exemplo, pessoal das organizações de luta armada contra a ditadura, isso tudo geralmente os jornais não tinham acesso, a não ser as notas oficiais – ou seja... há um caso famoso, por exemplo, de uma moça, um entre muitos, centenas de casos assim, você deve ter lido o material sobre a repressão política dessa época, você deve saber, mas só pra lembrar, tem uma moça que foi morta no Rio de Janeiro, não lembro se foi- foi no início dos anos 70, eu acho que ela era... da Aliança Libertadora Nacional, da ALN, e ela foi morta sob tortura. Aurora, não lembro o sobrenome, mas o caso dela ficou muito famoso, inclusive ela inspirou um livro escrito por um cunhado dela, Renato Tapajós, paraense, que era “Em Câmera Lenta”. Ela foi torturada, mas oficialmente, ela morreu num tiroteio com a polícia – geralmente a conversa era essa, a pessoa estava na rua, houve um tiroteio com a pessoa, quando a polícia chegou, o exército chegou, porque na verdade as Forças Armadas todas estavam envolvidas nessa luta, então a gente podia até saber das histórias, mas o que vigorava para ser publicado eram as notas oficiais que chegavam, onde as pessoas sempre eram mortas num confronto de rua.

Bom, infelizmente isso era assim. No caso do Lamarca, eu me lembro quando Lamarca foi morto, foi morto na Bahia. Pelo que eu li, depois, quando ele foi morto, na verdade ele nem reagia, já estava, já era... parece que pesava 60 quilos, sei lá, tava acabado depois de ficar fugindo pelo sertão da Bahia. E... não sei nem se ofereceu resistência, acho que não. O fato é que ele foi morto, também, no sertão da Bahia, e a notícia chegou, Lamarca era uma pessoa procuradíssima. Na época ele estava no MR-8, e ele tinha um agravante né, ele tinha sido militar, quer dizer, ele desertou, levou um monte de arma, roubou um monte de armas lá do quartel (fuzil, sei lá), então ele era uma figura que concentrava, assim, era muito simbólico que ele fosse capturado ou eliminado. E aí eu fui ao telex olhar, era um sábado de manhã, dia morno geralmente, e o rapaz do telex (ele até depois se tornou advogado) mostrou, “olha aqui o que chegou”, aí eu olhei, chamei o chefe de reportagem, pra ele ver também, aí chegou um noticiário enorme, com tudo, vários detalhes dessa expedição pelo sertão da Bahia, e aí foi confirmado que ele tinha morrido (chegou a foto dele morto, se não me engano, eram rádiografias, telefotos, esqueci como que chamava, enfim, eles vinham por esse sistema), e aí o chefe de reportagem, que era o Walter Guimarães, olhou, leu, falou “peraí, que eu vou ligar para a Polícia Federal, pra saber se é isso mesmo, como é que tá”, aí ele ligou, aí a pessoa que atendeu – deve ter sido

delegado, não sei – disse pra ele que sim, era fato, tava confirmado que Lamarca tinha morrido e que a notícia também estava liberada. Ou seja, foi, foi... a cobertura aconteceu, foi dada a notícia, claro que deve ter na origem, na agência – não lembro qual foi, eram várias agências, France Presse, que nem existe mais, tinha uma agência... acho que do Jornal do Brasil, tinha agência do O Globo, agência do Estadão, todos os grandes jornais tinham agências que forneciam noticiário para o Brasil todo, para outros jornais, isso era pago, era um serviço comprado. Isso... foi... era uma rotina até.

Morei de aluguel durante muitos anos, então sempre que a gente se muda muito, a gente perde muito papel, principalmente papel, perde móvel, mas papel, sempre tive muita papelada, e durante muito tempo eu guardei as listas que eu fazia, porque o cara chegava, dizia “olha, não pode isso, isso e isso”, tá. aí a gente ia fazendo- datilografava, não tinha computador, era máquina de escrever, datilografava uma listinha que era pra passar pro colega que tinha que pegar o serviço depois que eu saísse, a pessoa que ia ficar no noticiário na parte da noite, fechando o jornal. Então havia essa troca de guarda entre nós, e... enfim, eu tinha várias listas porque eu guardei, isso era um documento interessante pra você estudar depois, as proibições da época. E aí, já procurei, mas perdi, numa dessas mudanças deve ter ido pro lixo, sei lá. Enfim...

Agora, havia coisas que a gente já sabia, assim, desde que chegava. D. Hélder Câmara, por exemplo, tava banido; protestos em geral, banidos. É... outra coisa que era interessante, não se podia usar a palavra “camponês”. Se você tava escrevendo uma matéria sobre meio rural, sei lá – agronegócio, naquele tempo não se usava essa expressão – sobre agricultura e tudo, você usava “agricultor” e “trabalhador rural”, mas você não usava camponês. Por quê? Tinha uma explicação. Nós estávamos ainda no início dos anos 70, e em 1964, um dos grandes nomes da esquerda, que também foi exilado, saiu do Brasil, era Francisco Julião, que organizou uma experiência (no Nordeste, principalmente no Recife, mas eu acho que todo o Nordeste) que eram as Ligas Camponesas, então como o nome estava dizendo, juntavam-se camponeses para lutar pelos seus direitos, condições de trabalho. Essas Ligas Camponesas e Julião foram deletadas assim, foi- uma das primeiras medidas do golpe militar foi justamente acabar com esses focos que podiam se tornar polos de resistência, mas que não tinham esse poder de fogo, não tinham nada disso. E acabaram. Tem um filme chamado “Cabra marcado para morrer”, que conta a história das Ligas Camponesas, Então a palavra “camponês” ainda estava ligado a isso, a esse viés “comunista”, esquerdista. Então era uma palavra que não se usava.

Na Igreja Católica,, nesse tempo, havia muitos padres que eram da igreja progressista, os padres da Teologia da Libertação, eles também não eram um assunto que se desse muito não. Em compensação, a gente cobria qualquer festinha nos quartéis – passagem de comando, então, ahhhh... olha, o mundo militar nunca teve tanta notícia! Muita notícia mesmo. E havia notícias que até, assim... quando você vive uma situação de exceção, uma situação de arbítrio, você tem a censura, todas as pessoas que estão no poder, nas camadas do poder, elas se acham, estão no direito, assim, de dar normas. E aí é um pouco aquela história dos quartéis né, “manda quem pode, obedece quem tem juízo”. Então, uma vez, aconteceu um caso comigo que se ocorresse hoje em dia ninguém acreditaria, dá pra rir. Tinha um tipo de título que a gente dava pra matérias pequenas, que eram 3 linhas de 11 caracteres, de 11 letras cada no espaço. Então não dava pra muita coisa. Só sei que nesse caso, envolvia um tenente-coronel, não sei se ele recebeu uma medalha, o quê que foi. Eu (risos), falha minha, não tinha muita familiaridade com as patentes, né. Ele era tenente-coronel. Como eu só tinha 3 linhas, de 11 batidas cada, pra dar o título, eu botei “tenente faz tal coisa”, tirei o coronel. Pois você acredita que ele ligou pra redação, ligou pro chefe de reportagem, reclamou do título, porque não era o título dele, o título dele era tenente-coronel. Ou seja, se eu tivesse errado, tinha que ter errado pra coronel, que era mais do que tenente. Aí o chefe de reportagem me chamou – não me ralhou, só falou “olha, da próxima vez que aparecer um título desses, não pode abreviar, não pode tirar uma das duas patentes lá do senhor”.

Então foi mais ou menos isso. Não sei se- bom, certamente me estendi muito. Não sei se deixei de dizer alguma coisa. Mas enfim, a censura se manifestava de diversas maneiras, e- por exemplo, teve uma outra vez em que dois editores do jornal, eles editavam o suplemento infantil, o Liberalzinho, e aí tinha tipo um quiz pra você [preencher], “um avião que caiu no mar não sei quando”, aí você tinha que dizer se era o avião da TABA, que era uma empresa aérea, e aí botaram um avião da FAB – pra quê? Sabe, o avião da FAB não podia cair! (risos). Então nem era o avião da FAB que tinha caído, era um outro avião que tinham posto lá. Bom, simplesmente, sabe o que aconteceu? Eles ficaram um dia inteiro, um dia inteiro, detidos na Aeronáutica, sentados num banco no corredor, não foram nem presos na cela. mas ficaram num banco no corredor e depois, num determinado momento, final do dia, voltaram pra redação, naturalmente muito estressados, mortos de fome, e na verdade o que aconteceu foi que levaram uma esculhambação da pessoa que tava lá pra fazer isso – não lembro quem era, coronel sei lá quem – mas na verdade foi uma maneira de humilhar, porque não era um crime, mas... não gostaram. Então era por aí.

3) *Em minha pesquisa, notei que, em 1968, o jornalismo paraense começa muito atento às questões políticas e sociais de seu ano e termina extremamente distanciado da realidade brasileira. Além disso, os jornais locais criticavam vários pontos da sociedade, mas nunca se elevando ao mesmo tom de 1964, contra João Goulart. Considerando que você conviveu com os jornalistas que trabalhavam nessa época, você acredita que esse distanciamento em relação a criticar a ditadura partia dos próprios jornalistas ou era uma imposição da censura?*

TRANSCRIÇÃO DA RESPOSTA: Olha, eu acho que até respondi essa pergunta ao responder a nº2. Veja bem, em 1968, no dia 13 de dezembro de 1968, foi promulgado o Ato Institucional nº5, que apertou ferozmente toda a oposição, quer dizer, no AI-5 (você já deve ter lido o AI-5 para o seu trabalho) você vê aí o endurecimento do regime quando começam os “anos de chumbo”, como ficou conhecido esse período. E aí você vai ter um recrudescimento muito forte, muito violento da repressão de qualquer coisa que fosse considerada “subversão”, como era tratada – você via pessoas que nem tinham posição política, mas por algum motivo eram consideradas subversivas porque falavam alguma coisa que não deviam, enfim. É uma coisa muito dura que começa a partir daí, o endurecimento da ditadura, da repressão inclusive física né, torturas, eliminações, isso tudo certamente você conhece durante esse período.

Então como é que você acha que isso não ia repercutir exatamente nos meios de comunicação? Claro, sabe. Claro que sim. E havia várias maneiras de você prejudicar um jornal, inclusive fechando – quantos jornais fecharam? Quantos jornais tiveram dificuldades- existe inclusive livro sobre isso, os jornais eles importavam papel né, e essas cotas de importação eram reguladas por órgãos do governo. Então você podia... o governo tinha muitos instrumentos para sufocar os jornais. Você tem jornais que morreram logo – o Última Hora, por exemplo. Eu me lembro que a Última Hora chegou a ser vendida aqui em Belém por um tempo, mas eu passei a comprar o Última Hora porque... bom, primeiro porque o cara da banca já me conhecia né, e quando chegava: “ah, chegou o Última Hora”, ele tirava de baixo da banca,, não ficava exposta, eu lembro bem que era uma banca que ficava ali perto da antiga reitoria da UFPA, bem perto da Governador José Malcher, na Generalíssimo tinha uma banca de jornais por ali, na Nazaré. Última Hora foi um jornal que durante muito tempo ainda... brigou, né, com o governo, trazia algumas notícias, mas enfim, acabou..

Tem um livro inclusive, que se chama “Censura Política na Imprensa Brasileira”. Aquilo- se você ler e se você achar esse livro, você vai ver, ali, os absurdos. Houve um caso que, olha, não

dá pra entender. Houve um problema... bobo, alguma coisa, assim, do caráter das relações amorosas, sei lá o quê que houve, com uma empregada do Ministro da Justiça, e isso foi proibido de ser noticiado. Sabe, eram coisas, assim, que você chegava a pensar que tava maluco [risos]. Mas era assim. Então... não precisava você ter, você chegar e dizer pro dono do jornal. Claro que havia coisas que saíam, coisas que não saíam – por exemplo, surpreendentemente eu cobri nesse período a Auditoria Militar, e era onde estavam sendo julgados os casos da Lei de Segurança Nacional. E os auditores, eu trabalhei com 2 auditores lá, quer dizer, eu não trabalhava na Auditoria, mas eu trabalhava no Liberal e depois na Província e como setorista, cobria o setor da Auditoria Militar. E ali eu sempre fui extremamente bem tratada. Lá funcionavam os conselhos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, e acusados como subversivos eram julgados lá como também eram julgados militares por outros delitos quaisquer que fossem. Vários delitos e crimes passaram a ser enquadrados nas duras penas da Lei de Segurança Nacional. Mas eu quero te dizer que eu vi julgamentos lá, de um cara por exemplo, que era um pouco- tinha problemas das faculdades mentais- ele tinha tentado assaltar um banco em Manaus com uma pistola de brinquedo. Ele foi enquadrado e foi condenado na Lei de Segurança Nacional, porquê? Porquê as organizações de guerrilha urbana já estavam assaltando bancos. Então um zé mané qualquer, que não tinha nenhuma ideologia, queria fazer o assalto pra ganhar o dinheiro, se ele assaltasse um banco, ele não ia pegar a pena de assalto comum não, ele entrava nas penas da Lei de Segurança Nacional.

Assim como a Lei de Imprensa, que já existia... não adiantou mais- se você noticiasse qualquer coisa, e isso também eu vi, julgamento de um jornalista, ele era dono de um jornal em Rondônia, e ele inclusive estava furibundo quando ele foi julgado lá na Auditoria Militar, ele foi absolvido (se me lembro bem, ele foi absolvido, eu já estava na Província nessa época). E ele dizia assim “eu tenho mais de 20 processos por injúria impressa”, que era o crime da Lei da Imprensa, quando você fazia uma injúria contra alguém, e aí ele dizia “agora me botaram na Lei de Segurança Nacional não sei porquê!”. Na verdade, ele tinha cometido alguma- ele tinha feito alguma crítica contra uma autoridade, aí bastou isso, já tava na Lei de Segurança Nacional, entende? Paulo Ronaldo, que era radialista, fez uma denúncia contra a Polícia Civil porque ela estaria torturando presos num sítio, aí de algum lugar próximo de Belém. Ele foi julgado na Lei de Segurança Nacional lá na Auditoria Militar. Sabes? Houve uma ocasião, também nesse período, antes de... antes dos anos de- acho que foi até em 68, não estava no jornal – mas eu lembro que houve uma greve de motoristas de táxi aqui em Belém, uma categoria pequena ainda. Eles fizeram uma greve, e o Paulo Ronaldo também foi, acho que até detido, e nessa 2ª

vez ele foi preso mesmo e ficou na Polícia Militar, eu cheguei a ir até lá com ele. Mas... essa greve não era pra ter sido noticiada, foi noticiada enfim, pronto. Prisão, processo... esse era o nosso dia a dia, sabe, você não sabia bem, às vezes, quer dizer... eu cansei de ser revistada. Chegava pra cobrir entrevista, reunião, chegada de um ministro, autoridade de fora e tal, às vezes a gente era revistado – eu, no caso, pediam que eu abrisse a bolsa e eles olhavam- era... era assim.

Eu sei que é muito difícil, pra quem não viveu aquela época ouvir isso e talvez sentir, mas eu acho que você sabe sim. Eram coisas que já estavam, assim, já faziam parte do dia a dia da gente. Infelizmente era assim. Né, você tinha todo um... uma conduta que você sabia, eu por exemplo ia na Auditoria Militar, jornalistas também passavam ali, porque se viu que era uma fonte de notícia, e havia uma discussão se a gente deveria ou não noticiar aqueles casos. “Ah, porque você pode prejudicar as pessoas. Sim, tudo bem, mas eram documentos que você estava produzindo. Mesmo que fosse um texto muito seco, era quase como uma fórmula canônica – você tinha um jeito de abrir a matéria que dizia o seguinte: “O Conselho Permanente de Justiça da Marinha, presidido pelo fulano de tal”, dava a patente do cara, geralmente não era almirante, mas era uma patente alta, “fulano de tal, e orientado juridicamente pelo auditor militar fulano de tal, reuniu-se ontem na Auditoria Militar de Belém para julgar o caso de fulano, não sei o quê, não sei o quê, não sei o quê mais”. E a gente se atinha ao que tava no processo, sabe? Você não podia, por exemplo, dar outra versão. Mesmo que você soubesse, você não tinha, você não podia... a maneira que se tinha para dar as notícias tinha que ser bem cautelosa para que você pudesse dar a notícia.

Por exemplo, uma vez eu estava sozinha no Liberal, cheguei cedo nesse dia, tinha um repórter... policial, o Assis, Francisco de Assis, estava lá também. Estava chegando... não, minto, ele estava sozinho na redação e eu estava na portaria do Liberal, ainda na Gaspar Vianna, era uma sede mais antiga, não era a que se tornou- não era essa de hoje em dia, E eu estava chegando quando ele passou por mim rodeado por dois caras, vi logo que eram da Polícia Federal. Eram caras de terno e tal. Aí ele me disse assim “liga pro Malato”, que era o secretário de redação, aí eu liguei pro Malato, e disse “olha Malato, acabaram de levar o Assis para a Polícia Federal, tem que ver o que foi e tal”, aí ele disse “tô indo, liga pro Walter”, que era o chefe de reportagem, Walter Guimarães. Aí o Walter também tava chegando, ligou para a Polícia Federal – na verdade, eles levaram, olha que loucura, eles levaram os repórteres policiais dos 3 jornais que circulavam em Belém na época, que eram O Liberal, A Província do Pará e a Folha do Norte. Levaram pra Polícia Federal. Por quê? Porque eles queriam saber sobre o noticiário

sobre umas ciganas que estariam fazendo roubos em Belém, alguma coisa assim. E eles achavam que isso era um boato pra desestabilizar a cidade, alguém achou isso lá, e eles queriam saber aonde de onde tinha surgido essa... essa história. E não tiveram dúvidas, levaram os repórteres policiais pra lá, acho que levaram os de rádio também, não sei. E aí ficaram lá o dia inteiro, o chefe de reportagem foi lá – claro, tinha o pessoal dos jornais, se mexeu pra... tentar liberá-los o mais rápido possível e tal, mas era assim, sabe? Era um pouco isso, né, o que estou te falando – claro que tem muito mais coisa, mas se ficar faltando, me pergunta.

A censura aconteceu e piorou demais, porque houve o AI-5, porque começou a morrer gente, porque começou a ir gente presa, por uma série de coisas, criou-se um clima que era, realmente, muitas vezes aterrorizante. Você deve saber que toda a redação do Pasquim foi presa, né? Todos, sem exceção foram presos, foram os amigos que ficaram fazendo o jornal. Isso aconteceu no Rio de Janeiro, nesse período. Então, não precisava o dono achar que isso estava certo – eu tenho certeza, inclusive, que eles não achavam, porque isso não era bom pra eles também. Pelo menos onde eu trabalhava nunca vi o “seu” Rômulo achar bom que isso acontecesse – pelo contrário, ele se preocupava, dava apoio pra gente da redação, mas quem era ele pra bater de frente com o governo militar? Quem era? E, como ele, várias pessoas que tinham até mandato eram cassadas, deputados, senadores. Rubens Paiva- era um ex-deputado. Foi cassado, foi preso, finalmente foi morto na prisão, e até hoje não se sabe se enterraram ele ou se jogaram no mar, há várias versões.

Então, essas coisas criavam um clima que, realmente, pra trabalhar, pra você continuar trabalhando, você tinha que ter uma série de cuidados, e às vezes se conseguia alguma coisa, mas era pouco, sabe? Os sindicatos, por exemplo, os sindicatos, coitados, não tinham muita representação não. O Sindicato dos Jornalistas, coitado, já existia, e quem presidia era o João Marques, um lutador, um jornalista veterano, ele lutava principalmente para que nós, os provisionados (porque aqui em Belém não existia curso de comunicação), para que nós pudéssemos exercer a profissão, provisionados, o que acabamos conseguindo, depois o Sarney veio e nos transformou em profissionais – tinha o mesmo direito que o formado. As pessoas que já estavam em atividade naquele tempo, de militância jornalística comprovada, da carteira.

Então não sei se te respondo, mas eu acho que a sua pergunta é um pouco... difícil, porque as pessoas- conversava-se nas redações, se sabia [que] nas redações tinha até os dedos-duros, tinha! Tinha gente que a gente não se fiava muito, porque se falava “olha, cuidado, fulano é não sei o quê”, a ideologia das pessoas existia, né? Tinha gente que achava que aquilo estava certo

– não eram geralmente as pessoas da raia miúda (risos), mas a gente sabia, tinha... tinha pessoas do meio jornalístico, não vou dizer exatamente que era redação, chefe, mas alguns deles tinham que fazer um mise-en-scene danado pra poder sobreviver ali, no meio daquela pressão toda, né. E... era isso.

*4) Em relação ao perfil ideológico das redações nas quais você trabalhou, você considera que os jornalistas eram contrários à ditadura, apologéticos ou se mantinham distantes do assunto?*

TRANSCRIÇÃO DA RESPOSTA: Olha, por motivos muito óbvios, muita gente não ficava declarando o que achava, ou se tinha filiação e tal. Pra você ter uma ideia, o Pedro [Estevam] Pomar trabalhava na redação do Liberal, já depois dos anos piores, mas ainda na ditadura, ele trabalhou na redação do Liberal com um outro nome! E nós só conhecemos ele por esse nome: Marcos Soares. Ele era um rapaz super... era lá, do esporte, excelente, um cara muito bacana, jovem, mas se ele desse o verdadeiro nome dele, ele certamente seria preso ou morto – ele era filho do Pedro Pomar, né, que era um dirigente que foi morto, inclusive, naquela famosa “Chacina da Lapa”, que pegou muita gente do PCdoB numa reunião- isso tudo tá registrado, você pode ver. Então imagine, eu não sei se alguém sabia. Eu por exemplo não sabia, e muita gente não sabia. Quando eu soube, foi já na redemocratização. Ele já usa o nome dele, ele já tem filho, o filho dele é jornalista (excelente jornalista, aliás), sabe? Mas ninguém sabia o nome dele real, até onde eu sei.

Havia pessoas também que tinham pertencido ou pertenciam a alguma organização de esquerda, não dessas... assim, que tinham surgido com o viés da luta armada, mas gente que tinha sido da AP, da Ação Popular, gente que tinha sido antes dela se definir pelo enfrentamento do regime né. Tinha gente que tinha sido até desses órgãos da igreja católica, Juventude Operária Católica, Juventude Estudantil Católica, Juventude Universitária Católica (JEC, JUC e JOC, as siglas), então esse pessoal todo ficou- sabe? Eu lembro do pessoal do MEP, Movimento de Educação Popular- esse pessoal foi todo perseguido, foi preso, foi torturado, foi muita gente, sabe, que não tinha sido dessa militância armada, e que também dançou, e muitos professores, muitos intelectuais, foram presos também. E essas pessoas depois trabalhavam em jornal, sabe? Trabalhavam em jornal. O João de Jesus Paes Loureiro, por exemplo, foi preso logo no golpe de 1964 – ele se tornou colunista do Liberal, escrevia no Liberal, em 1968, por exemplo eu fui aluno dele no vestibular, não trabalhava ainda no Liberal, ele já era cronista no Liberal. E outras pessoas – Hélio Gueiros, que foi cassado; Newton Miranda, que foi cassado- “seu” Rômulo era

muito amigo dessa turma, os cardeais do Repórter 70, Hélio Gueiros, Newton Miranda e outros foram pessoas que ele apoiou muito. Aí que tá a história né.

Outro que era famoso também, Sílvio Braga... e tinha um outro, Cléo Bernardo, um intelectual famoso daqui, político, escritor... o Raimundo Jinkings chegou a ter uma coluna no Liberal, mas... essas pessoas que não podiam ser proibidas de trabalhar porque não estavam, a rigor, infringindo a lei, não tavam. E então, é... o ambiente da redação, claro, tinha os mais jovens, tinha os mais velhos, mas... muita gente que tava ali tinha sua militância política também, sabe? Quando começou a haver – quando ainda havia eleição, aliás, só tinha 2 partidos, ARENA e MDB, e muita gente tinha suas preferências, manifestavam- por exemplo, no Liberal, tinha uma pessoa que escrevia muito bem, mas que era bastante *reacionário*, como se dizia naquele tempo, que era o João Malato, sabe? Ele era um “revolucionário” (risos), no sentido de ser um partidário do que os militares chamavam de “revolução”, né? Gloriosa “Revolução de 64”.

Então na verdade, os jornais eram um mix de bastante coisa, sabe? Havia de tudo. Tinha gente que era apolítico, achava que bacana era o Jarbas Passarinho, gente que achava que bacana não era ele, era não sei quem, enfim, tinha bastante coisa assim que, no dia a dia da Redação, eram dissolvidas porque não havia nesse tempo ainda... quer dizer, ainda não, não havia *mais* a vida sindical que havia antes, onde os sindicatos- por exemplo, o Sindicato dos Petroleiros era poderosíssimo, e era um sindicato realmente dominado pelo “PCzão”, pelo Partido Comunista Brasileiro. Havia uma perseguição também em outros setores, na universidade por exemplo – quantos professores fizeram concursos e não eram chamados? Porque isso passava pelço SNI. Professor Paes Loureiro foi um, professor Heraldo Maués foi outro, sabe? Que era lá da antropologia, da história, do IFCH.

Agora, é difícil por exemplo, agora, eu me lembrar e te dizer – esse caso do Marcos, por exemplo, foi um caso muito especial, né? Mas depois, no tempo da redemocratização – ainda era ditadura, mas já estava na luta pela Diretas Já e tudo – eu acho que as redações eram basicamente feitas de pessoas jovens e que, sabe, a gente tava muito- já tinha voltado a haver vida sindical, e a gente já estava muito ligado na discussão política. Mas é difícil assim te dizer, classificar, “fulano é diferente, fulano é reacionário”. É também difícil dividir por períodos, até porque não era sempre que se tinha esse tipo de discussão na redação. Por exemplo, havia uma pessoa em cargo de chefia, a Ana Diniz, ela era secretária de Redação – ela já tinha sido presa, quando ela tava no Movimento Estudantil. Mas isso não impedia ela de trabalhar, sabe? Tava lá trabalhando. Então havia casos e casos, né.

Eu acho que, de um modo geral assim, a categoria, nessas redações onde eu trabalhei, não dá pra dizer “ah, era uma redação de esquerda” - não, redação de esquerda era do Movimento, era a do Opinião, desses jornais realmente alternativos. Redação de grande imprensa não vejo assim, não vejo com esse viés assim tão claro. Mas também nunca vi alguém brigando por política na redação, brigava-se por política quando começamos a discutir CUT, PT, PMDB, “vai ao colégio eleitoral ou não vai ao colégio eleitoral”, havia um grupo que não queria o colégio eleitoral e outro achava que tinha que ir. Enfim, coisas assim.

*5) Gostaria de falar sobre Rômulo Maiorana. Quando ele compra O Liberal em 1966, ele cria um modelo de jornalismo distante das raízes panfletárias, ligadas a políticos individuais, e mais empresarial, o que levava uma pluralidade maior da redação – ao analisar os colunistas de O Liberal, constatei que haviam muitas pessoas reacionárias, mas também muitas pessoas progressistas (o que não significa neutralidade ou omissão, o que abordarei mais adiante). No cotidiano da redação, como se comportava Maiorana na redação? Com relação às crises e questões de sua época.*

TRANSCRIÇÃO DA RESPOSTA: Olha, realmente, pra te dizer, pra te traçar o perfil político (que é o que tu pretendes saber) do Rômulo Maiorana, eu teria que ter tido uma convivência com ele mais profunda, e na verdade eu não tive. Eu era muito jovem quando entrei no Liberal, e também... eu não trabalhei diretamente com ele, entendeu? Ele ficava no lugar dele, dentro do jornal, ele ia muito à redação, ia sim, ia todas as tardes na redação do Liberal, eu tive contato mais diretamente com ele quando eu assumi cargo de chefia tanto da redação do Liberal quanto da TV, que foi quando ele me convidou em 80/81, pra chefiar o departamento de jornalismo. E foi aí que a gente teve mais contato... porque eu tinha um cargo que eu precisava eventualmente descer lá com ele, ver determinada coisa da redação, enfim, tinha uma função que também entrava um pouco, vamos dizer, nessa área de gerenciamento de coisas mais administrativas. Mas... o que eu posso te dizer?

Realmente, ele foi sagaz quando ele transformou o Liberal, que era um jornal panfletário, um jornal de partido né, do PSD de Magalhães Barata, era um jornal de luta, de combate político, transformou num jornal – modernizou o jornal, na verdade né. Botou nos padrões da imprensa que já se fazia no Rio e São Paulo. E foi um empresário muito audaz, e de grande visão – empresarialmente ele tinha uma visão extremamente arrojada e contemporânea. Ele não tinha medo da tecnologia, pelo contrário, ele não se apegava ao passado – pra teres uma ideia, quando

ele estava já muito mal em São Paulo, foi quando chegaram os computadores, e ele mudava tudo de uma vez só (risos), ele não comprava só 2 computadores para experimentar, não, mudou toda a base da redação e virou tudo computador do dia pra noite. E aí (ele nem viu isso, viu por imagens que foram feitas). Na TV, os equipamentos eram de cinema, câmera de cinema, aí ele me mandou pra fazer um estágio na Globo do Rio, e falando pelo telefone, eu dando conta do que tinha feito lá e tal – tava fazendo lá, não tinha voltado –, aí comentei com ele que a Globo estava usando um sistema misto: câmera de cinema, mas também as novas câmeras de *videotape*. Aí ele disse “ah é? Pois quando você chegar aqui, você vai ver!”. Acabaram as câmeras de cinema, agora todas as câmeras são com fita. Pô, sabe, então ele fazia esse tipo de coisa.

Eu acho também, mas aí eu não tenho elementos pra te dizer, que ele sabia muito lidar com poder. Primeiro que ele sabia os limites dele. Então por exemplo, isso ele me disse uma vez textualmente: “olha, você vai pra TV, não esqueça de uma coisa: o jornal é *nosso*, o jornal a gente pode fazer muita coisa, mas a televisão é uma concessão, na televisão estamos andando no fio da navalha, porque é uma concessão do governo”. Pô, a gente sabe o que eram as concessões do governo – o caso da TV Marajoara aqui em Belém, que foi um caso nacional, o governo do João Figueiredo simplesmente acabou com a TV Marajoara, que não tinha dívidas, que não tinha problemas! Eles acabaram com as concessões dos Diários Associados, e retalharam os Diários Associados dando a concessão pro SBT, sabe? Deu a concessão pro SBT, que não tinha- o Sílvio Santos não tinha a menor familiaridade com o jornalismo! Quem é que estava concorrendo com o Sílvio Santos? A VEJA, a Editora Abril, que tinha a revista que naquele momento era a mais lida do Brasil. Então (risos), tu vê que qualquer dono de jornal, qualquer empresário daquela época, a não ser que fosse um jornal que tinha claramente uma linha de esquerda, de oposição ao governo, como foi aquela enxurrada de alternativos que nós tivemos e alguns inclusive bancados por grandes empresários, como o Opinião- os progressistas, claro. O Opinião... eles viviam da venda basicamente, porque nem anúncio eles tinham, eram poucas as empresas que queriam anunciar num jornal que eles nem sabiam se ia circular na semana seguinte. O Movimento, quantas vezes- uma das coisas muito cruéis que a censura fazia, porque- havia censura e havia censura prévia, e essa foi aplicada- aqui eu nunca vi sendo aplicada, se ela foi aplicada eu não estava presente. Mas a VEJA tinha censura prévia, então eles mandavam a edição pra Brasília antes de ser rodada, e aí a censura fazia aquela limpa na revista, tirava matérias inteiras. Isso era uma forma também de enfraquecer aquele jornal, aquela revista, porque você perde anunciante, você perde um número inteiro de repente- o

Movimento por exemplo, um número inteiro, prontinho, você vai fazer de novo, você tem fôlego pra fazer isso?

Então todos os empresários... havia empresário que certamente, como Samuel Wainer, um empresário que ficou muito famoso, de empresários que eram- agora a Folha de S. Paulo tá sendo denunciada todo o tempo, tem até um documentário do ICL mostrando que a Folha de S. Paulo não só apoiou o golpe como colaborou, cedeu carros né, cedeu seus carros para que a turma do porão, como se chamava, a “tigrada” como se chamava o pessoal da linha de frente que prendia, torturava e sequestrava os inimigos do poder, do governo, esse pessoal usou os carros da Folha! Houve um grande apoio de certas empresas também, de outros ramos, ao golpe militar- isso houve, isso está documentado, e o caso da Folha agora, inclusive tem o documentário que você já deve ter visto, seria bom até ver, no ICL que tá mostrando que isso é uma nódoa no jornal. Então no caso do Liberal, eu realmente nunca vi nenhum gesto assim – pelo contrário, em alguns casos, sempre que possível, ele era bastante combativo em relação à polícia por exemplo, quando batiam em repórter, isso acontecia, até em campo de futebol. Então quando havia modos de agir, eu sempre vi essa reação no Liberal, tanto que... havia uma coluna no Liberal chamada “A bronca é livre”, foi criada por ele [Rômulo], ele tinha uma preocupação muito grande de abrir canais pras pessoas, que escreviam reclamando das coisas. Claro que se o cara escrevesse “abaixo a ditadura”, não ia sair (risos), mas também ninguém nunca escreveu, até onde eu saiba.

Agora... ele tinha... eu acho que ele era assim um pouco libertário, porque ele tinha... eu via que ele tinha, assim, uma... como é que eu vou te dizer? Eu nunca- os amigos dele, que eu conheci, que ele saía, Hélio Gueiros, Newton Miranda, eram pessoas da esquerda, e outros que ele sempre citava na coluna dele, mas isso também nunca impediu que ele soubesse os limites os quais ele lidava – por exemplo, perseguição de pessoas dentro da redação, porque por não serem da direita, serem da esquerda, isso realmente nunca vi, nunca vi mesmo. Pelo contrário, como eu te disse, havia pessoas que tinham... no passado ou no presente, tinham alguma militância política, [e] nunca vi essas pessoas serem perseguidas ou demitidas, no momento em que eu trabalhei nesse lugar, nunca vi isso não. Agora... ele também sabia as pessoas que apoiava. Porque, num primeiro momento por exemplo, o Liberal foi bastante... (como é que eu posso te dizer), foi bastante conservador na política, mas eu realmente não tenho elementos pra te dizer como isso se deu – por exemplo, ele apoiou... o Liberal apoiou algumas pessoas ligadas à política mais tradicional – o Jader, por exemplo, não tinha muita vez lá. Mas... curioso, falaste do Diário do Pará, nasceu como um jornal de campanha dos Barbalho, mas aí tu dizes “o Diário

também, por outro lado, apoiava o Alacid” como se o Alacid fosse um filhote da ditadura, por isso o jornal apoiava a ditadura (ou regime, sei lá), naquele momento. Mas não era bem assim se tu fores ver a história da aliança que se formou entre o Alacid e o Jader. Por isso o jornal tratava bem o Alacid, pois o Alacid foi uma figura importantíssima pra vitória do Jader. O Alacid, na verdade, agiu movido- foi um, uma coisa de, de, de, vamos dizer assim, foi uma política de arraial. Havia um ódio mortal entre o Jarbas Passarinho e o Alacid, que foi uma pessoa que apareceu na vida pública com o golpe militar, o Alacid realmente largou tudo, sabe (risos), rasgou a fantasia e apoiou o Jader pra derrotar o Jarbas Passarinho, e derrotou. E derrotou. Então... o Presidente da República não podia fazer nada na época, não podia mais tirar, não tava mais na hora que ele podia tirar o Alacid, [e] o Alacid fez a sua vingança pessoal contra o Passarinho – isso não quer dizer que o Alacid se tornou da esquerda, ou- não, o Alacid era o Alacid, na verdade foi um... eu tenho, tenho, nem era pra estar te falando isso agora, mas eu tenho a tese de doutorado do Walter Pinto, e lá tu vais encontrar muitas coisas interessantes, inclusive essa briga entre alacidistas e jaderistas, que na verdade foi uma aliança contingencial, um não se converteu à ideologia do outro não, e o Alacid não deixou de ser um milicão (risos). Mas aquele momento era o momento de dar o troco pro inimigo né.

6) Á medida que a distensão política foi se consolidando, ao fim dos anos 70, e com o fim do AI-5, houve uma maior abertura às críticas mais enfáticas dos jornais locais – um exemplo disso é que a Província volta a publicar charges, algo banido da redação desde o fim de 1968. Você percebe alguma mudança na postura política das redações a partir dessa época? (Considerando também a criação da FACOM)

TRANSCRIÇÃO DA RESPOSTA: Olha, claro que houve uma mudança política porque o país se abriu, né. O que aconteceu então?

Por exemplo, a volta dos exilados. Eu tava trabalhando no Liberal nessa época. Pô, a volta do Arraes acho que foi uma página, a volta do Julião, a volta do... oh meu Deus, aquele comunista velhinho, também do Nordeste... Gregório Bezerra. Sabe? A volta dos exilados, a volta do Arraes, sabe, tudo isso foi amplamente noticiado pelos jornais. Claro! Eram fatos que estavam acontecendo que mostravam que o Brasil tinha mudado. Então não tinha mais o rapaz da censura pra dizer “olha, não pode dar isso, não pode dar aquilo”, não tinha. A própria mobilização pra Brasília no momento da votação das Diretas Já ou não Diretas Já, o general Newton Cruz, aquele que ameaçava os repórteres, queria chicotear e prender, que transformou

Brasília numa praça de guerra – aquilo ali foi meio que um pouco um estertor, meio um fim de festa. Nós mandamos- olha, os sindicatos do Brasil inteiro mandaram representantes pra lá, [e] o nosso representante do Sindicato dos Jornalistas daqui foi Raimundo José Pinto – já morreu infelizmente, era uma pessoa maravilhosa. Ele foi pra lá, sabe, e a gente preocupado aqui (naquele tempo não tinha a comunicação rápida de hoje né), a gente preocupado aqui com ele, mas felizmente não aconteceu nada com ele, o general Newton Cruz não soltou os cachorros em cima dele.

Mas... as notícias daquele momento eram essas. A música por exemplo – qual era o hino da anistia? Era O Bêbado e A Equilibrista. Onde essa música foi lançada? No Fantástico, né, que falava inclusive, “choram Marias e Clarices”, quem era Clarice? Clarice era a viúva do Vladimir Herzog, que foi morto sob tortura no Exército em São Paulo né, e que o enterro dele, que não pôde ser noticiado<sup>16</sup>, foi uma manifestação incrível, inclusive porque ele foi sepultado – ele era judeu – e o D. Paulo Evaristo Arns e o rabino (Sobel, se não me engano) oficiaram juntos a cerimônia, e ele foi sepultado num lugar que não era reservado aos suicidas, porque o quê que disse o discurso oficial? Tu sabes disso, que ele se matou enforcado na cela. Essa farsa foi desmentida depois, mas... o que aconteceu ali? Quando um judeu é enterrado no lugar onde ele foi, é uma constatação da religião judaica que ele não se suicidou, que ele foi morto. Quer dizer, essas coisas todas foram fazendo um movimento que a imprensa não ficou fora não, sabe? Eu lembro que a gente noticiou o julgamento do Fleury- ele foi absolvido, mas ele foi julgado – e aqui nós tivemos um exilado que voltou, Flávio Salles. Ele deu uma entrevista ainda lá em Portugal, onde tava exilado, ele deu uma entrevista de uma página n’O Estado do Pará, e quando ele chegou aqui, fui pro aeroporto, cobrir a chegada dele pela VEJA – eu era também correspondente da VEJA nessa época – [e] todos os jornais cobriram. Já não dava mais pra... eles controlarem todo o noticiário.

Há muitas coisas que só depois se ficou sabendo. Mas até hoje em dia tu vêes que existem coisas que... ainda estão por ser descobertas, mas naquele momento- por exemplo, o Arraes. Eu tenho uma foto da coletiva que o Arraes deu no dia que ele chegou aqui. Foi num- não foi na FASE, acho que foi na “Cobajur”, era uma casa, um lugar que era sede de um movimento popular, não lembro exatamente qual, mas tava todo mundo lá da imprensa, um monte de gente, houve foto,

---

16 Na realidade, o enterro de Herzog foi noticiado tanto pelo Liberal quanto pela Província do Pará, ainda que de maneira declaratória

tudo. Me lembro até que, nesse tempo, tava havendo uma perseguição policial a quem fazia “pega” de carros na Doca de Souza Franco, a polícia ia lá e prendia carro, não sei o quê, aí apareceu uma pichação num lugar, “Arraes apoia o pega”, que o pessoal do “pega” teria colocado. Enfim, estava na rua o movimento pela anistia, o movimento pelas Diretas Já, tava tudo na rua, não dava mais- aquele comício [de São Paulo] a Globo relutou bastante, né, isso é verdade, a Globo demorou a mostrar as manifestações. Mas aquele começo que houve, que a Globo mostrou, não tinha mais como esconder, não podia mais, era... é igual agora essa história do genocídio em Gaza. Tudo tem que dizer “o grupo terrorista Hamas” e não sei o quê, mas sabe, quando aparecem as imagens das crianças queimadas vivas e tudo, imagens que parecem o holocausto dos judeus, e aí o cara diz “não, isso agora tá acontecendo em Gaza, 14 mil bebês podem morrer de fome”, não- tem uma hora que não tem mais como dizer que é uma guerra, é um massacre. E isso aconteceu também com os jornais, com as TVs, com as rádios, isso aconteceu.

Aqui e depois até, acho que hoje em dia... existe uma censura não- não declarada né, não é força de decreto como foi na ditadura, mas existe uma censura muito torpe, porque sempre existiu, que é a censura quando você *compra* os jornais né, quando você é um grupo poderoso, quando você tem poder econômico, e isso a gente vê, na imprensa de fora, na imprensa daqui. Eu acho que os interesses empresariais estão muito fortes no Brasil, um momento inclusive de enfrentamento já, acho que já se aproxima... esse enfrentamento que vai haver na eleição já está se colocando, quem lê jornal com outros olhos ou vê TV com outros olhos que não sejam os olhos simplesmente da ideologia deles percebe isso. Há coisas que são omitidas, há coisas que não são ditas, há coisas que são enfatizadas, há coisas que não são, então a imprensa também é um veículo de interesses né, mas naquele momento, até a Folha de S. Paulo, que tinha emprestado seus veículos para a repressão, tratou de ser totalmente a favor das Diretas Já, botava o- se um dia tu achares algum exemplar, tem na Biblioteca Nacional tu vais ver: botou as cores verde e amarela na sua 1ª página para mostrar que era pelas Diretas Já.

Então... é isso. Infelizmente a imprensa... ainda é um negócio né. Tem aquela frase do Millôr Fernandes, “imprensa é oposição, o resto é armazém de secos e molhados”. Então é isso né, a imprensa tem um custo cada vez mais elevado, e quem banca esse custo não é o leitor, não é o telespectador, é o anunciante né, e o poder econômico em última análise. É triste, é difícil, mas é assim.

7) Na ocasião do surgimento do Diário do Pará, Expedito Leal\*, no “Um Jornal de Campanha”, cita que a senhora chegou a ser procurada para trabalhar no Diário, mas recusou por estar satisfeita no Liberal. Como era visto o Diário e o seu estilo de jornalismo naquele momento em que jornais personalistas pareciam superados na imprensa local? \*Por sinal, o Expedito ainda é vivo? Se sim, está lúcido?

TRANSCRIÇÃO DA RESPOSTA: Olha, a gente não discutia muito como ele era visto – ele era um jornal de campanha, todo mundo sabia, tinha muitos amigos, muita gente... do nosso meio trabalhando lá, era uma porta que se abria, não esquece que desemprego sempre foi um fantasma pra jornalista, hoje em dia muito mais até porque hoje em dia influencer (risos) tem mais poder que jornalista, mas... não vejo assim- não sei como é que o público via, mas ousou dizer que todo mundo via o Diário como ele era – um jornal de campanha que poderia até não vingar se o Jader não tivesse sido eleito, era uma aposta eu acho, porque se ele não tivesse sido eleito teria sido muito difícil (diria até impossível) carrear os meios materiais né, carrear dinheiro, carrear publicidade para manter um jornal funcionando – jornal sempre foi uma coisa cara, televisão, tudo caro, agora é que tá mais barato porque a gente abre um blog aí, fala... fala com poucos recursos né. Enfim.

Eu não fui pra lá realmente porque eu tava num momento muito bom no Liberal, e inclusive nessa época o movimento sindical tava muito forte, muito bacana, a gente tinha conseguido várias vitórias... e eu acho que não sei se foi nesse momento ou um pouco depois que eu fui a 1ª delegada sindical do Liberal, acho que fui a única, porque depois isso até acabou. A gente ganhou isso quando ainda nem no ABC [Paulista] isso tinha sido regulamentado, mas a gente ganhou num dissídio coletivo, que foi uma luta bastante grande da nossa categoria, particularmente da nossa redação do Liberal. Nós nos unimos muito, sabe, foi bacana, a gente ia em peso pra Justiça do Trabalho, pras audiências e tal. E daí ia no carro do Liberal, nos levava e nos trazia de volta (risos), então a gente era convocado como testemunha e aí ia todo mundo (testemunha, reclamante, enfim).

E eu sei te dizer que... não sei se era um jornal personalista, eu diria que era um jornal que não escondia o que era: um jornal de campanha, que depois mudou, mas é sempre o jornal de uma família, era o jornal dos Barbalho, e como a família Barbalho era uma família da política (nenhum deles tem outra atividade que não seja a política, desde o pai Jader até o atual governador), então eu acho que todo mundo que trabalha lá... trabalha num jornal que sabe que tem um interesse, tem um grupo, e tudo é como um dos outros jornais no fim das contas. O

jornal tem dono, isso é uma coisa que você não pode esquecer nunca. O Le Monde em uma ocasião tentou fazer a experiência de ser uma imprensa do leitor, isso foi no final dos anos 70, lembro que se discutiu muito isso num congresso de jornalistas que eu fui, em Florianópolis, e depois a discussão continuou num outro encontro de jornalismo que emendou com esse congresso no Rio Grande do Sul, e se discutia muito essa questão da imprensa do leitor. Infelizmente não se concretizou no Le Monde – havia um conselho de redação, um conselho da parte gráfica no Le Monde, mas essa experiência não se concretizou. O Le Monde, na época se eu não me engano, era o único jornal francês que não aceitava anúncio, sabe? E infelizmente, né... não... a gente vê hoje uma crise terrível na imprensa escrita.

Então... na verdade eu não acho que o Diário sofresse algum tipo de sanção, vamos dizer, moral da categoria. Como o Estado do Pará também – o Estado do Pará tinha uma redação magnífica quando ele voltou a funcionar, e quem é que estava à frente dele? O advogado Avertano Rocha, que era uma pessoa ligada ao Projeto Jari, que era visto por todo mundo, sabe, o projeto do Ludwig não era exatamente uma coisa muito bem quista pela imprensa (pela redação, vamos dizer melhor). Mas a redação era magnífica, foi uma redação primorosa, e o jornal era muito bom, enquanto durou era muito bom. Então nem sempre, mas muitas vezes, você pode fazer boas coisas em qualquer lugar, desde que você consiga, e eu acho que... enfim, não tenho acompanhado muito o panorama das redações, mas eu acho que de um modo geral, nenhuma delas está sendo a ideal (quer dizer, ideal nunca existe), acho que nenhuma delas está sendo o melhor lugar hoje para os jornalistas, os salários hoje estão muito baixos, as jornadas de trabalho até onde eu sei são muito extensas, o sindicato está brigando muito para conseguir direitos que no meu tempo existiam, né. Eu acho que havia uma... não sei, talvez porque as pessoas que dirigiam os jornais tivessem mais proximidade com as redações, eu não sei dizer, não posso julgar, desculpa (risos), mas eu não estou nas redações pra ver o que acontece, eu estou de fora.

8) No ocaso da ditadura, ainda que haja o apelo para o retorno de uma democracia, os jornais de Belém faziam apologia a elementos vindos diretamente da ditadura – enquanto o Diário elogiava indiretamente Alacid (por seu apoio ao Jader) e se preocupava com Figueiredo, O Liberal apostava numa cobertura crítica aos problemas de Belém e do Pará, porém se aliando com Maluf, ainda na esteira de Jarbas Passarinho. No contexto da época, essas alianças eram vistas como um prolongamento do legado da ditadura? Ou era pra satisfazer um objetivo imediato?

[A pergunta 8 foi cortada, por ter sido respondida entre as anteriores. Ocorreu, então, um interlúdio, pois as 2 últimas perguntas ainda estavam por ser respondidas]

BRUNO: Primeiramente, a respeito da minha terminologia de que “as relações de trabalho na sua época eram mais informais”, eu percebi, quando você deu a contextualização da... caramba... quando você deu a contextualização das condições de trabalho, eu percebi que eu cometi um erro em relação ao termo, eu queria saber se as relações, não era nem “passionais”, mas sim “baseadas em proximidade do que propriamente em competência”. Por quê que eu digo isso? Porque sabendo que não existia Faculdade de Comunicação na época, as relações deviam ser muito mais baseadas no networking, e eu não te informei antes, mas eu estou dentro do espectro autista, então quando você tem problemas em sociabilizar, vamos dizer que a ideia de você ser contratado só por ter boa relação é absolutamente abominável pra mim. Então quando eu lhe dirigi a pergunta, isso se confundiu com a ideia de que as relações eram mais informais, e eu usei o termo “informalidade”, mas na verdade eu queria dizer que as relações eram menos estruturadas legalmente, sendo bem- ficou até um pouco pedante. É diferente de um concurso, que tem regras muito específicas pra acontecer. O jornalismo nessa época seria mais... uma relação do que propriamente um contrato no sentido- não dos direitos, que eu entendi e concordo com suas afirmações, mas no sentido de que, pra você ser jornalista, dependia muito mais de quem você conhecia. Era basicamente isso que eu quis dizer

Sobre a questão dos jornais no ano de 68, eu confesso que quando eu fiz a pergunta, eu não notei que eu esqueci um fato essencial, que eu não explicitiei na minha pergunta: eu pesquisei os jornais de 68 até outubro, eu não cheguei até o AI-5, então quando eu falei que o jornalismo termina distanciado da realidade brasileira, eu estava me referindo ao período anterior ao AI-5, eu já sabia que quando eu pegasse os jornais no AI-5, eu ia pegar um jornalismo muito mais uniformizado e específico, de chamar militantes de subversivos, colocar os discursos oficiais do Exército, etc e tal, então eu só me preocupei em ver como a imprensa enxergava as ações [políticas] enquanto ainda existia liberdade, eu peguei principalmente as questões universitárias e as questões políticas que iam ocorrendo (e eu posso inclusive lhe mandar essas fotos depois), mas o que me motivou a falar que a imprensa termina distanciado é que eu analisei as manchetes [na verdade, 1ª página] da Folha do Norte e da Província, e à medida que o ano avança, elas ficam- cada vez falam menos da realidade brasileira. Muitas vezes decidiam falar mais sobre EUA, Vietnã, Cuba, URSS, Tchecoslováquia e China e não falavam do Brasil. Isso ficou claro

pra mim, por exemplo – eu posso mandar as imagens digitalizadas depois – na manchete da Província no dia da Marcha dos 100 mil no Rio de Janeiro e a manchete da Província no dia da invasão da UnB – é uma mudança editorial tão drástica que parece um outro jornal, entende? Você chega em agosto, no dia [da invasão] da UnB e não tem nada de Brasil, nada nada nada. Então [foi] que motivou a pergunta

REGINA: Não, não se preocupe, eu entendi perfeitamente. O que eu digo- é interessante falando agora do 1º aspecto, das relações antigas e tals, de quem você conhece, isso hoje em dia tá mais acirrado do que naquele tempo. Sabe por quê digo isso? Porque “seu” Rômulo Maiorana não me conhecia, absolutamente. Eu não tinha nem o nome de família. Eu não te falei ainda, mas a minha família era bastante simples, não tinha parentes importantes, e minha mãe era mãe solteira, o que naquela época não era essa coisa de hoje em dia “ai, mãe solo e não sei o quê”, não era nada assim, inclusive eu via pessoas que achavam que isso não era legal de jeito nenhum. Eu sei de pessoas que, vamos dizer assim, nunca senti- em algumas ocasiões, mas uma pessoa que não tinha pai, que a mãe era solteira, às vezes não era bem recebida em alguns lugares, sabia? Inclusive tinha colégios religiosos que não aceitavam. Então eu não tinha o networking, sabe? Eu não tinha. Tudo que eu consegui, aliás, foi assim, sem ter essa coisa da família ou do conhecimento – por sorte eu conheci Guilherme Barra. Sabe por quê conheci? Porque o pai dele era sócio de uma fábrica de refrigerantes, era a “Amazônia Refrigerantes”, que fazia aqui um refrigerante chamado “Grapeti”, que era um refrigerante de sabor de uva, antigo (não é do teu tempo, claro, é do meu tempo de criança) e a minha mãe foi trabalhar nessa fábrica – era a única mulher, aliás, que trabalhava lá, só tinha ela, que cuidava da parte administrativa, e os operários. E o Guilherme era filho do dono da fábrica. E como ele não tava- ele estudava Direito, mas como na época ele não tava estudando, não sei lá, ele ficou, trabalhou lá um tempo, tanto ele quanto José Cláudio, o irmão dele. E aí ela ficou amiga deles, e eu também, sabe? Aliás, esse senhor, o pai deles, que era o senhor da firma, chamava Hermógenes Barra, ele tinha uma tipografia aqui em Belém que fez livros incríveis, fez revistas, era um homem muito interessante, muito legal – ele era de Cametá, então minha avó conhecia ele, mas não foi por aí que minha mãe foi trabalhar lá, sabe? É interessante, foi um tio meu que conseguiu esse trabalho pra ela, eu tinha 5 anos quando ela começou a trabalhar lá. Então ela trabalhou lá durante vários anos até que fecharam lá e ela foi pra Escola Técnica.

Bom, então eu tô dizendo isso, que é um dado pessoal, afetivo, fica entre nós, pra te mostrar que havia muita gente que entrou nos jornais... por exemplo, tinha gente pobre, inclusive, de origem bem humilde mesmo, mais do que- muito mais que a minha, que já estudava, entrando

na faculdade. Mas tinha gente ali que tinha sido do rádio, começou no rádio, fazendo não sei o quê, aí foi foi foi, aí abriu o jornal, aí já conheci – tinha muita gente assim, não era uma coisa... até porque jornal era um trabalho pesado, como continua sendo. Então... por exemplo, aconteceu durante um tempo que tava no jornal, isso aconteceu com uma certa frequência, por exemplo, de vez em quando, alguma pessoa, filho de amigos do “seu” Rômulo e tudo, uma pessoa assim mais do “high society” assim da época resolvia ser jornalista, mas não ficava muito tempo, até ia e tal, o “seu” Rômulo não ia negar pras pessoas um estágio e tals, eu vi várias pessoas passarem e, sabe, era mais aquela coisa do glamour do jornalista, mas não aguentava o tranco. Então na verdade eu vi muita coisa, muita gente – depois que aparece o curso de jornalismo, eu já tive alunos muito pobres, de fazer bazar assim, pra poder fazer as coisas, pra se ir no congresso e um negócio, e nesse tempo bazar não era como hoje que é moda, as pessoas iam fazer bazar na Feira do Benguí! (risos) Conhecia duas pessoas, dois alunos muito queridos que faziam isso, de vez em quando. Ela hoje em dia está na Holanda tendo uma carreira brilhante com defesa de Direitos Humanos, de Imigrantes, está lá até hoje, a gente sempre se vê quando ela vem aqui, é muito minha amiga, e o outro é professor da [Universidade] Federal e tal, subiram na vida.

Mas o que eu te digo é o seguinte, não existe concurso pra jornal, o que existe é concurso pras assessorias – como a Universidade Federal do Pará, por exemplo, é uma assessoria de comunicação, a ASCOM de lá é uma entidade pública, é concurso, tem que ser concurso. Isso é uma coisa que num jornal particular, numa empresa particular, não existe né, mas eu te digo um negócio: é muito difícil você sobreviver no jornalismo se você não quiser realmente ser jornalista. Eu conheço muita gente que larga o jornalismo, vai trabalhar até como influencer, agora tem esse caminho – a moça que fazia o “É do Pará” ela agora tem- agora é uma influencer, o trabalho dela é um perfil no instagram e ela faz isso. Então não deixou de ser jornalista, mas não é mais jornalista de TV – quer dizer, eu não sei se ela ainda tem alguma atividade jornalística, mas agora sei que ela é influencer, de uma série de aspectos da vida da cidade, e é isso.

E hoje em dia- ainda agora estava conversando, curioso, estava conversando com uma menina que foi minha aluna e que é muito minha amiga até hoje, e ela tá tendo dificuldades, trabalha numa repartição pública, do Governo do Estado, mas é uma coisa precária, que a qualquer momento ela pode sair, até porque lá não fazem concurso. Então a gente tava conversando, tentando ver algumas possibilidades de trabalho, mas, pelo que ela me contou, ela não conseguiu nas... uma das possibilidades que eu falei ela não conseguiu justamente porque

houve pessoas que eram mais amigas do... sabe, eram mais amigas das pessoas que poderiam indicar. Como ela diz, “olha, de repente, é melhor você- se tem um algum amigo teu que tem competência, se tem outra pessoa que também competência, isso é normal, é empresa privada, você muitas vezes pega o seu amigo, muitas vezes você não- o cara tá em pé de igualdade com outro, é uma pessoa que você conhece, com quem você já trabalhou muitas vezes”, então isso é um fator, sabe, muito... isso persiste muito nos dias de hoje, e tem uma outra coisa muito ruim, mas isso não é bem nos jornais. Isso acontece muito também em empregos de assessorias políticas, aí você tem as dificuldades de realmente vestir a camisa, aí é complicado. Por exemplo, você não vai trabalhar na assessoria do Presidente Lula se você for bolsonarista, e o oposto também é verdadeiro (risos), até porquê você não vai nem conseguir né, como é que você vai- quer dizer, tem aqueles gênios que conseguem elogiar aquilo que eles odeiam, mas é difícil né, é difícil essa questão dar certo, tem muito assessor excelente que trabalha muito bem, não comunga daquela ideologia, mas é difícil, muito difícil – até porque cada vez mais com essa história de redes sociais, as pessoas são cobradas muitas vezes a se posicionar, é muito chato, é muito difícil.

Sobre o caso dos jornais, eu lhe confesso que eu não lembro muito... de ler- eu não lia todos os jornais e eu não fiz pesquisa, e não lia por uma razão, que a gente em casa não tinha assim, muito, um jornal diário. A gente tinha tido no passado, a gente sempre tinha, inclusive a Folha [do Norte], que minha avó não suportava, porque minha avó era baratista, houve uma época que tinha a Folha Vespertina, que era um jornal mais barato, mas a gente não tinha muito essa coisa do jornal diário em casa – até por uma questão de custo mesmo, não tenho vergonha de dizer isso. Mas eu lia os jornais e tal, mas... eu não lembro realmente disso que tu estás falando. Mas não acho difícil não, sabe por quê? Porque inclusive, tu não podes esquecer daquilo que te falei: as agências de notícias, que mandavam aquele material, era uma coisa muito barata pros jornais, em relação a manter um quadro grande de repórteres. Então muitas vezes, existe o viés político? Sim, claro que sim. Eles deviam escolher o que eles colocavam, claro, é evidente e é uma escolha ideológica e política. Mas muitas vezes, por exemplo, coisas que aconteciam no interior, até no meu tempo já de jornal, de televisão, era difícil. Até hoje os jornais, com essa facilidade da internet, já podem- por exemplo, ontem foi assassinado um radialista dentro do estúdio lá em Abaetetuba, mas isso na mesma hora os caras te mandam pelo telefone a foto e a notícia. Isso não acontecia antigamente. Então uma coisa que acontecia em Cametá, por exemplo (vou falar lá da terra da minha família), pra chegar lá em Belém, meu filho, demorava, tá? O meio de comunicação que tinha, quer dizer, era a carta muitas vezes, era a carta. Então

era meio difícil né, telefone era um artigo de luxo, e telefone pra ligar de Cametá pra Belém era difícil – pra ligar de Belém pro Rio de Janeiro tu tinhas que ficar numa fila na radional, da [ininteligível], não sei o quê, esperar, às vezes tu marcava a ligação de manhã pra ligar de tarde. Então tudo isso existe.

Mas certamente 1968 foi também um ano cheio de movimentação, e não foi só na Tchecoslováquia, não foi só o Flower Power nos EUA e a onda hippie, no Vietnã – o Vietnã era manchete quase que todo o tempo, mas aqui também aconteceu muita coisa. A Passeata dos 100 Mil, que aconteceu no Rio, a gente teve passeatas também aqui, eu fui a várias – inclusive, quando foi realizada a missa de 7º dia do Edson Luís, aquele estudante que era de Cotijuba aqui do Pará, morto no [Restaurante] Calabouço, aqui se realizou uma passeata num sábado de manhã (aliás, essa foi a primeira que eu fui). E acontecia, e muitas vezes os jornais não davam muita importância como deveriam. Agora deixa eu voltar lá pras outras [perguntas]- ah, aquele caso do Alacid, acho que não expliquei na mesma pergunta, mas falei disso antes, quando eu te digo que o Alacid foi elogiado pelo Diário num determinado momento, não é que o Diário tenha se tornado da Ditadura, acho que isso ficou bem claro – na verdade, isso era um acerto político que tava ocorrendo naquele momento, era uma aliança.

9) A partir do momento em que Tancredo Neves é eleito em 1985, como as redações de Belém as quais você trabalhou foram vendo a ditadura através do tempo?

TRANSCRIÇÃO DA RESPOSTA: Olha, depois que a ditadura acabou- quer dizer, depois que Tancredo morreu e Sarney foi empossado, eu acho que o que aconteceu aí foi que restaurou-se (ou instaurou-se, porque foram muitos anos de ditadura, muita gente nunca tinha votado, eu mesma nunca tinha votado)... então o que aconteceu aí foi que... acabou, vamos dizer assim, a censura, acabou a censura oficial, e os jornais passaram a ficar na sua autorregulação, digamos assim. E aí aconteceu uma coisa interessante, que eu acho que nem é seu objeto de estudo, mas vale a pena fazer, rápido, uma digressãozinha curtinha sobre isso.

Enquanto os jornais estavam sob censura, a gente acompanhava a luta do pessoal dos jornais como se fôssemos todos um corpo só, a gente sabia que não era, mas no momento em que os Mesquita, que eram a família dona do Estadão- pra você ver como que a imprensa brasileira sempre foi um negócio de família, as grandes famílias. Então a família Mesquita no Estadão, a família Frias na Folha de S.Paulo, esse pessoal todo fazia discursos na Associação Pan-

Americana de Imprensa, nos encontros internacionais de imprensa, que parecia até que eles eram sindicalistas e não donos de jornal. Mas aí acontece o seguinte: estávamos todos, vamos dizer, no mesmo barco, jornalistas e patrões, porque todo mundo queria que a censura acabasse. Tá, tudo bem. Só que no momento em que a censura acaba (risos), a realidade volta a prevalecer – a realidade da “luta de classes”, digamos assim. O que acontece é que quem era empregado continua empregado e quem era patrão continua patrão. E os interesses já não eram mais como naquele outro momento, não havia mais- nós tínhamos as nossas lutas específicas e as nossas demandas específicas (risos), e inclusive as greves de jornalistas voltaram a acontecer. Então aquela pausa, aquela trégua- não é que a luta dos jornalistas sempre tenha sido poderosa, não, mas houve um momento, assim, de pausa porque todo mundo estava em baixo, apanhando do mesmo jeito – mais ou menos, porque os donos tinham um trato mais especial. Claro que era uma questão de classe, mas a gente sabe que é uma questão que até hoje é muito forte aqui no Brasil. Mas o que acontece é o seguinte:

A gente continuou a agir normalmente, só que a gente tinha muito mais liberdade, não tinha mais aquele cara, aquele velho cara do paletó pra dizer “isso aqui está proibido”, mas aí, evidentemente... as televisões, por exemplo, passaram a ter maior liberdade nas suas pautas, porque as televisões sempre foram duramente censuradas, até porque é imagem. Mas, não me lembro que tenha sido uma coisa tão clamorosa, porque na verdade era um processo que já vinha acontecendo. Só que os jornais, os donos de jornais e os jornais que eles editavam, tinham interesses. Então em determinado momento, o Oziel Carneiro, por exemplo, é escolhido como- pra ser o candidato, digamos assim, apoiado pelo Liberal, ele é escolhido pelo Grupo Liberal pra isso – não pelos funcionários, claro, [mas] pelo dono. Por um motivo que eu não sei qual foi até hoje, não sei se por afinidade ou amizade, não sei, houve uma aposta ali [que] eu não saberia lhe dizer qual foi, mas... muitas pessoas da redação não, não foi- não houve ninguém que foi intimado a votar no Oziel Carneiro (claro), mas passou a haver um clima diferente, um clima político diferente, então a cobertura do legislativo certamente passou a ser feita de uma forma... mais clara, né, e... enfim, o jornal continua a ter seus amigos, seus colunistas e tudo, mas, nessa altura, havia uma normalidade democrática, digamos assim, existia isso. E isso devia ser o que existia sempre, mas gente como eu tinha começado ali, eu comecei em 1970 profissionalmente, então eu já comecei embaixo da censura, já comecei com isso.

Eu me lembro que Ana Diniz, que foi minha chefe no Liberal, secretária de redação, depois nós fomos as duas secretárias de redação (eu à tarde, ela à noite), e ela me dizia assim “Regina, tu vais ver uma coisa: essa geração que tá hoje sendo formada embaixo da censura, embaixo da

repressão, essa geração vai ser excelente, vai ser muito boa, vai ter muita coisa”. Eu acho que isso realmente... aconteceu porque a gente teve uma espécie de boom na música, no teatro, muitas coisas que tavam proibidas puderam ser feitas e tal, no jornalismo também teve experiências muito interessantes. Mas... na verdade... as coisas não mudaram tanto quanto a gente olha pro tempo de hoje, elas demoraram a mudar, a gente teve ainda que passar pela eleição do Collor, que era o “caçador de marajás” mas só na propaganda da Globo, que até fez um especial sobre isso (no Globo Repórter), tivemos que passar por isso, até que tivemos um metalúrgico na presidência, um ex-metalúrgico, aí tivemos depois tudo que aconteceu, e aí tivemos o quê? Bolsonaro né. Então depois do Bolsonaro Lula voltou, então agora- quer dizer, a gente tem uma normalidade, mas a gente não tem um mar de rosas, não sei se estou me fazendo entender, mas não existe o cenário ideal... no nosso país, então as redações não podem ter cenários ideais. Se elas trabalham com a realidade, então- eu não entendi bem a tua pergunta, talvez tu possa me responder agora que a gente tá batendo um papo, mas as redações mudam, mas não mudam tanto né. O trabalho delas é basicamente trabalhar com a realidade, pesquisar, fazer jornalismo investigativo, aí tu podes me dizer “sim, mas ela não faz em uma série de momentos”. Evidentemente não fez na ditadura, mas houve jornais alternativos – agora, por exemplo, a gente pode não estar muito satisfeito com os nossos jornais diários, porque existem interesses muito claros, mas a gente tem um monte de jornais e um monte de mídias alternativas hoje em dia, mais ainda do que antes.

Então na verdade, eu acho até que o peso da imprensa... não é que tenha encerrado, mas os jornais tão cada vez mais distantes do que eles foram no passado, quando, se tu fores- tu já debes ter estudado, aqueles momentos antes da morte do Getúlio, do suicídio do Getúlio. Ali meu filho, Carlos Lacerda, com seu jornalzinho, e Samuel Wainer, que era getulista naquele momento, e Carlos Lacerda que queria ver o que viu, que foi o suicídio do Getúlio, aqueles jornais incendiavam o povo, as rádios também, claro, mas os jornais eram lidos, tanto que quando o Getúlio se matou, o jornal do Carlos Lacerda – aquelas coisas, o povo queria ver o “velhinho” fora do poder, mas na hora do enterro, eles entraram pra quebrar – queriam quebrar o jornal do “corvo”, como era conhecido o Carlos Lacerda. E aí quando houve o Golpe de 64, o jornal que foi destruído (inclusive os carros foram queimados) foi o jornal do Samuel Wainer, que apoiava João Goulart.

Então hoje eu acho muito difícil que esse fenômeno se repita por causa do poder das redes sociais, hoje a luta política se trava muito nesse terreno, então a gente precisa estar atento pra

não cometer o anacronismo porque é complicado, eu acho que hoje a situação muda bastante. Mas qualquer coisa tu me diz, que aí a gente discute isso.

10) No contexto da Justiça de Transição e da necessidade de se lembrar a ditadura para que ela nunca mais se repita, qual o papel que a atual imprensa pode ter sabendo que ela um dia já apoiou tal regime?

TRANSCRIÇÃO DA RESPOSTA: Bem, mais uma vez eu chamo a atenção que o apoio do Diário do Pará ao Alacid não foi exatamente um apoio à ditadura, com a qual, aliás, o Alacid já estava praticamente rompido – quando ele apoia o Jader, que era do PMDB, tá fechando, queimando as pontes com o regime militar (risos).

Bom, o que eu queria dizer sobre isso é o seguinte: o fenômeno do filme do caso Rubens Paiva, o “Ainda Estou Aqui”. Pra mim, esse filme não... não tem paralelo o que aconteceu com outras mídias que tenha visto, porque é o seguinte: o que eu vi- eu fui a uma sessão do filme, e tive testemunhos diversos (e a mídia também mostrou), eu assisti uma sessão no Líbero Luxardo, a fila pra entrar era quilométrica, como eu sou velha passei na frente e tudo bem (risos), mas eu vi uma fila imensa, e observei bem a fila, era formada por jovens a maioria, tanto que eu vi que no dia tinha só umas 4 velhas pra entrar primeiro (risos), duas e mais duas (eu, uma senhora que conhecia e mais duas pessoas). Mas veja bem: uma juventude que não viveu nem a primeira eleição do Lula, muito menos a Ditadura, e que possivelmente nunca ouviu falar direito sobre isso, e aí esse pessoal tava lotando o cinema e chorando. O que eu mais escutava durante a sessão toda era gente fungando, a partir de certo momento as pessoas choravam muito – inclusive (risos) a minha querida aluna, ex-aluna que tava do meu lado, encontrei com ela por acaso e ela sentou do meu lado... e ela chorava e eu passava só os lençinhos pra ela, porque eu tinha levado bastante lenço de papel porque eu sabia que eu ia me emocionar. E acabei que... fiquei tão interessada em ver e ouvir as manifestações das pessoas que até te confesso que me emocionei mais, me permiti a emoção aflorar no final. A minha sobrinha que tava comigo também chorou do meu lado, ela sabe de muita coisa porque ela mora comigo (tu conhecesse ela, a Pri), e a gente conversa e tal, mas eu vi assim a juventude descobrindo esse passado tétrico do nosso país.

Isso... eu não sei se tu queres me perguntar se os jornais fizeram autocrítica. Não, jornal não faz autocrítica, jornal vai seguindo em frente e vai mostrando coisas- quando eu digo que eles

não fazem autocrítica, é que ele nunca vai chegar e falar “eu apoiei a ditadura”, duvido que a Folha diga isso, mas quem tá dizendo isso da Folha agora é a rede social né, é o ICL, é aquele portal, aquele site e tal, que tá mostrando um documentário que foi uma pesquisa exaustiva que mostra a participação da Folha no apoio à repressão. O apoio que os jornais deram ao golpe em primeira hora está também documentado nas coleções dos jornais, então a gente vê, mas nada disso é tão eficaz- coloca o teu caso: tu és uma pessoa jovem, tu estudas história e tu resolveste pesquisar um assunto que te interessa, que é essa questão da mídia local diante dessa situação toda. Mas veja bem: tu não és daquele tempo, tu não viveste aqueles fatos, e tu estás pesquisando um objeto específico, que é os jornais, [e] isso te faz pesquisar em arquivos, entrevistar pessoas, dá um trabalho danado. Mas aí vem um filme como “Ainda Estou Aqui” e pega as pessoas pela emoção. Aí pode se dizer, sendo bem crítico, “ah, mas a emoção”- não, a emoção existe, a emoção é uma porta de entrada pro conhecimento e pra memória, porque o que está sendo resgatado não é a história do Rubens Paiva, não é a história triste de uma família do Leblon, como eu já vi alguns querendo dizer. Não é isso. É a memória de quantos e quantos que passaram por coisas semelhantes. E muitos passaram, né. Então, isso tudo- olha, o que isso já provocou, a onda que se criou em torno, sabe, pra levantar casos, para desencavar coisas! Eu conheci no Rio de Janeiro uma moça que o marido dela desapareceu em 72, e ela se dedicou a procurá-lo. Nunca achou. Ela sabe que, se achar, vai achar os ossos, mas isso também ela nunca conseguiu achar, porque muita gente não foi enterrada, muita gente foi jogada ao mar, foi queimada, enfim, é o caso do Rubens Paiva, que não se acha o corpo dele. Então o que eu vejo é que hoje... as mídias de massa não são mais os jornais, nem o rádio nem a televisão – você tem hoje uma internet que as pessoas ficam como elas ficavam antigamente com radinho de pilha, elas ficam olhando o TikTok e o Instagram, Facebook, no “zap”, falando com a família. O velho radinho de pilha hoje em dia é o celular. Então quando você vê que o “Ainda Estou Aqui” ganha visibilidade nessas mídias, quando se organizam torcidas, quando se cria um clima de copa do mundo que a Fernanda Torres não queria, você vê o poder que isso tem. Eu mesma fui chamada pra falar sobre isso, sobre esse tempo, sobre memória e tudo mais, e disse isso que estou dizendo pra ti em relação ao filme, ele abre pra essa geração jovem uma passagem no tempo, ele abre uma passagem pra aquele tempo, espero que tenha dado resultado, não sei, não dá pra aferir ainda, mas espero que dê consciência pras pessoas, que isso pode se repetir.

Agora, os jornais continuaram sendo jornais, eu acho que... todos eles, toda a grande imprensa em algum momento, ela não só apoiou como também apoiou inclusive através do silenciamento das coisas que se passavam, sabe? Agora... pode-se julgá-los? Sim, evidente que se pode julgar,

mas... você tem que ver o que acontecia naquele momento, como que as coisas se passavam, como é que era- tenho medo de não conseguir te dar o quadro exato, porque a minha visão é uma visão limitada. Eu estava *aqui*, e aqui eu não vi muita coisa do que aconteceu no sul, em São Paulo, no Rio, nunca trabalhei nem no Movimento nem no Opinião pra te dizer alguma coisa, trabalhei até depois com Raimundo Pereira, que era o editor do Movimento, trabalhei com ele num jornal chamado “Retrato do Brasil”, mas eu nunca o vi, nunca estive na frente dele, trabalhava aqui em Belém, eu era correspondente. Então eu não vivi o dia a dia de tantas gerações assim pra que eu pudesse te dar uma ideal geral. É uma... não sei, pra mim não ficou muito claro qual o seu objetivo nessas duas perguntas finais, eu acho que espero ter contemplado, mas não sei não, não sei se consegui.

Agora, os jornais – voltando à questão – em um momento foi apoiado o Oziel Carneiro. E quem é que O Liberal apoia hoje em dia? Hein? Não é o Barbalho? Não é o Helder Barbalho? Quer dizer (risos), os interesses mudam, os apoios mudam, então não sei, eu acho que quando tu dizes se isso não significaria um prolongamento do apoio à ditadura, mas não tinha o apoio À Ditadura, são interesses que naquele momento são de um jeito e em outro momento são de outros. Eu não sei te dizer o ano em que isso aconteceu, mas acho que foi em torno de 96<sup>17</sup>, por exemplo. Quando Jader Barbalho venceu o Sahid Xerfan, eu estava na TV Liberal, trabalhava chefiando o núcleo da Rede Globo. Houve uma carreata da vitória que passou na frente da TV Liberal, e foi uma coisa, era uma carreata imensa quando foi finalmente proclamado o resultado. O Liberal estava apoiando o Sahid Xerfan ostensivamente, mas quem ganhou o Jader Barbalho. Eu (risos) nunca esqueci aquela noite, foi até polícia pra garantir a porta do jornal, porque a coisa tava muito pesada, tinha sido uma campanha muito difícil, assédio, muitas ofensas de lado a lado, uma coisa danada, e aí, passou-se um tempo, eu já tinha voltado pro Jornal Liberal, não tava mais na TV, quando, um belo dia, a TV Liberal-perdão o Grupo Liberal (o nome já era ORM, Organizações Rômulo Maiorana) abre uma sucursal em Brasília, e há uma foto, na 1ª página no Liberal, não sei te dizer o dia, mas há uma foto grande na 1ª página do jornal (isso deve ter sido em 96, não tenho muita certeza), e mostra quem nessa foto? Ao lado do Rômulo Maiorana Jr, que era então o diretor-superintendente do Liberal? O Senador Jader Barbalho. Então aí você vê o que é a política brasileira, o que são os interesses das empresas jornalísticas, é isso. O Globo fez uma campanha acintosa a favor do Collor. Collor venceu. Collor sofreu

---

17 A eleição referida ocorreu em 1990

impeachment. Aí acontece tudo o que acontece, e o Lula se elege, e quem é que faz uma visita, e quem é que chama de “companheiro”? É o Roberto Marinho. Eu acho que o único aperto de mão que eu não vi foi Brizola com Roberto Marinho, tu deves também- não sei se alguém já te falou alguma vez sobre isso, mas o Brizola ganhou um direito de resposta, depois de vários anos, que o Cid Moreira leu, teve que ler esse direito de resposta no ar, aonde o Brizola esculhamba com toda a geração do Roberto Marinho e com a Globo. Sabe? E ele teve que ler! Era uma ordem judicial. Isso é um documento interessante, acho que isso tu achas na internet, porque inclusive quando Cid Moreira morreu, muita gente daquele tempo como eu se lembrou logo disso, porque isso foi uma prova de fogo, ele teve que ler um negócio esculhambando o patrão dele, que inclusive gostava tanto dele que inclusive já tinha pedido que, quando ele morresse, ele queria que Cid Moreira lesse o necrológio dele!

Bom, espero ter ajudado em alguma coisa, querido. Mas se não ajudei, se posso ajudar mais, pode me dizer, porque eu sou do tempo em que jornalista fazia matéria e depois via que não tava bom, mexia, mudava, aí o chefe dizia “não tá bom, faz assim que fica melhor”, a gente não tinha essa frescura de se achar intocável não.

## CONCLUSÃO

BRUNO: Ouvi toda a sua resposta, ela é muito boa e tem coisas muito importantes a serem entradas no TCC, só que assim, eu acho que eu não me fiz entender, porque a ideia do trabalho no interior das redações não era o que eu tinha em mente, o que eu tinha em mente era o seguinte, porque na Ditadura, existia um discurso tanto através dos colunistas quanto através de um conceito que eu uso bastante, que é o do Jornalismo Declaratório (faço uma referência no TCC sobre quem estabelece isso), havia um discurso específico sobre as ações da Ditadura, que muitas vezes não era essa coisa tão combativa quanto é hoje, tanto que, por exemplo, eu tinha um interesse em fazer uma cobertura sobre [o caso do] Riocentro, mas eu desisti de fazer quando eu percebi que os jornais (não era nem por má-fé, era apenas por procedimento mesmo, ou talvez pela confusão mesmo) não abordavam a questão como uma conspiração dos militares, eles acreditavam na versão oficial, então eu pensei “bom, se eu chutar os jornais nesse ponto, vai ser um pouco anacrônico”, então eu acabei desistindo. O ponto que eu quis chegar era [entender que] as redações tinham uma visão sobre a Ditadura que não era uma visão tão cristalizada, tão forte de repúdio ou, pra usar Ulysses Guimarães, de ódio e nojo – não, isso foi sendo construído ao longo do tempo. O que eu queria saber na 9ª pergunta era assim: os jornalistas conviviam com a Ditadura, aí quando formalmente se passa para a Nova República,

o que eu queria saber, principalmente os jornalistas da velha guarda, se eles adaptaram pra sua visão pra entender “poxa, realmente era um negócio muito tenebroso, censura, tortura e tals”, ou se ainda tinha alguns resquícios de visões que eles tinham na época – isso eu vi por exemplo num livro que defendia D. Alberto Gaudêncio Ramos, que tem um colunista- o autor do livro [José Pereira Ramos], que é parente do D. Alberto, ele defende D. Alberto daquela história que ele seria “X-9”, aí esse parente cita um autor<sup>18</sup>, e esse autor se refere ao Oswaldo Coimbra (que foi o denunciante) como sendo- “ele tinha atividades subversivas”, ele usa esse termo, “atividades subversivas”. Isso, na minha interpretação de historiador, é um exemplo de sobrevivência de uma mentalidade de um período autoritário. Então o que eu queria saber é se houve essa transformação, de novo, mais da velha guarda – como as novas gerações já foram sendo criadas sob uma historiografia específica, que inclusive foi construída por muitas pessoas que foram rebeldes na ditadura, então é um pouco redundante perguntar das gerações posteriores, mas eu queria saber as pessoas com quem você conviveu, era só isso. Mas de novo, a resposta por si só é excelente, tá?

[Sobre a 10ª pergunta] Respondeste muito bem a última pergunta. Eu falei “jornais”, mas quis dizer “jornalismo”, o papel do jornalismo dentro desse contexto que eu mencionei antes, da justiça de transição dado todo esse contexto de apoio prévio que eu exploro no trabalho. Mas tu respondeste, para usar um termo chique, magnanimamente. Então é isso.

REGINA: Olha, muito bom, muito bom o que tu me dizes, porque me dá gancho para reforçar o que eu disse há pouco (tosse), o que eu te contei, por exemplo, agora: o Jader vitorioso contra o candidato do Grupo Liberal passa pela porta- eu me lembro do discurso do filho dele (não me lembro se foi “Jaderzinho” ou se foi o Helder), que disse, parado na porta da TV Liberal, em cima do carro som lá, e disse o seguinte: “vocês podem saber que meu pai vai desmascarar vocês, vai prender (risos), vai mandar prender vocês todos, porque vocês isso e aquilo”. Não aconteceu nada disso, né? Então o que aconteceu foi o que eu te falei, que depois disso o Jader Barbalho vai e faz uma visita onde é recebido pelo Rômulo Maiorana Jr, que naquele momento do Sahid Xerfan de ser apoiado pelo Grupo Liberal, era o cara que tava mandando, o pai dele já tinha morrido há muito tempo, ele era o diretor-superintendente, quem apoiou o Sahid Xerfan foi ele à frente do Grupo. Então o que eu quero te dizer?

---

18 Na realidade não houve essa citação, quem diz a frase subsequente é o próprio José Ramos

Eu entendo que você está trabalhando com critérios científicos, tu estás trabalhando com conceitos, é isso, trabalho acadêmico é isso, só que (risos) a imprensa brasileira, a política brasileira, e eu hoje ousou dizer que o próprio povo brasileiro, em sua- falando assim a grosso modo, o Brasil- eles fogem, por isso que eles dizem que a NASA tem que vir nos estudar, porque na verdade a gente foge- quando eu digo a gente, eu digo o país. Você vê, por exemplo, hoje... tu tás acompanhando certamente o caso da Marina Silva, a ministra, e é o assunto do dia, e eu acho que as próprias meninas da TV Globo, que esculhambaram tanto com a Janja porque se meteu a falar na reunião, “ah pronto, caiu o mundo”, mas aí agora tá uma coisa, abaixo-assinado, já recebeu uns 20 pra assinar, pro homem ser cassado, não sei o quê e tal. Veja bem: a Marina- e aí eu digo, “não, mas eu não tô certa, devo estar doida, deixa eu ver se eu não tô gagá”, aí eu dei um google pra tirar uma dúvida. E tirei a dúvida – não era dúvida, eu tinha certeza, mas aí eu vi, dei um google e vi que a Marina apoiou o impeachment da Dilma, apoiou aquela coisa medonha, que ali o Brasil começou a morrer e ficar podre, até hoje não sepultaram aquela parte podre. O que aconteceu ali foi o início do fascismo brasileiro renovado, tu deves ter acompanhado, não sei se tu viste a sessão do impeachment, mas aquilo foi um horror, uma coisa nojenta. E não é uma notícia, são muitas, inclusive uma outra que ela diz que o Lula é um corrupto, a Marina Silva diz isso. Bom, aí tu podes me dizer “sim, mas ela mudou, fez autocrítica”, tudo bem. Ela não é única. Tem 6 ministros do Lula que apoiaram o impeachment da Dilma, inclusive a Simone Tebet e o Aleckmin. Quer dizer, infelizmente a política brasileira é isso, e a imprensa brasileira também. É bastante, um pouco, “trêfega”, pra usar um termo bastante antigo.

Então, essa história- é evidente, meu amigo, que quem era de direita continuou sendo de direita, e quem não era de direita continuou não sendo de direita, as pessoas não mudaram, as pessoas já sabiam de tudo. Não existia jornalista que não soubesse o que estava sendo feito, pelo amor de Deus! Sabe? A gente podia não publicar, mas sabia! E não sabia de tudo, [mas] sabia muita coisa, e o que sabia era suficiente pra formar uma opinião. Agora eu também quero te dizer que a violência policial também sempre fez parte do cotidiano do jornalismo, tá? Eu vi, eu vi, na minha vida inteira de redação, repórteres policiais que andavam armados, que eram mais policiais do que a polícia! Essas pessoas, sabe- eu acho que tu tá tendo uma visão, desculpa o termo que eu vou usar, porque não apareceu outro melhor, [mas] eu acho que tu tá tendo uma visão um pouco idealista de que a partir do momento que acabou a Ditadura, “tá, tudo bem, lá vem Tancredo, Sarney, não sei quem”... as coisas não mudam assim em bloco, não há um decreto. A ditadura acabou, mas tá- tu não tá vendo como tá o Brasil, tu não viste hoje o Jornal

Nacional? Do grupo de policiais militares da ativa e os que não são da ativa fazendo uma milícia pra matar inclusive juizes do Supremo, que eu achei até barato o preço que eles cobram, porque matar um juiz do Supremo não deve ser fácil (parece que é 250 mil pra matar um juiz, a cabeça do Xandão talvez seja um pouco mais).

Então, meu filho, sabe, eu sei, essa questão da autocrítica- também do Alacid. O Alacid não ia fazer autocrítica nunca! Ele morreu sendo uma pessoa de direita. As pessoas de direita continuam entre nós, sabe? Aliás, elas são cada vez mais- estão cada vez mais entre nós, porque o Bolsonaro, assim como “Ainda Estou Aqui” nos permitiu ver o passado, infelizmente o Bolsonaro nos permitiu ver o futuro, e ver quem estava entre nós. A minha família tá cheia de minion, tá cheia de bolsonarista, tem um monte de gente que eu nunca imaginei- sabe? Pessoas com quem eu fui criada junto que agora “cadê fulano?”, tá lá na porta do quartel rezando o terço e chorando pelo Bolsonaro, pra salvar o Bolsonaro, sabe? Na porta aqui do quartel daqui da Almirante Barroso. Sabe, uma pessoa de 80 anos sentada lá pegando sol, pegando chuva pelo Bolsonaro, e que é bolsonarista até hoje, que deve mandar pix até hoje e tudo mais. Então! Sabe, não existe isso- João Malato, tu podes acompanhar as crônicas do João Malato, tá aí, faz um estudo de caso e vê que eu tenho razão. Ele era um antes da ditadura, ele era um durante a ditadura e ele é um depois da ditadura! Sabe? Ele nunca abjurou de quem ele era! Era aquilo. Outros e outros e outros.

Se tu fores ver, por exemplo, tinha um cara chamado Lenildo da Rosa, que escrevia no Estadão se não me engano. Tu vê lá naqueles livros do Gaspari, naqueles livros sobre a Ditadura, no último deles ele tá citado lá. Extrema-direita católica! E um cara que escrevia no Estadão. Ele mudou? Certamente não. Sabe? Muita gente não mudou, muitas pessoas tiveram a chance de talvez enxergar mais, de perder o medo de ir no sindicato e não sei o quê, mas não... sabe, as coisas não mudaram porque o Brasil não amanheceu- ele amanheceu diferente? Sim, a gente usa isso como figura de linguagem, mas na verdade não é bem assim, né? E isso a gente vê até hoje. Por exemplo, D. Alberto. Eu soube dessas histórias do D. Alberto quando eu trabalhava no jornal porque tinha uma pessoal no jornal que me contou, que tinha inclusive presenciado um momento em que acho que o padre Carlos Coimbra e outros foram lá tentar pedir a ajuda dele pra alguma coisa, e ele nem recebeu. Mandou a resposta por um cara que foi todo arrasado dizer pra eles que “olha, ele não pode e tals, não sei o quê”. Então eu fiquei sabendo disso antes e continuei sabendo disso até hoje. Então a minha visão, como eu acredito na pessoa que me contou, a minha visão não muda, sabe? Não é porque acabou a ditadura que o cara vai passar a

ter raiva do D. Alberto. Não, ele era parente dele? Esse cara que defendeu? (eu me lembro vagamente disso) Ele vai continuar defendendo, não interessa.

Tu não está vendo o que tá acontecendo nos dias de hoje, esse fenômeno de loucura coletiva? Poxa, tá na cara, tudo o que Bolsonaro fez é claro e evidente. Outro exemplo, Malafaia; outro exemplo, Edir Macedo, é o pastor mais rico do Brasil (ainda, mais rico que Malafaia, Malafaia é o 3º mais rico). Vais dizer isso pra quem tá vendendo a casa, quem tá dando o carro pra igreja, quem deixa de comer pra dar o dízimo, vai dizer isso. Parece que existe uma- sabe, não adianta, não adianta você dizer. O Bolsonaro tem gente que, poxa, chora- essa minha parenta, ela disse uma vez depois que Bolsonaro já tava foragido, fugido pros EUA (sei lá, depois da eleição), ela disse “a única coisa que me consola é falar no Bolsonaro”. Quer dizer, porra, o cara diz que é a favor da tortura, o cara diz que a ditadura errou em não ter matado muito mais gente, e ela acha que isso é bonito. O cara imita gente morrendo de Covid e rindo. Um tio nosso, que ela gostava tanto quanto eu (acho que ela gostava muito dele também, pelo menos até hoje ela diz que sente saudade), esse tio morreu de Covid porque acreditou na cloroquina, e aí? Acreditou na ivermectina, sei lá. Ele achava que era uma gripezinha. Em uma semana, ele morreu. E ela não vê isso? Não adianta, sabe, não tem como, não tem como, tem gente que até hoje não se vacina, tem médico que até hoje diz pros pacientes não se vacinarem (eu conheço um). Então, né, vai dizer o quê.

Não sei se [me] exaltei em explicar uma coisa que pra mim é muito clara. Eu acho que tu tá querendo enquadrar numa categoria, mas é um pouco talvez difícil porque tu tá falando de ser humano, e de ideologia, sabe? E é um erro nosso achar que a Ditadura foi um início – não, a gente já tava podre há muito tempo, o Brasil nunca fez um banho de sal grosso pra se limpar de suas mazelas, não é à toa que essas coisas nos acontecem não, elas vem de longe- a violência policial por exemplo, da tortura dos opositores do regime todo mundo falou, e a tortura que segue acontecendo hoje em dia? E a PM de São Paulo que tá matando gente e ainda coloca arma na mão do cara que eles mataram? Pra dizer que o cara tava atirando? Aí amanhã, por exemplo, acontece um milagre e descobrem alguma coisa contra o Tarcísio e esse Derrite (o cara lá da ROTA) [e] tiram eles do poder, e fazem uma série de reportagens- quer dizer, a série de reportagens já tão saindo, tu pode ver também. Aí o pessoal “poxa, é verdade, tá né a gente não pode dar apoio pra ele porque né- não dá apoio? A Folha de S. Paulo já começou a trabalhar a imagem da mulher dele acho que domingo passado como futura primeira-dama, já mostrando que ela faz um serviço social, assistência social, não sei o quê (ainda te mando a Folha se eu achar, acho que tenho em PDF, se quiseres até te mando pra tu ver).

Como está sendo – isso é um trabalho já pro seu mestrado – como está já se construindo a imagem das mulheres dos presidentes, não é mais só as imagens dos presidentes. Você tem as imagens das mulheres também, que é a imagem da evangélica, né, da [mulher] que ora e tals, que é a Michelle, que a gente sabe que o lado B é outra coisa, e o lado da Janja, que se mete onde não é chamada, aquela que cria saia justa pro marido e pro Brasil, então você tem já uma construção de imagem que antigamente a gente só sabia quem era primeira-dama bemmmm muito depois, quando ela passeava, aparecia na posse do marido – agora não, ela fazem parte do pacote. Eu acho que isso é um trabalho muito interessante, pensa nisso, porque pelo que eu tô vendo, vai ser bastante rico, um tema muito rico essa questão do machismo brasileira e da homo- da matança de mulheres, tudo isso tem a ver com essa eleição, tu vais ver.

## ANEXO B – Transcrição da Entrevista de Paulo Roberto Ferreira

A entrevista foi realizada entre as 10 horas e as 11 horas do dia 16 de julho de 2025 na casa do entrevistado

**BRUNO (B):** Em seu depoimento ao Memorial César Leite, você afirma que seu início no jornalismo se deu como um bico durante seu período como universitário. Poderia nos dar detalhes de como se deu essa entrada?

**PAULO ROBERTO FERREIRA (PRF):** Pois é, comecei no jornalismo da seguinte maneira: eu trabalhava no comércio, era comerciário, trabalhava na empresa Albano Martins, distribuidora de revistas (revistas da Abril e da Fernando Chinaglia Distribuidora). Praticamente 95% das revistas que iam pras bancas eram distribuídas por essa distribuidora, a Albano Martins. Então ali eu estava em contato com livros e revistas. Naquele período eu ainda não tinha entrado na universidade e quando entrei na universidade não tinha jornalismo (minha graduação foi em administração). Eu trabalhava durante o dia e houve um seminário, organizado pelo Lúcio Flávio Pinto (que tinha retornado de São Paulo - trabalhou no Estadão, na Realidade) com o objetivo de puxar algumas pessoas pro jornalismo – como não existia o curso de Comunicação, o seminário foi lá no Sindicato dos Jornalistas. Eu trabalhava durante a semana e fui lá, participei uns dois dias pois eu estava de férias. E ele (Lúcio) conseguiu convencer o pessoal do jornal A Província do Pará (ele tinha trabalhado lá) para que cada um nós que estávamos participando do seminário e tinha interesse no jornalismo, pudesse fazer tipo um estágio de uns três dias. Eu fui na “Província” e fiz uma matéria (o chefe de reportagem era o Rubens Silva). Aí depois disso ele [Lúcio] lançou o jornal Bandeira 3. Isso foi final de ano, novembro, dezembro de 1974. E, em janeiro de 1975 ele lançou o Bandeira 3, independente (antes do Lúcio ir para São Paulo, tinha sido um caderno de A Província do Pará e quando ele voltou não existia mais) E aí ele nos convidou para fazer o jornal. Então, da turma que fez o seminário, restaram três pessoas: eu, o Nélio Palheta (que é um jornalista muito conceituado) e o Elias Pinto (jornalista e cronista, se especializou na literatura, na área cultural) que atualmente assina uma coluna no Diário do Pará, aos domingos . E nós fomos pro Bandeira 3, só que o jornal demorou pouco tempo, e eu podia fazer as matérias, no meu tempo de folga, ou seja, não precisei sair do emprego na distribuidora de revistas. O Lúcio me pautava e eu entregava o material, que ia sendo publicado. Então quando saiu minha primeira matéria, que foi sobre o edifício Manuel Pinto da Silva, quase um bairro, naquela época, pois era o maior edifício da cidade, fica na Praça da República, na esquina com Nazaré e Serzedelo Corrêa. Lá tinham

muitas histórias naquele prédio, história de suicídio, história de mil coisas, funcionava lá a Globo – a Globo, na época, era transmitida pela TV Guajará, e os estúdios ficavam lá nos altos. Então tinha muitas histórias e eu fiz uma matéria interessante, [e] o Leal, Cláudio Sá Leal (era o diretor de Redação do Jornal Liberal) viu meu texto e perguntou pro Lúcio quem era – porque a matéria não foi assinada – e o Lúcio falou pra ele que era um rapaz novo, que trabalhava no comércio e estava começando no jornalismo. Aí ele me conficou para fazer um teste. Eu fui e fiz um teste, era um sábado, fui fazer uma entrevista com um empresário famoso da época, trabalhava com a produção de fibras naturais da Amazônia. A matéria foi publicada na edição de domingo

**B:** Caderno 2?

**PRF:** Não não, no primeiro caderno, era uma matéria sobre economia. Aí ele [Cláudio] me chamou e disse “olha, se você quiser vir trabalhar aqui, tá aberta a porta pra ti”, e aí eu fiquei num dilema, porque eu trabalhava [na distribuidora], era meu ganha-pão, e o salário no Liberal era muito baixo – não é [alto] até hoje [risos] –, o meu salário como escriturário era maior do que o salário de jornalista iniciante. Aí eu não ia pedir demissão da empresa pra ficar lá, então eu perguntei pra ele se eu poderia trabalhar a partir das 5 da tarde, ele disse “é um horário que não vai ter muito aproveitamento, vai pegar matérias pouco expressivas, mas venha, que você começa e depois quem sabe você muda de horário”.

Aí eu fui, trabalhei cara, no período de 5 da tarde até teoricamente 11 da noite, mas tinha dia que ultrapassava. Aí fiquei ali, trabalhando naquele horário, quando não tinha matéria pra ir pra rua, eu ficava “penteando” telegrama – os telegramas das agências de notícias vinham todas em caixa alta e sem nenhum acento, então a gente estava sem fazer nada, a gente marcava o que era caixa alta, o que era acento e o que não era acento, ia preparando esse material, que era chamado de “pentear” o telegrama, e entregava para o redator, e o redator passava pro editor organizar o material. Bom, ficar fazendo aquilo dava uma chance porque você pega a estrutura de texto, os caras das agências eram profissionais da melhor qualidade, UPI, France Presse, AJB (Agência do Jornal do Brasil), Agência Globo, Agência O Estadão, então você vai pegando a estrutura da notícia, bem objetiva, bem direta, então aquilo me ajudou muito o meu fazer jornalístico. Aí eu fiz um concurso e passei na Caixa Econômica Federal, fui chamado e não podia conciliar com o jornalismo, porque tinha que estar tempo integral na empresa, então pedi demissão, tanto do jornal quanto da distribuidora de revista.

Então eu comecei no jornalismo assim, fiz uma pausa porque fui fazer outra coisa. E aí nesse período [que] eu estava na Caixa, é lançado o Jornal Resistência e aí eu fui e me tornei um dos colaboradores, porque não me impedia, era mensal e eu escrevia na minha folga do tempo, no final de semana, de noite e tal. E foi assim que eu fui começando no jornalismo.

**B:** Entendi.

Quando pesquisei os jornais dos anos 1970, eu notei que, na metade da década, há uma mudança de uma postura acrítica, aos governos tanto do estado quanto federal, e os jornais passam a fazer mais matérias críticas à situação econômica e política do país e do estado. Pra além do contexto da liberalização política que estava ocorrendo, como você avalia o papel que as redações e os jornalistas tiveram nesse processo de enfrentamento? Pego um pouco antes do Resistência.

**PRF:** Pois é, eu acho que à medida que a população, os setores organizados começam os movimentos no ABC Paulista; que os estudantes vão pras ruas e começam a lutar pela criação - recriação da UNE, começando um enfrentamento, ainda no período do governo Geisel, que veio com um compromisso de fazer a distensão política (lenta e gradual), era um momento novo. Jimmy Carter tinha sido eleito presidente dos Estados Unidos com um discurso contrário a todo apoio que os EUA davam pros golpes na América Latina, ele achava que tinha que, enfim, fazer uma distensão nessa relação, e isso vai influenciar de certa forma. O Geisel vai lançar esse projeto de distensão política gradual. Mas claro que tem retrocessos, porque ele assume lá em 1974, quando chega em 1977 ele lança o Pacote de Abril, fechou o Congresso Nacional. Mas, por outro lado, quando torturaram e mataram o jornalista Herzog e o operário Manuel Fiel Filho, ele demite o ministro do Exército, o Sylvio Frota, que representava a linha mais dura dentro do governo, então o Geisel deixou claro que tinha uma linha mais dura, que não queria a abertura, e uma linha que achava que tinha que fazer a descompressão, a panela estava pra explodir, eles estavam com medo. Aí os movimentos sociais, a mídia alternativa, que surge naquele período todo, vai denunciando, muitas pessoas liam escondido, compravam, emprestavam, passavam pra outros – o jornal alternativo geralmente era lido [comprado?] por 5 pessoas e circulava em vários lugares, quem não tinha dinheiro emprestava pro outro e tal.

E a imprensa alternativa vai ter um papel muito importante, a grande imprensa (aí tu fizeste a análise) ela vai publicar alguma coisa, mas ainda é uma coisa muito incipiente eles (os donos dos jornais) eram extremamente conservadores - temiam os governos, tanto o local quanto o federal. Porque eles (governos) eram os maiores anunciantes, então eles tinham o maior medo. A matéria que pudesse criar algum embaraço, eles cortavam. Mas já era possível publicar

um texto sobre uma manifestação, por mais que eles reduzissem o tamanho, fizessem uma censura, tirassem alguma coisa, eles já publicavam, já era uma tentativa de rompimento com a mordaza auto-imposta porque eles também tinham um termômetro. O jornal impresso, por exemplo, avaliava a história da venda. Então quando o jornal fizia uma cobertura – e ainda que não fosse 100%, não fosse uma cobertura que tivesse muitas fotos dos movimentos sociais –, vendia muito, vendia muitos exemplares, então eles começam a sintonizar com essas coisas, eles tinham um meio muito fácil de saber isso: tinham uma tiragem, aí eles distribuía para “baderna”, se sobrasse jornal, voltava pra eles, abatiam de volta na conta do “baderneiro”, que era o cara responsável por receber os jornais e distribuir nos bairros. Então eles sabiam, quando o jornal não voltava ou tinha um encalhe muito pequeno, eles sabiam que tinha crescido a venda. Eles estavam sintonizados nisso e eles vão começar a abrir espaço para essas matérias que envolviam os interesses populares.

Eu, por exemplo, quando voltei pro jornal O Liberal, quando eu saí da Caixa (fui demitido por perseguição política, acho que já te falei em outro momento), então quando eu voltei pro jornal, eu pisava em ovos, porque as matérias eram muito controladas. Aos poucos fui sugerindo algumas matérias que eu fazia no Resistência, e muitas não eram acatadas, enquanto outras eram aceitas, e aí na medida em que o jornal foi vendendo, na medida em que aquelas pautas foram agradando e ganhando destaque, eles foram aceitando mais sugestões de pauta que vinham do movimento social e eu refletia muito isso, porque eu tinha militância nos movimentos sociais (Sociedade Paraense de Direitos Humanos) e fontes na CPT, na Comissão de Bairros de Belém (CBB), que estavam numa efervescência pelo direito de morar e denunciando, cada vez mais, os conflitos fundiários. Então eu comecei a cobrir muito isso, porque ninguém queria ir para o campo, pois não tinha muita infraestrutura no interior do Estado, não tinha hotel, tinham pequenas e precárias pousadas, principalmente nas cidades menores.

Então essa coisa vai se dar nesse contexto. O espaço que vão ganhar as notícias de interesse (vamos dizer) populares, ocorrem em função desses movimentos também, da luta interna dentro das instituições. O pessoal vai perder o medo e vai lutar contra Aeronáutica, no bairro da Sacramento; contra a Radional, no Jurunas, surge a Cobajur (Comissão de Base do Jurunas), enfim. Vão surgir vários movimentos, na Terra Firme, na Pedreira, no Telégrafo, tudo vai se criando um caldeirão de manifestações, Os estudantes fazem manifestações, houve a morte do César Moraes Leite, o pessoal faz uma grande manifestação (isso já no início dos anos 1980), então é assim que vai se dando, esse espaço que a mídia vai ampliando ocorreu em função

também dos movimentos sociais, que foram para as ruas, que geraram manifestações, e que geraram imagens, notícias, venda de jornais, de audiência (risos).

**B:** Então você avalia que foi um movimento muito de fora pra dentro?

**PRF:** Sim, sim, sim, foi. Foi de fora pra dentro. A mídia foi empurrada, ela teve que acompanhar, e aí tinha a disputa, que é uma coisa interessante de acrescentar. O Liberal e A Província do Pará eram os dois maiores jornais da época, o Diário [do Pará] foi fundado em 1982, mas de 1970 até a metade dos anos 1980, os outros jornais eram inexpressivos. O Diário, quando surgiu até a impressão dele era ruim – enquanto os outros dois [jornais] já eram off-set. O Diário era no sistema quente, soltava muita tinta, as fotos não eram em boa qualidade, enfim. E aí os dois grandes competiam (O Liberal e A Província do Pará). Havia uma disputa. Nós (jornalistas) éramos muito amigos, nos encontrávamos toda noite pra beber, pra bater papo, Mas, no dia a dia, nós disputávamos quem dava o melhor ângulo, quando a gente estava junto numa manifestação, cada um queria pegar um ângulo diferente. Então nessas coisas a gente acabava encontrando uma fonte que o outro não pegava. Eu, por exemplo, quando chegava na Redação, a primeira coisa que fazia era ler o jornal concorrente; eu não queria ler o meu jornal, com a minha matéria, eu ia ler primeiro a matéria do repórter que estava lá, cobrindo o mesmo fato, junto comigo. Queria vezr outras coisas: aonde nós levamos furo? Onde A Província nos deu furo? Onde nós levamos? O que nós vamos fazer? Nós vamos correr atrás pra fazer uma matéria melhor do que a que eles fizeram? Eles faziam a mesma coisa na Redação de A Província, então essa também era uma coisa muito interessante, uma disputa por espaço, pela matéria do pessoal que estava dentro da Redação. Não vinha da direção do jornal, a direção vinha pra breçar, “a matéria não sai”, “a matéria não pode ir desse tamanho”, “não pode dar esse enfoque”, aí era a censura interna, vinha dos editores. Alguns jornais estavam cheio de gente ligada ao governo do Alacid, dentro da redação, e os caras podavam a matéria da gente. Eles estavam em cargo de direção, em cargo de editor. Então faziam muito isso, era muito comum. Tem uma história que eu gosto de contar. Fui cobrir uma manifestação e quando chegamos lá, o Lúcio Flávio Pinto, que era o mais experiente, em calcular a quantidade de gente por metro quadrado. Funcionava mais ou menos assim: essa área tem tantos metros quadrados e se tem tantas pessoas, era possível estimar o número total de pessoas. Portanto, a gente sempre estabelecia que todo mundo que estava ali, de rádio, de TV e de jornal, deveria usar aquele número. Ficava combinado que todo mundo ia usar o mesmo número. Por exemplo, se todos os jornalistas e radialistas acertavam que tinham 15 mil ali, todos usavam mo mesmo número. Aí eu botei na minha matéria. No dia seguinte, quando fui ler, estavam os 15 mil em A

Província, mas no jornal O Liberal estavam 1,5 mil. Por quê? O editor do noticiário local, que lia a minha matéria, trabalhava dentro do Palácio Lauro Sodré, a sede do governo estadual na época e aquela manifestação era contra o governador, então ele capava a matéria, diminuía. Outra coisa, a gente era muito orientado a não usar adjetivo. “Não usa adjetivo, o texto tem que ser o mais objetivo possível, só a informação mesmo”.

Então, resumindo, havia uma competição interna, havia todo um controle da informação, a censura interna, pra não desagradar o cliente principal (que era o governo), mesmo que a gente sempre ouvisse o outro lado. Caso não fosse possível ouvir na hora, tinha que ouvir uma fonte do governo em outro horário. Então eu diria que tem esses elementos todos que ajudam na compreensão do período.

**B:** Entendi. Antes de partir para a próxima pergunta, teve uma coisa que você mencionou que eu fiquei um pouco encasquetado, você mencionou a presença de pessoas do Alacid no jornal O Liberal. Isso me surpreendeu porque é muito conhecida (sic) o apoio de O Liberal ao Oziel Carneiro em 1982, inclusive cheguei a encontrar uma carta do Jarbas Passarinho em dezembro falando sobre a eleição, e é algo que não foi decidido do dia pra noite, encontrei matérias sobre Oziel Carneiro em maio de 1981 no Liberal, então esse apoio para o Alacid por parte de Liberal me surpreendeu um pouco. Poderia falar um pouco mais sobre?

**PRF:** Sim. Na realidade é assim, tem uma história de bastidor, mas é real, isso foi um fato: o Hélio Gueiros, era um membro do PSD, que era o partido dos baratistas, no qual o pai do Jader, Laércio Barbalho, Hélio Gueiros, uma turma de pessoas, Moura Carvalho, eles eram desse movimento do baratismo, ou seja, eles compunham com [Magalhães] Barata. Barata era o grande governador, foi interventor, depois virou governador, e eles criaram o jornal, um jornal pra ser o porta-voz, que foi O Liberal, O Liberal foi criado pra ser o porta-voz do baratismo. O Liberal era um jornal inexpressivo, até 1966, 67, por aí, O Liberal era um jornal inexpressivo – qual era o grande jornal? Era o jornal Folha do Norte, que foi muito perseguido e era do cara que era um conservador, que o Paulo Maranhão e que podou o próprio neto dele, o Haroldo.

**B:** Ivan?

**PRF:** Não, o Haroldo Maranhão, que é o grande escritor, era neto e ele [Paulo] achava que o neto era comunista [risos], entendeu? Então o velho Maranhão podou o neto e o filho dele, que era o João Maranhão, era o cara que comandava, seguia a orientação do pai. Mas apesar de ser conservador e adepto do ditador Antonio Salazar, em Portugal, fez um combate feroz ao

governo do Barata. Portanto, o grande inimigo do baratismo era a Folha do Norte e o Paulo Maranhão, tanto que eles deram um banho de merda no Paulo Maranhão. Paulo Maranhão ia saindo pra trabalhar - tu já debes ter conhecimento dessa história -

**B:** Sim, já conheço

**PRF:** Pois é, deram um banho de merda nele e o Paulo Maranhão se muda com a família pra dentro do prédio do jornal. Ele vai morar - ele faz um apartamento lá e vai morar lá. As crianças, o Haroldo Maranhão e o Ivan Maranhão, cresceram ali, jogavam bola de papel, jogavam bola nas oficinas, tem foto, tem o livro, “Querido Ivan”, muito importante, que trata desse momento.

Então a Folha era o grande jornal que combatia o baratismo, e do outro lado surge O Liberal pra defender o baratismo. Ficou com essa marca de jornal de partido, durante um bom tempo. Depois foram tentando descaracterizar, mas foi muito marcante, aí vem o Aurélio- quando Barata morre, elegem antes dele morrer o Aurélio do Carmo<sup>19</sup>. Aurélio do Carmo era um advogado baratista que depois virou desembargador e tal, e era um cara que foi cassado em 1964. Ele não foi cassado logo em abril, ele foi cassado em junho, enfim.

Com essa turma que chegou no poder, o baratismo vai se enfraquecer, O Liberal vai ficar ruim, quer dizer, já era ruim e ficou pior ainda, porque eles saíram do poder. A Província se mantém, se mantém, mas era uma coisa meio complicada a relação deles com os Diários Associados, mas ela se mantém, tinha capital forte, porque era uma organização (era a Globo da época, com tentáculos no país inteiro). Aí a Folha se mantém, mas também já capengando, apesar de ser um jornal conservador que deu todo o apoio ao golpe: conspiraram, deram notícias favoráveis, etc.

O Jarbas Passarinho vai despontar, junto com Alacid, vão ser grandes referências. O Jarbas governa um período, depois vai ser ministro. E o Alacid vai ser governador, inclusive eleito já em 1966, houve eleição e ele foi eleito, assim como venceu um candidato no Rio de Janeiro, que era da oposição, aí os militares acabaram com a eleição direta pra governador, que só foi voltar em 1982. Do lado da ditadura vão se criar essas duas lideranças, que vão divergir, Alacid e Jarbas. Como fica o Rômulo Maiorana nessa história? O Rômulo era um colunista social, ele tinha lojas de vendas, lojas de roupas, de confecção, a “RM Magazine”, uma cadeia de lojas.

---

<sup>19</sup> Nota do Bruno: na realidade, o substituto imediato de Barata, que morreu em 1959, foi Moura Carvalho, que era o vice-governador. Aurélio do Carmo só viria a ser governador nas eleições de 1960.

Era um empresário bem sucedido, mas ele formou seu capital, dizem, fazendo contrabando de carro, que entravam pela Guiana Francesa, passava por Abaetetuba – enfim, mexia com contrabando. Então o Rômulo acumulou um capital, e ele se juntou com o Oziel e o irmão do Oziel, o Armando Carneiro, que foi um deputado do PTB, portanto era leal ao, ao...

**B:** João Goulart.

**PRF:** Isso, João Goulart, e foi o único jornal na época do golpe que não apoiou o golpe, que foi o Jornal do Dia. O Jornal do Dia era dirigido pelo Cláudio Augusto Sá Leal, que depois vai ser o grande diretor de O Liberal, e o Cláudio Sá Leal foi um cara muito íntegro, queriam que ele dedurasse as pessoas e ele não fez isso. Mas o Cláudio Sá Leal, criou uma referência como jornalista, ele tinha posições - ele não era um cara de esquerda, nunca foi, mas era um cara que ouvia todo mundo, fazia aquele jornalismo democrático, dava espaço pra todo mundo e tal, e o Jornal do Dia era como uma espécie de uma sucursal aqui, uma cópia do jornal lá do...

**B:** Última Hora.

**PRF:** do Última Hora, né? Então eles faziam- até a logo do Jornal do Dia era azul, igual o da Última Hora. Pois bem, então nesse jogo político, o que vai acontecer: a Folha do Norte se enfraquece, O Liberal se enfraquece, fica A Província – que o João Calmon era um cara ligado à ditadura, foi senador –, se fortalece, e o que vai acontecer? O Rômulo vai e compra - e o Rômulo já era um colaborador, porque ele se casou com a Déa, que era uma filha adotiva do Barata.

**B:** Ela não era sobrinha?

**PRF:** Sobrinha e filha adotiva. A Déa Maiorana. Então ele se casa com ela, e por isso ele tinha costas [quentes], quer dizer, espaço pra fazer o contrabando a polícia nunca pegava ele, pegava outros, mas não ele. Então ele vai e acumula um capital. Aí ele pega e compra O Liberal. O Liberal estava, assim, lá embaixo, e mesmo assim ele emprestou dinheiro do Oziel Carneiro e do Armando Carneiro, do Grupo Carneiro. Esses caras na época da ditadura conseguiram uma financeira, chamada “Socilar”, quando começou a operar negócio de banco, banco de habitação, o BNH, pra financiamento de casa, eles começaram a operar isso, então eles financiaram muitos conjuntos residenciais aqui em Belém, e era o grupo do Oziel Carneiro, então eles tinham um capital. Eram eles- eles mexiam com fibra. Aquele cara que eu te disse lá atrás que eu fui entrevistar num sábado era o Oziel Carneiro, entendeu? Na época só fiz uma entrevista com o cara e saiu a matéria.

O que acontece - o Rômulo vai falar isso pra mim, eu publiquei no Resistência, ele vai me dizer que ele conseguiu o capital pra comprar O Liberal com empréstimo que ele fez com Armando Carneiro – mas ele pagou, disse “eu paguei tudo!”. E ele compra o jornal e ele vai implantar o off-set, aí ele vai passar na frente de todo mundo, da Folha e da Província, passa na frente de todo mundo e implanta o off-set. Então o jornal que estava lá embaixo, de repente desponta com uma qualidade gráfica que vai impressionar e vai crescer a venda avulsa. Aí vai começar a roubar gente. Logo em seguida a Folha entra em falência. Houve a disputa após a morte do Paulo Maranhão, disputa entre os irmãos e tal, alguns que não tavam aqui, parentes, botaram um interventor que era-

**B:** Augusto Magessi.

**PRF:** Magessi, que era um militar da Marinha, enfim, foi uma cagada toda, o Rômulo acabou também comprando o título da Folha, e faz o mais importante: leva O Liberal, que ficava lá na Santo Antônio, e leva pra dentro do prédio da Folha, esse aí que foi o pior – quer dizer, você pega o jornal que foi eterna oposição ao baratismo e leva o jornal que surgiu com o baratismo pra dentro do prédio. Então a conclusão: O Liberal se fortalece, ocupa o prédio que era referência no jornalismo, leva pra lá [O Liberal], compra todo o conjunto de prédios que tinha lá (tinha O Imparcial do lado, era da família também, enfim), leva O Liberal pra lá e o título da Folha ele deixa ali em stand-by – era dele o título, mas ele deixa em stand-by, aí espera uns 10 anos, lança um jornal muito diferente com o nome de Folha pra não perder os título e tal. Portanto, eles tem essa relação com Oziel desde lá de trás, quando ele compra, com Oziel e Armando Carneiro, quando ele compra o jornal- que ele me disse, ele me deu uma entrevista pra mim no Resistência, antes de eu voltar pro Liberal a segunda vez, antes de eu voltar a segunda vez pro Liberal, eu faço uma entrevista com ele no Resistência, porque lançaram ele candidato a senador, e eu fui lá saber, “ahn, não sei o quê”, aí eu mesmo insisti e ele me contou – esse cara ficou perturbado por vários dias [risos], nosso jornal era quinzenal e enquanto não saía o jornal ele me ligava, cara! Bom, mas enfim.

Então eles tinham essa relação anterior. Quando chegou em 1982, ele, Rômulo... bom, nessa história aí, ele vai contar com um cara que foi importante quando ele comprou o Liberal: ele vai ficar com o Hélio Gueiros, que era considerado um dos melhores redatores. Eles criam, em 1970 (ele comprou o título em em 1966) aquela coluna, Repórter 70, e o principal redator era o Hélio Gueiros, amigo dele, bebiam juntos, todo dia o Hélio Gueiros saía do cartório e ia lá pro Liberal e enchiam a cara. Todo dia era isso. Ele [Rômulo] vai e dá corda no Hélio na eleição de

1982, ainda na época da ditadura, mas foi a primeira eleição aberta pra todos os cargos, até então era restrito, tinha até pra senador, mas não tinha pra governador, foi a primeira pra governador. E ele dá corda pro Hélio ser candidato ao Senado, e como ele tinha lá as relações históricas com os baratistas, porque ele tinha sido uma espécie de genro postigo do Barata, ele dá corda, ele não era de aparecer, pega e dá corda no Hélio. O Hélio aceitou, articulou com Jader, que ia ser o candidato a governador pela oposição, e aí o Jarbas Passarinho liga um dia pra ele e fala pra ele o seguinte: que o candidato deles ia ser o Oziel Carneiro. Aí começa a complicação, porque ele tinha com Oziel uma relação de favores, os caras que emprestaram o dinheiro, e que ele, Jarbas, ia ser candidato ao Senado, e ele gostaria de contar com apoio dele (Rômulo). Aí ele chama o Hélio e fala isso pro Hélio. O Hélio explodiu com ele. O Hélio tinha um temperamento explosivo, explodiu com ele, mandou ele ir pra muito longe, usou um monte de palavrão e rompeu com ele, e saiu dali. É quando Jader vai lançar o jornal, o Diário do Pará, e ele vai lá ajudar a fazer o Diário do Pará.

Cara, eu me lembro que quando começou a campanha em 1982 eu cobria- eu era escalado como repórter pra ir cobrir os comícios do MDB, quando eu voltava o Leal me chamava e falava “olha, antes de tu escrever alguma coisa: o que o Hélio Gueiros falou do Rômulo?”, aí eu dizia “isso, isso, chamou palavrão, enfim, tudo, ele chamava muito palavrão, falava mal da dona Déa, era assim, desse jeito, o compadre – chamava de jornal do compadre (referindo-se ao Rômulo como compadre do Jarbas Passarinho). Então ele dizia “Paulo, matéria livre, mas não põe nadinha do Hélio, nem perde o teu tempo botando, se tu botar eu vou cortar, e aí tu vai perder teu tempo, se tu quiser sair mais cedo, tu não coloca nada”. A matéria saía, com todas as falas, críticas ao governo, à ditadura, que o Jader fazia e também a fala dos outros candidatos – João Menezes e o Itair Silva, candidatos ao Senado pela sublegenda. Então, conclusão: nessa história, o Hélio ganhou a eleição, foi o mais votado dos três, a votação dos outros dois somaram pra ajudar e ele teve mais votos que o Jarbas Passarinho. E aí ele assumiu no Senado. O Rômulo não se perdoava por ter perdido um amigo sempre manifestou isso – quem estava próximo, ouvia ele dizer que uma das coisas mais dolorosas pra ele foi perder a amizade do Hélio. Ficou insistindo, insistindo com os amigos pra tentar se reaproximar. Até que conseguiu.

Eu lembro que o Leal chegou comigo, eu era chefe de reportagem, e disse assim, “Paulo, amanhã tu vais coordenar uma entrevista aqui na minha mesa”. Eu ficava na Redação e ao lado tinha um aquário, onde ficava o diretor. “Vai ser aqui na minha mesa, tu vais coordenar. Vamos chamar o Garcia”, que era um outro repórter, “o Luiz Paulo Freiras, um veterano na área política, e o fotógrafo vai ser o Pedro Pinto. Tu vais abrir a entrevista, faz uma pauta, me passa

logo, pra eu dar uma olhada, ver se acrescento alguma coisa”. Aí eu passei, ele acrescentou e eu perguntei: “sim, quem é o entrevistado?”, ele respondeu: o “Hélio Gueiros”, eu disse “não, pelo amor de Deus! [risos] É sério?!” , ele disse “é sério”. Aí o Hélio Gueiros foi e deu uma entrevista, no início do ano, praticamente se lançando como candidato a governador, *dentro* de O Liberal, de onde tinha saído, em 1982, puto da vida, esculhambando com o dono. Rômulo fez isso, reatou a amizade com o Hélio e logo depois morreu, em abril de 1986. A eleição para governador foi em novembro do mesmo ano.

Então, é interessante registrar que antes do alinhamento com a candidatura do Oziel Carneiro (governo) e Passarinho (Senado) o jornal O Liberal tinha dentro da sua Redação, jornalistas que eram ligados ao governador Alacid Nunes. E ali permaneceram durante muito tempo. Não sei se respondi a tua pergunta.

**B:** Não, respondeu muito bem. Agora, antes de partir [pra próxima pergunta], só uma curiosidade: esse primeiro prédio do Liberal era na Santo Antônio, entre...

**PRF:** Presidente Vargas e a Praça D. Macedo Costa, que é onde tem a Igreja de Santo Antônio, praticamente defronte com o prédio onde funcionou a Polícia Civil.

**B:** Em dezembro de 1982, no dia 16, você foi notícia no jornal O Liberal por seu enquadramento na Lei de Segurança Nacional devido a atividades na Gráfica Suyá, de coisas relacionadas ao Movimento de Libertação dos Presos do Araguaia. A notícia (posso até te passar a digitalização, porque eu pedi pra fazerem isso) ela está na página 2, margem superior esquerda.

## Jornalista paraense enquadrado pela PF na Lei de Segurança

O jornalista Paulo Roberto Ferreira, gerente da gráfica Suyá Produções Gráficas, que imprime o jornal alternativo "Resistência", foi enquadrado ontem na Lei de Segurança Nacional. No inquérito aberto pela Polícia Federal a partir da apreensão, na Suyá, de folhetos do Movimento de Libertação dos Presos do Araguaia, Paulo Roberto, que é também repórter do jornal O LIBERAL, é acusado de co-autoria na divulgação de material de cunho subversivo e de ofensa às autoridades.

Para o advogado José Carlos Castro, que atua na defesa do jornalista, o enquadramento "é absurdo" pois, segundo ele, "a gráfica nada mais fez do que realizar serviços sob encomenda". "Se alguém fez propaganda subversiva — acrescentou — não foi a gráfica". Lembrou também o advogado que a Suyá além de imprimir os folhetos editou vários números de um jornal ligado ao tenente-coronel Sebastião Rodrigues de Moura, o "major Curió", a quando de sua campanha à Câmara Federal pelo PDS, "Mas não foi acusada de subversão ao imprimir o jornal".

José Carlos Castro acredita que o inquérito instaurado pela Polícia Federal, deva ser enviado à Auditoria da 8ª Circunscrição Judiciária Militar de Belém já na próxima semana, com o processo começando a correr, porém, somente a partir de março de 83. Entende que o enquadramento de Paulo Roberto se constitui num "precedente muito perigoso para todas as pessoas que lidam com o jornalismo e editorialismo", uma vez que "a LSN reprime a subversão com interpretações de seus textos a cargo do Estado".

Na opinião do advogado, o jornalista deve aguardar o julgamento em liberdade uma vez que é réu primário, tem bons antecedentes, curso superior, residência fixa, e profissão e local de trabalho definidos. Acredita, por outro lado, "que seria uma grande resposta a esta atitude da Polícia Federal" se a Procuradoria Militar "numa grande atitude", decidisse pelo arquivamento do processo. E isto, acha, pode vir realmente a ocorrer pois, no inquérito, diz, o procurador "nada mais encontrará do que o trabalho de um profissional que imprime, sob encomenda, diversificados tipos de literatura".

Paulo Roberto Ferreira está enquadrado no artigo 42, incisos I e V da Lei de Segurança Nacional, em combinação com o artigo 47 da mesma lei, e com o artigo 53 do Código de Processo Penal Militar. O inquérito é presidido pelo delegado Milton de Souza Figueiredo e nele já depuseram 8 pessoas, sendo o jornalista o único até agora enquadrado na LSN.

Ontem, após ter sido fichado e qualificado na Delegacia de Polícia Federal, Paulo Roberto Ferreira estranhou ter sido enquadrado como co-autor de um crime "do qual não existe autor".

IMAGEM 16: Recorte de O Liberal (16/12/1982). Reprodução: Biblioteca Pública Arhur Vianna

Isso foi interessante porque me deu uma dimensão- até aquele momento da minha pesquisa, eu não sabia se a tua militância era uma coisa pública ou uma coisa restringida a um círculo, e naquele momento eu tive certeza que era uma coisa pública. Aí me surgiu uma dúvida: a respeito dessa militância dentro do meio jornalístico, como seus colegas em geral reagiam? Eles eram favoráveis, criticavam ou eles só enxergavam como mais uma atividade que era feita, uma coisa mais neutra?

**PRF:** É, na realidade é assim: tinha muita gente conservadora dentro do jornalismo. E evidentemente que algumas pessoas veteranas eram muito identificadas com os interesses dos donos dos jornais, eles realmente me viam com muita reserva, mas tinha uma turma mais nova que me via - até porque quando eu volto pro Liberal, eu tinha sido demitido da Caixa Econômica, e eu fui lá com o próprio Rômulo, eu fui lá pedir uma audiência pra voltar, ele disse “ah, eu lembro de você”, e aí ele passou lá pro Leal, que era o editor, pra eu voltar pro jornal, porque o chefe de reportagem era um colega meu que tinha sido colega de colégio, e ele me disse “Paulo, você não fala com Leal, porque o Leal ele vai ficar numa situação desagradável, ele sempre gostou do teu trabalho, mas ele acha que essa história de tu sair da Caixa e por perseguição política... eu não sei se ele vai segurar essa onda sozinho, então é melhor logo tu ir direto com o Rômulo, porque se o Rômulo topa, vai consultar ele [Leal], como ele gosta do teu trabalho, ele vai recomendar tua volta, mas é melhor que venha de lá, porque se for por aqui tu ainda vai depender de ir lá pra lá, e aí tem uns amigos do Rômulo que dependendo da hora podem fazer a cabeça, e é melhor tu ir logo por lá”, e eu fui, fiz assim. O Anselmo Gama, ele já morreu, ele era meu colega de colégio... e aí eu fui lá com Rômulo, ele disse “eu vou falar com Leal, mas eu te conheço, [conheço] teu trabalho, tu podes voltar, mas eu vou falar com Leal, aguarda que eu falo”, aí eu aguardei, ele ligou avisando pra que eu procurasse o Leal.

Então tinha o pessoal sabia que eu era do Resistência e o Resistência tinha sido apreendido, eu fui chamado, foi notícia isso também, pouca notícia, alguma notinha – acho que O Liberal nem deu na época, foi mais a A Província –, mas o pessoal sabia que eu era da Sociedade de Direitos Humanos, e assim, eu tinha um cuidado muito grande, eu digo isso com muito cuidado, eu sempre fiz o seguinte: eu fazia todo o possível para que, na minha matéria, não colocar nenhuma opinião pessoal a respeito das coisas, eu conduzia o texto de tal forma que eu equilibrava pra não ter [problemas] – porque eu sabia que se eu não equilibrasse, eu estava ferrado, entendeu?

Então eu procurava equilibrar, botar as versões, as várias que tivessem, eu tinha esse tipo de cuidado. Quando aconteceu essa história da Suyá, eu trabalhava em O Liberal e era dirigente da gráfica que imprimia o jornal alternativo da SDDH e era da direção do jornal, do Resistência. E eu saí, no dia que ocorreu a invasão, eu saí, deixei até os meus documentos lá na gráfica, fui almoçar em O Liberal, como era meu hábito, almoçava no restaurante do jornal e voltava à pé. Então aí- a matéria da Província, eu tenho o recorte aí, é muito melhor, a matéria é bem contida e tal, porque enfim. Os caras tinham um medo da Ditadura, mas a matéria da Província era muito melhor, porque os companheiros- inclusive muita gente dos jornalistas, a maioria não era do Liberal, era da Província, estava lá na porta da Polícia Federal gritando: “solte os nossos presos, solte os nossos presos!”. Eu não cheguei a ficar preso, eu fui levado pra depor, fiquei lá várias horas e depois fui liberado. Mas o pessoal foi pra lá, o Sindicato na época, era presidido pelo Raimundo José Pinto, irmão do Lúcio Flávio Pinto, que tirou nota a respeito e tal. Então era assim, não era escondido, eu não ostentava, mas não era escondida a minha militância política.

**B:** Numa conversa prévia a esta entrevista, você mencionou a existência de um espião que te seguia de moto até o trabalho. Ao ler seu depoimento no Memorial César Leite e também no livro de crônicas “Roubaram meu Libertango”, tive uma ideia melhor dessa perseguição, mas eu não entendi se ela se dava por conta da militância ou por conta da atividade no jornalismo.

Isso me criou uma dúvida porque, na entrevista com a Regina, ela deu muito ênfase na censura feita pela Polícia Federal, mas eu não tenho muita ideia de espionagem propriamente dita. Isso era uma coisa muito comum, você ter fichas de pessoas, mesmo as que não eram envolvidas com a militância?

**PRF:** Na realidade é assim: essa figura- você leu o artigo, leu a crônica, né? [B sinaliza que sim] Pois é, tens essa crônica?

**B:** Tenho

**PRF:** - Eu não sabia, achei que ele era um vizinho. Era comum, tanto que já tínhamos feito no Resistência, uma página, na contracapa do jornal, chamada “Olha o Passarinho”, fizemos duas, “Olha o Passarinho” e “Olha o Passarinho 2”, e a gente fotografava os “canas” nos fotografando. Nós escalávamos pessoas, fotógrafos, amigos nossos e pessoas que tivessem uma máquina pra ver um cara estranho e aí a gente fotografava, depois a gente ia avaliar, se esse estranho [risos] é um estranho, mas era um amigo que a gente não conhecia e tá aparecendo

pela primeira vez ou era uma figura, e algumas figuras dessas eram carimbadas, porque eles já estavam em várias manifestações, as pessoas já identificavam, então nós sabíamos que éramos vigiados. Agora, eu nunca imaginei que aquele cara que me seguia era um cara da Polícia Federal, eu não sabia. Só fiquei sabendo no dia que ele entrou na Gráfica, ele foi um dos caras que estava na gráfica com uma pistola 7.65, entendeu? Então eu só vim saber naquele dia, mas essa história, eu falo isso no livro “A Censura no Pará”, eu falo e mostro o quanto as pessoas eram vigiadas, a gente tinha um medo quando ia, por exemplo, assistir um filme. Passava muito filme em circuito fechado, era censurado, e o pessoal conseguia uma cópia, e a gente dava em código onde ia ser, na casa de alguém, e tal

**B:** Cineclube?

**PRF:** Era. E era assim: de repente chegava alguém de fora, todo mundo desconversava, porque todo mundo tinha desconfiança dos caras, àquela época. Então a gente era espionado. E eu, quando eu precisei, até pra entrar na Comissão de Anistia – esse é um dado, eu fui anistiado –, eu, quando entrei com o pedido de anistia, eu peguei os dados do Museu Nacional, que era vinculado ao Ministério da Justiça, solicitei, e eles me mandaram. Vi os informes que os caras davam e como é que eles davam. Eles classificavam as pessoas, qualificavam e atribuíam vinculações às organizações clandestinas. Teve um que me chamou atenção eu eu falei para o Lúcio Flávio Pinto: “tu eras considerado um elemento de alta periculosidade” [risos] nas palavras dos relatores. O Lúcio riu pra caramba, durante o nosso depoimento Na Comissão da Verdade do Sinjor, lá na Assembleia Legislativa.

Mas eles também não eram aquela coisa toda. Os caras, por exemplo, diziam que eu era do Partido Comunista [Brasileiro], do Partido Comunista do Brasil, entendeu? Que eu era do MR-8, me botaram em vários lugares ao mesmo tempo, e eu não era vinculado a *nenhum dos três*, por uma questão de ser fiel à verdade. Não pertencia a nenhuma organização que estavam na clandestinidade – fui consultado, fui convidado pra entrar no PCdoB, e depois na dissidência do PCdoB, que foi o PRC, mas não aceitei, exatamente pra manter minha...

**B:** Independência

**PRF:** Independência, porque eu sabia que aquilo era um prato cheio pra desqualificar, entendeu? O veículo que eu estava e *me* desqualificar enquanto jornalista. Tive sempre esse cuidado, não aceitei, mas tinha relação – por exemplo, eles marcavam encontro comigo, com um quadro, pra me dar informes de coisas que estavam acontecendo, e sabia que eram coisas

privilegiadas que eu não podia divulgar, mas eu sabia e eles me falavam, por conta da confiança que eles tinham em mim. Aconteceram vários pontos de encontro. Marcavam um ponto, ia lá e o cara me dava um informe, eu era reconhecido por essas organizações como uma pessoa de confiança, mas não como um quadro, nunca fui quadro. Por uma questão de verdade, eu podia me dizer “ah, eu fui quadro”, mas eu não fui, é uma questão de ser sincero de ser honesto com os fatos.

Mas então tinha toda essa coisa da gente conviver e claro que isso me dava uma possibilidade de saber coisas também em primeira mão, de muita coisa que estava acontecendo. Por exemplo, a história- a Dorothy, era uma pessoa que vendia o jornal, lá na Transamazônica. A Dorothy vinha a Belém e passava matéria para nós, informações, passava matéria que a gente mandava pro Resistência e que a gente sabia muito antes, então quando eu tentava - saía do Resistência e ia fazer a pauta em O Liberal, eu sabia de mais detalhes do que a gente tinha publicado.

**B:** Essa Dorothy já é a Dorothy Stang?

**PRF:** É. Ela vendia o jornal, colaborava pra trazer notícia pro jornal, ela era uma pessoa muito ativa. E ela veio pra cá pro Brasil, ela é norte-americana, ela veio junto com uma outra irmã, que tá viva, e elas começaram a trabalhar com camponeses no Maranhão, em Coroatá, daí elas vieram pro sul do Pará, e a Dorothy ficou sempre com os camponeses, e a irmã Rebeca foi trabalhar com os indígenas, trabalha até hoje, tá bem idosa, muito minha amiga, toda vez que ela vem a Belém a gente se encontra, ela foi agora, no final do ano passado, visitar a irmã dela, a única irmã que ela tem de...

**B:** Viva?

**PRF:** Viva, lá nos Estados Unidos, ela estava doente, e ela foi lá visitá-la, e ela me mandou uma mensagem, “Paulo, não aguento mais de frio, quero voltar pra aí” [risos], ela mora lá no Oiapoque até hoje, ela não aguentava mais de frio, entendeu? E ela queria voltar, ela diz “agora vida, é aqui, não tem mais nada a ver com lá”, até o clima [risos] é estranho, e a sua irmã consanguínea mora na mesma cidade de onde ela nasceu.

Então essas coisas davam - a gente tinha muita informação, porque a gente tinha contato com essas pessoas, então a gente tinha muita informação, a gente via uma oportunidade, abria uma brecha e a gente publicava no jornal da grande imprensa

**B:** Entendi.

Algumas memórias do período dão conta do papel que os sindicatos de jornalistas tiveram no combate à ditadura, tanto a nível nacional quanto a nível local. Em retrospectiva, como você vê os esforços do Sinjor na categoria aqui em Belém? Porque isso foi uma questão que surgiu com a Regina, ela mencionava as atividades do Sinjor, e isso me pairou uma dúvida, eu sabia dos esforços, sei que eles existiram, mas não sei o quão influentes eles eram dentro da categoria e da sociedade em geral.

**PRF:** É, olha só, tem coisas interessantes. O Sinjor tinha umas contradições, internamente. inclusive nós tivemos muitas divergências, disputando chapas, teve chapa que foi pro empate e tal, mas é o seguinte: quando se tratava da defesa de um membro da categoria, o Sinjor, mesmo - por exemplo, eu, que a diretoria conservadora me tinha lá como um cara de esquerda, mas eles me defendiam. Entendeu? E a própria luta que tivemos pelo direito da gente ser reconhecido- porque não tinha curso de comunicação, eu fiz Administração, minha graduação era em administração. Então do ponto de vista de defesa da categoria, sim, é verdade isso.

Agora, internamente, tivemos muitos embates. Inclusive nos aliando em momentos da conjuntura – só pra te dar uma ideia, a nossa chapa em 1984 se chamava “Jornalistas preferem as Diretas”, até tenho uma camisa e vestia essa camisa, vários de nós fazíamos essa camisa e vestíamos pra nos diferenciar do povo que tava muito ligado ao governo da época, que era do...

**B:** Jader.

**PRF:** Do Jader Barbalho. Agora, foi uma coisa interessante – nacionalmente, apesar das divergências, a gente, o sindicato sempre tomou posições, a FENAJ sempre tomou posições em defesa da liberdade de expressão, de pensamento, contra a censura, então de certa forma, a categoria dos jornalistas ela teve um papel no enfrentamento à ditadura muito importante. Figuras que, mesmo que você discordasse de algumas posturas, de coisas internas, mas de coisas do nosso interesse, mas do ponto de vista do enfrentamento ao inimigo principal, nós tínhamos muito respeito. Audálio Dantas, por exemplo, foi muito importante e se expôs. O Audálio Dantas, pra tu ter uma ideia, foi o cara que fez uma entrevista com a Clementina...

**B:** Carolina Maria de Jesus.

**PRF:** Exatamente. Aquele livro que saiu [Quarto de Despejo] eram os cadernos dela, e ele vai incentivar ela a lançar aquele livro. Então era um cara sensível, ele era nordestino, de Alagoas e eu fui me reencontrar com ele nos anos de 2013, 2014 lá, até o entrevistei para o meu livro, “A Censura no Pará”

Então do ponto de vista da defesa da categoria, dos interesses das liberdades democráticas, sim. O sindicato, junto com a federação, tiveram uma postura muito firme na defesa dessa luta e desse desejo, que era uma tradição da categoria sempre defender a liberdade de expressão e do pensamento. Tinha as coisas internas, os vínculos, as disputas, os atravessamentos, enfim, mas no geral, diria que sim, teve uma posição muito firme nos interesses da categoria, e em alguns momentos se aliando com os grandes movimentos na defesa- por exemplo, na questão das Diretas, a categoria somou forças, assumiu publicamente, nacionalmente nessa posição.

**B:** Mas no contexto do Pará, o sindicato era muito influente dentro do meio?

PRF: Não era muito, não era *muito* influente, eles tinham *lideranças* que tinham certa representatividade. Só pra você ter uma ideia, o João Marques, que era o presidente do sindicato dos jornalistas, você conversava com ele e ele era extremamente conservador, entendeu? Mas era um cara que fazia a defesa. E ele era o cara que deu a ideia do nome do Jornal Resistência, numa assembleia que fizemos, chamando todo mundo, foi ele que deu a sugestão do nome, Jornal Resistência – e daí mais ainda, da consigna nossa! “Resistir é o Primeiro Passo”. Foi da cabeça dele, da sugestão dele. Ele não era um cara de esquerda assim, que pudesse tomar a “linha de frente”, não. Ele tinha tido lá atrás uma militância no “PCzão”, no “Partidão”, mas depois se afastou, mas tinha boas relações com o pessoal de lá, mas era assim, um cara corajoso, muito corajoso do ponto de vista da solidariedade. Era isso. Era um cara bem individualista, não era um cara de juntar aquela coisa toda, mas na hora da defesa, tipo assim, “mexeu com alguém da minha família, eu tô fazendo a defesa”. Era esse o perfil dele. Foi vereador, vereador ligado ao MDB né, muito ligado ao Jader, essa coisa toda, depois rompeu com Jader, essa coisa toda. Mas enfim.

Do ponto de vista da defesa da categoria, sim. Agora não era, assim, um sindicato nosso- ele não era, assim, de grande expressão, por conta que a categoria é pequena. Os sindicatos que se destacavam aqui na época da ditadura, o Sindicato dos Estivadores, Sindicato dos Petroleiros, foram os grandes sindicatos que tiveram- os arrumadores, pessoal do porto, os conferentes, essas coisas, e depois num outro momento vai crescer a construção civil, bancários, vão crescer vários. A nossa categoria sempre foi muito pequena e nós tivemos um problema sério: foi um embate *muito grande* quando eu estava muito ativo no jornalismo. Quando são criadas as centrais sindicais, um grupo se posicionou a favor da filiação a CGT, e o outro a favor da CUT – eu era dos que defendiam a CUT, eu, a Rosaly e uma turma, defendíamos a filiação à CUT, que era o que tinha de mais expressivo naquele momento. Os caras conseguiram maioria e

*impediram* o Sinjor de se filiar à CUT. O Sindicato de Jornalistas nunca se filiou a uma central sindical [risos]. Hoje eu não sei, estou um pouco afastado da militância atual, não sei se eles tem alguma vinculação com alguma central. Mas era assim, era um pouco essa história que a gente chamava de “a turma dos ‘muristas’”, a gente chamava os ‘muristas’, que somavam com esse pessoal que não queria, ficavam em cima do muro, “ah, não vamos nos alinhar com ninguém e tal”, e não tinham coragem de dizer “não, eu tenho um lado” [risos], era isso que eles defendiam. Enfim, é um pouco isso

**B:** Depois do fim da ditadura, como os jornalistas do seu tempo passaram a enxergar o período? Os profissionais menos envolvidos ou até críticos à militância tiveram uma mudança na percepção política em relação à ditadura?

**PRF:** Sim, acho que sim, algumas pessoas sim. Passaram a gente teve até muita dificuldade de convivência no período, e depois algumas dessas pessoas vieram e se somaram e começaram a somar no sentido de exigir reparação, inclusive quando foi feita a Comissão da Verdade dos jornalistas, que funcionou lá na Assembleia Legislativa. Eu percebi pessoas que antes estavam até alinhadas com o partido de direita na época, mas depois começaram a ter uma certa militância, começaram a enxergar e depois foram até para dentro da Comissão e tiveram uma postura muito correta, entendeu? O que pra mim é um avanço, as pessoas também tem oportunidade de crescer, às vezes na época não tinha, estavam meio... enfim, foi interessante isso, eu percebi isso. Da mesma forma que eu percebi que algumas pessoas que eram nossos ídolos, no meu caso, alguns ídolos meus que eu tinha como grande referência lá atrás, da época do Jornal do Dia, corajosos e tal, os caras quando foram depor na Comissão da Verdade, meu Deus, estavam com uma cabeça ruim pra porra! [risos] Entendeu? Eu fiquei frustrado com pessoas que foram dar depoimento lá e estavam negando muita coisa, parece que envelheceram e se tornaram conservadoras. Mas isso é da vida mesmo. Aí eu fiquei frustrado com alguns e fiquei alegre com outros que, pra mim, na minha avaliação, cresceram e tal. Percebi isso. Tanto que o Sindicato foi um dos poucos que teve uma Comissão da Verdade, o Sindicato dos Jornalistas, e esse material entrou ao Relatório Final da Comissão da Verdade que saiu pela Assembleia Legislativa.

**B:** Entendi.

**PRF:** Conheces?

**B:** Conheço, tenho baixado, eu só tive a chance de ler especificamente o capítulo do Sindicato, mas como é muito- são 3 livros, muito grandes, e eles focam mais na questão da terra, eu tive que selecionar as leituras pro meu TCC

**PRF:** Se tu precisares, eu tenho aqui os três volumes, lhe empresto sem problema nenhum.

**B:** Consegui achar um PDF [risos]

**PRF:** Então pronto, tá bom. Lá tem depoimento meu também, eu conto um pouco da história da perseguição na Caixa Econômica, como foi essa coisa toda e toda a nossa militância – no caso era um depoimento meu mesmo, da minha situação mesmo.

Só te digo o seguinte: eu entrei com um pedido de anistia em 2011. Quando chegou no governo Bolsonaro, eles arquivaram – tchiu! E aí em 2023 eu pedi o desarquivamento do processo. Agora, dia 26 de março, a Comissão se reuniu e, por unanimidade, me reconheceu e me concedeu anistia. Dia 26 de março deste ano.

**B:** 45 anos...

**PRF:** Eu nem contei o tempo! [risos] É isso, é?

**B:** Eu fiz um cálculo aqui, você disse que foi demitido da Caixa em 80, 81...

**PRF:** 1980.

**B:** Se foi 80, então são 45 anos.